



SEPLAN  
SECRETARIA  
DO PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO



**GOIÁS**  
*Um Estado melhor a cada dia*

# CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral

6

Novembro - 2005

**GOVERNO DE GOIÁS**  
Marconi Ferreira Perillo Júnior

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO**  
José Carlos Siqueira

**CHEFIA DE GABINETE**  
Leônidas de Lima Neto

**SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA**  
Humberto Tannús Júnior

**SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO**  
Lillian Maria Silva Prado

**CONSELHO EDITORIAL**  
Lillian Maria Silva Prado  
Marcelo Ladvoçat  
Paulo Borges Campos Jr.

**COORDENAÇÃO**  
Marcos Fernando Arriel

**EQUIPE TÉCNICA**  
Alex Salvino Dias  
Dinamar Maria Ferreira Marques  
Lillian Maria Silva Prado  
Marcelo Cardoso da Silva  
Marcos Fernando Arriel

**CAPA**  
Alex Salvino Dias

**FOTOS**  
Cleomar Nascimento

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.  
As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da  
Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Tiragem: 800 exemplares

Conjuntura Econômica Goiana, n. 06 - (2004- ).  
Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, 2005.  
72p. : il

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU: 338



**SEPLAN**  
SECRETARIA  
DO PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO



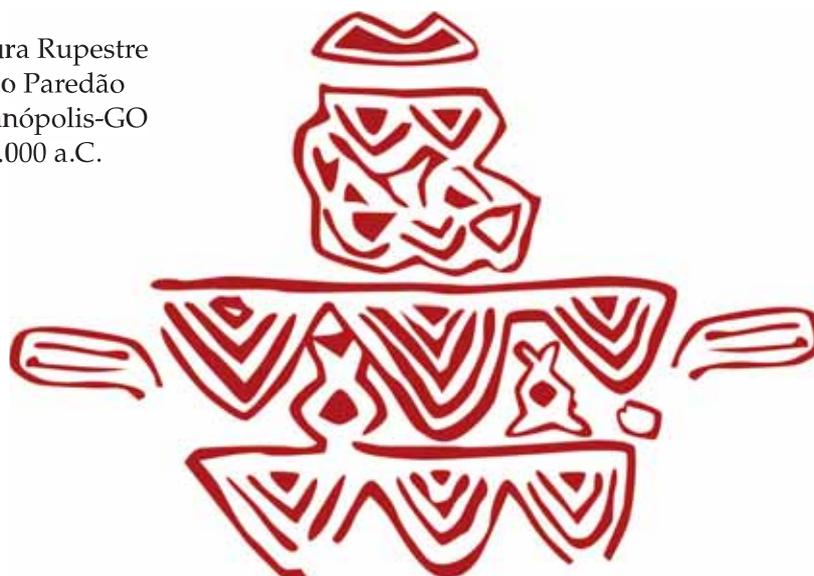
**Sepin**  
Superintendência de Estatística  
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro  
CEP 74.003-010 - Goiânia - Goiás  
Tel: (62) 3201-7878  
Internet: [www.seplan.go.gov.br/sepim](http://www.seplan.go.gov.br/sepim)  
e-mail: [sepim@seplan.go.gov.br](mailto:sepim@seplan.go.gov.br)

# Sumário

|  |    |
|--|----|
| Apresentação .....   | 2  |
| Economia Goiana – Terceiro Trimestre de 2005 .....   | 3  |
| O PIB Goiano em 2003.....  | 10 |
| A Indústria do Leite em Goiás .....  | 16 |
| A Soja na Dinâmica do Agronegócio Goiano.....  | 24 |
| Análise do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO.....                                     | 32 |
| Fusões e Aquisições no Setor Agroindustrial (1999/2004) e Impacto Sobre a Economia Goiana ...  | 38 |
| Concentração da Indústria de Transformação em Goiás .....                                      | 44 |
| A Interiorização dos Investimentos Como Meio para se Chegar ao Desenvolvimento Sustentável.... | 50 |
| Desenvolvimento Sustentável em Goiás - Recursos Hídricos.....                                  | 53 |
| Pelos Caminhos do Desenvolvimento de Goiás.....  | 60 |
| Fundo de Amparo ao Trabalhador na Qualificação Profissional em Goiás de 1999 a 2004 .....      | 66 |
| Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás.....                                  | 69 |

Pintura Rupestre  
Sítio Paredão  
Serranópolis-GO  
9.000 a.C.



# Apresentação

É com satisfação renovada que entregamos ao leitor o 6ª número do boletim trimestral Conjuntura Econômica Goiana, periódico que a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento edita com o objetivo de promover o debate e a análise sobre a economia goiana. Fruto de exitosa parceria entre o governo e os profissionais e acadêmicos da área econômica, a revista tem tido uma trajetória de aceitação e confiança, o que nos fortalece para a continuidade desse importante projeto.

Esta edição apresenta dez artigos, como de praxe, além da análise da conjuntura econômica do 3º trimestre de 2005, e da Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás, realizada pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação, da Seplan, que passou a ser semestral. A alteração da periodicidade da pesquisa, que antes era trimestral, deve-se a definição de intervalo mais adequado à captação de novas informações. Esta edição apresenta também o Produto Interno Bruto – PIB de Goiás de 2003, indicador consolidado somente no início do mês de novembro, em artigo de autoria de economistas da Seplan.

Os demais artigos apresentados são de autoria de nossos ilustres colaboradores, lembrando que o último artigo é um resumo de monografia adaptado, seção esta inaugurada no 4º número, com o objetivo de incentivar e descobrir novos talentos da área da economia em Goiás.

Na seqüência, se encontram as expressivas e valiosas contribuições de nossos parceiros nesse projeto aos quais gostaríamos de registrar, como de costume, os nossos sinceros agradecimentos, destacar que esse periódico só é possível com o apoio e comprometimento dos profissionais economistas e pesquisadores que atuam em Goiás. A todos, renovamos mais uma vez o convite para continuarem prestigiando o Boletim Conjuntura Econômica Goiana, com o seu brilhantismo, quando estarão contribuindo para oferecermos, juntos, à sociedade goiana, as informações necessárias à compreensão e conhecimento da realidade socioeconômica do Estado de Goiás.

**José Carlos Siqueira**

Secretário do Planejamento e Desenvolvimento



# Economia Goiana

## Terceiro Trimestre de 2005

Equipe de Conjuntura - Seplan\*

O terceiro trimestre de 2005 não apresentou alterações importantes em relação ao anterior, no que tange aos aspectos da economia interna e externa. No cenário externo, manteve-se um quadro de elevação do preço de commodities como minério de ferro e petróleo, mantendo-se a tendência de forte crescimento das economias americana e chinesa. Foi mantida também a expectativa de elevação das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como o temor do estouro da bolha imobiliária que muitos supõem poderia levar a um quadro de recessão da economia americana. A demanda por commodities continuou elevada, porém não se observou uma recuperação consistente dos preços das comercializadas por Goiás, como carne e soja.

O câmbio continuou apresentando sinais de valorização do real, o que não impactou no volume das exportações, seu impacto pode ser mais observado na queda do ganho dos exportadores, embora alguns setores já admitam que estão em um processo de perda de competitividade. A valorização do real é decorrente das taxas de juros que continuam elevadas e do excesso de divisas externas. No período, a crise política continuou acentuada, evidenciando que muito mais que uma blindagem da economia, o que vem ocorrendo é uma blindagem do próprio governo pelos resultados econômicos, que se não são brilhantes quando comparados a outros países emergentes, são suficientes para aumentar o nível de renda da população, além de evitar que pressões inflacionárias possam corroer o poder de compra da população. O quadro de solvência externa continua sendo mantido pelo ambiente externo favorável, embora pouco (ou quase nada) venha sendo feito internamente para que o país possa apresentar resultados mais consistentes. A taxa de câmbio e os juros contribuíram para que o IGP-M apresentasse valores negativos no período, indicando

\* Dinamar Maria Ferreira Marques, Marcelo Cardoso da Silva, Marcelo Eurico de Sousa, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha e Marcos Fernando Arriel

que no momento o país não passa por pressões inflacionárias, sinalizando a possibilidade de uma política monetária menos restritiva. O país continuou apresentando elevados superávits primários, os mais elevados dos últimos anos, sendo que as políticas monetária e fiscal restritivas levaram a uma situação de crescimento moderado.

Já se observa entre os agentes econômicos um certo temor em relação às taxas elevadas de juros e ao câmbio. Estes elementos favorecem as importações, na medida em que o elevado custo do investimento associado à taxa de câmbio que torna os produtos importados mais baratos pode levar a uma forte expansão da importação de produtos manufaturados, principalmente da China.

Para a economia goiana, o quadro continuou relativamente favorável, com forte crescimento das exportações e do comércio varejista. No que tange a indústria, Goiás apresentou resultado negativo no mês de setembro. Em relação ao emprego formal não houve alterações bruscas em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo o resultado positivo.

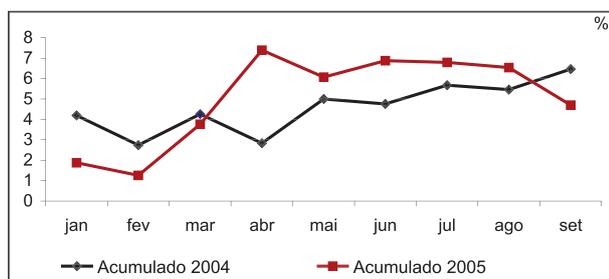
### Indústria

A indústria goiana registrou taxa negativa de 6,81% no terceiro trimestre de 2005 na comparação com igual período do ano passado, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – PIM-IBGE, interrompendo uma trajetória de 16 meses de resultados positivos.

Dos quatorze locais pesquisados pelo IBGE, apenas seis apontaram crescimento acima do índice nacional: Minas Gerais (4,76%), Pará (4,73%), Rio de Janeiro (4,36%), Amazonas (2,62%), Bahia (2,39%) e Espírito Santo (2,28%). Oito localidades ficaram abaixo da média, registraram taxas negativas: São Paulo(-1,1%), Pernambuco (-1,77%), Rio Grande do Sul (-2,84%), região Nordeste (-3,18%), Goiás (-6,81%), Santa Catarina (-10,22%), Paraná (-11,57%) e Ceará (-12,37%).



**Gráfico 1**  
**Estado de Goiás: Variação da Produção Industrial – PIM-PF**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.

Elaboração: Seplan-GO/Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2005

A produção industrial goiana registrou sua primeira queda (-6,81%) no mês de setembro de 2005, pior resultado desde janeiro de 2003. Cinco das seis atividades que compõem a estrutura industrial goiana apresentaram perda de dinamismo. A indústria extrativa (-15,54%), apresentou o seu resultado mais fraco no ano, foi um dos principais impactos negativos na média global.

Na indústria de transformação, cuja taxa também foi negativa (-6,06%), os resultados negativos predominaram na maioria dos ramos, cabendo ao segmento de produtos químicos (-22,19%) e minerais não-metálicos (-38,00%) os maiores impactos negativos. Nas duas primeiras atividades, os produtos que mais se destacaram foram adubos e fertilizantes e medicamentos compostos; cimento comum e ladrilhos e placas cerâmicas; respectivamente. Em sentido oposto, apenas a metalurgia básica (14,20%) assinalou crescimento positivo.

Na análise por trimestres, observou-se perda de ritmo no terceiro trimestre, em comparação com os dois trimestre anteriores. A produção de julho-setembro foi de 1,08%, enquanto janeiro-março e abril-junho cresceu 3,76% e 9,75%, respectivamente. A perda de dinamismo entre o segundo e o terceiro trimestre está associada, principalmente, ao menor ritmo produtivo vindo de alimentos e bebidas (de 10,16% para 4,17%) e de indústrias extrativas (de 18,52% para -7,20%).

**Tabela 1**  
**Estado de Goiás: Pesquisa Industrial Mensal Produção Física**  
**(Base: Igual período do ano anterior = 100)**

| Segmentos                  | Variação (%) |         |         |         |         |         |
|----------------------------|--------------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                            | 2004         |         |         | 2005    |         |         |
|                            | 1º Trim      | 2º Trim | 3º Trim | 1º Trim | 2º Trim | 3º Trim |
| Indústria geral            | 4,25         | 5,22    | 9,42    | 3,76    | 9,75    | 1,08    |
| Indústria extrativa        | -9,36        | -10,74  | 47,11   | 2,79    | 18,52   | -7,20   |
| Indústria de transformação | 5,94         | 6,92    | 6,82    | 3,87    | 8,98    | 1,87    |
| Alimentos e bebidas        | 5,28         | 6,35    | 9,07    | 6,35    | 10,16   | 4,17    |
| Produtos químicos          | 21,11        | 12,23   | 0,00    | -12,27  | -0,52   | -11,79  |
| Minerais não-metálicos     | 0,07         | 18,52   | 3,79    | -0,68   | 8,95    | -7,71   |
| Metalurgia básica          | -4,83        | -2,25   | 2,54    | 13,20   | 10,54   | 16,02   |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa.

Elaboração: Seplan-GO/Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2005

De janeiro a setembro, a produção acumulada foi de 4,69%. Na análise por atividades, verifica-se que três assinalaram expansão, com destaque para alimentos e bebidas (6,82%). Por outro lado, entre as duas atividades que recuaram a produção, sobressaiu a redução observada em produtos químicos (-8,97%).

O indicador acumulado nos últimos doze meses mostrou crescimento de 6,97%, com redução do ritmo de expansão da produção em relação a agosto (9,00%).

### Comércio Varejista

Considerando os dados para o comércio varejista ampliado, o estado de Goiás apresentou, tanto em relação ao volume de vendas quanto à receita nominal, resultados muito superiores à média nacional, conforme as tabelas 2 e 3. Deve-se salientar que os segmentos sensíveis à renda apresentaram resultados muito positivos, o que pode estar correlacionado ao período de colheita da safra, em que a renda disponível aumenta, impactando positivamente nas

vendas. Deve-se considerar também que o crédito pessoal voltado para o consumo continuou em um patamar representativo, embora já seja

possível observar que o mesmo está próximo do limite, fato que vem ocorrendo também em relação ao crédito consignado.

**Tabela 2**  
**Estado de Goiás e Brasil: Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado**  
**terceiro trimestre de 2005**

| Segmentos  | Variação (%) |       |        |       |
|--|--------------|-------|--------|-------|
|  | Brasil       |       | Goiás  |       |
|  | Set          | 2005  | Set    | 2005  |
| Combustíveis e Lubrificantes   | -7,14        | -7,02 | 21,57  | 14,09 |
| Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo    | 3,86         | 3,57  | 23,83  | 17,97 |
| - Hipermercados e Supermercados                                      | 2,7          | 2,63  | 23,43  | 16,97 |
| Tecidos, vestuários e calçados                                       | 11,46        | 4,59  | 7,96   | 13,12 |
| Móveis e eletrodomésticos  | 12,30        | 18,13 | 15,61  | 16,99 |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos | 10,51        | 5,14  | 31,74  | 15,87 |
| Livros, jornais, revistas e papelaria                                | 8,37         | 2,13  | 11,58  | 12,16 |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação  | 53,51        | 45,20 | 102,48 | 13,65 |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico                            | 18,76        | 14,32 | 47,61  | -5,60 |
| Veículos, motores, partes e peças                                    | -1,64        | 1,83  | -6,73  | 7,24  |
| Material de construção   | -6,67        | -5,97 | 10,45  | 11,12 |
| Comércio varejista geral   | 2,47         | 3,25  | 9,44   | 12,16 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio

**Tabela 3**  
**Estado de Goiás e Brasil: Variação de receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado**  
**terceiro trimestre de 2005**

| Segmentos  | Variação (%) |       |       |       |
|--|--------------|-------|-------|-------|
|  | Brasil       |       | Goiás |       |
|  | Set          | 2005  | Set   | 2005  |
| Combustíveis e Lubrificantes   | 3,28         | 7,21  | 29,67 | 32,54 |
| Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo    | 4,05         | 6,46  | 22,82 | 20,78 |
| - Hipermercados e Supermercados                                      | 2,88         | 5,50  | 22,49 | 19,78 |
| Tecidos, vestuários e calçados                                       | 19,50        | 14,48 | 17,63 | 24,88 |
| Móveis e eletrodomésticos  | 17,70        | 24,81 | 24,05 | 25,54 |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos | 16,77        | 11,31 | 40,19 | 23,59 |
| Livros, jornais, revistas e papelaria                                | 14,74        | 9,10  | 17,04 | 18,18 |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação  | 42,85        | 41,36 | 96,90 | 13,61 |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico                            | 25,51        | 22,95 | 58,52 | 0,86  |
| Veículos, motores, partes e peças                                    | 3,73         | 11,50 | -1,32 | 20,01 |
| Material de construção   | 2,17         | 5,85  | 16,94 | 21,58 |
| Comércio varejista geral   | 6,95         | 10,83 | 13,99 | 22,02 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio



Um dos destaques foi o setor equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação que apresentou um forte crescimento tanto em relação ao volume físico (102,48 %) quanto às vendas nominais (96,90%). Tal fato ocorreu em função da queda da cotação do dólar que barateou as importações de equipamentos de informática, bem como pelo crediário oferecido pelas grandes redes varejistas.

O setor móveis e eletrodomésticos também apresentou resultados altamente positivos, com um crescimento das vendas físicas de (15,61%) e da receita nominal de (24,05%) no mês de setembro. Tal fato é decorrente ainda do crédito ao consumidor, em geral com elevado número de parcelas, altas taxas de juros e prestações de baixo valor.

Outro fato relevante está associado ao crescimento tanto do volume das vendas quanto da receita nominal do setor de material de construção, que além de ser sensível à renda é também relacionado a um segmento indutor da geração de emprego e renda, a construção civil. Outro setor que continuou apresentando resultados muito favoráveis foi hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo.

No geral, observa-se que os segmentos sensíveis à variações na renda apresentaram resultados amplamente favoráveis, o que demonstra um quadro otimista para a economia goiana, na medida em que outras atividades econômicas têm gerado externalidades positivas no comércio varejista.

### Comércio Exterior

A balança comercial do Estado de Goiás, no terceiro trimestre de 2005, registrou saldo positivo de US\$ 375,389 milhões, apresentando acréscimo de 35,00% em relação ao mesmo período de 2004. As exportações foram de US\$ 580,882 milhões e as importações US\$ 205,494 milhões. A corrente de comércio (somatório das exportações e importações) totalizou US\$ 786,376 milhões.

O complexo soja, que lidera a lista dos produtos exportados no terceiro trimestre de 2005, respondeu por 61,10% das exportações goianas, atingindo o montante de US\$ 354,92 milhões. Também se destacaram as carnes (bovinas, aves, suínas e peixes) com vendas externas de US\$ 100,32 mi-

lhões (17,27% do total). Outros itens importantes são: algodão, ouro, ferroligas, couros, açúcar, amianto, adubos, leite e derivados.

No período de julho a setembro de 2005, a Holanda permaneceu sendo o principal destino das exportações goianas, com US\$ 176,41 milhões, o equivalente a 30,37% do total. Isso se deve principalmente ao porto de Roterdã, porta de entrada de grande parte dos itens importados pela União Européia. O segundo cliente de Goiás foi a China (US\$ 83,58 milhões), seguida dos Estados Unidos (US\$ 27,71 milhões), Rússia (US\$ 26,77 milhões), França (US\$ 22,06 milhões) e Itália (US\$ 17,09 milhões).

No mesmo período, as importações de adubos e fertilizantes participaram com 22,65%, no valor de US\$ 46,236 milhões. Também foram adquiridos no mercado externo veículos automotores, tratores, máquinas e aparelhos mecânicos, produtos farmacêuticos, químicos orgânicos, ferro, aço, aparelhos e materiais elétricos, entre outros. Predominam nas importações goianas os produtos manufaturados ao contrário das exportações que são concentradas em commodities agrícolas e produtos industrializados de baixa tecnologia

**Tabela 4**  
**Estado de Goiás: Balança comercial**  
**3º trimestre de 2004 – 2005**

| (US\$ 1.000 FOB) |            |            |         |                      |
|------------------|------------|------------|---------|----------------------|
| Período          | Exportação | Importação | Saldo   | Corrente de comércio |
| 2004             | 454.769    | 177.658    | 277.111 | 632.427              |
| Julho            | 144.874    | 59.252     | 85.621  | 204.126              |
| Agosto           | 134.599    | 51.181     | 83.418  | 185.780              |
| Setembro         | 175.296    | 67.225     | 108.072 | 242.521              |
| 2005             | 580.882    | 205.494    | 375.389 | 786.376              |
| Julho            | 202.578    | 54.203     | 148.375 | 256.781              |
| Agosto           | 216.404    | 65.232     | 151.173 | 281.636              |
| Setembro         | 161.900    | 86.059     | 75.841  | 247.959              |

Fonte: MDIC.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005

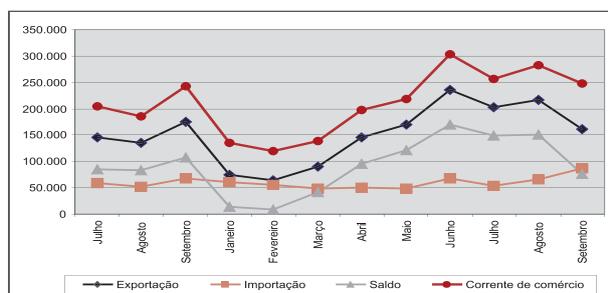
O saldo da balança comercial do Estado de Goiás de janeiro a setembro de 2005 foi de US\$ 825,919 milhões, superior a 20,30% ao mesmo período de 2004. Nesse período as exportações goianas acumularam US\$ 1,361 bilhão, um valor 21,10% superior ao mesmo período de 2004. Apesar do dólar depreciado em relação ao real, esse resultado



mostra a posição consistente que Goiás está conquistando no mercado internacional devido ao aumento da produção, à abertura e à ampliação de mercados e ao crescimento do volume vendido.

**Gráfico 2**

**Estado de Goiás: Balança comercial - 2004 - 2005**



Fonte: MDIC.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2005

## Agricultura

A produção goiana de grãos, segundo os dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA/IBGE, foi de 11.316 mil toneladas na estimativa de setembro de 2005, volume apenas 0,27% superior ao registrado em setembro de 2004, quando foram colhidas 11.285 mil toneladas. Vale ressaltar que praticamente a colheita da maioria dos produtos já está encerrada, faltando parte das lavouras irrigadas. Os principais produtos que apresentaram expansão foram: Algodão herbáceo (5,53%), arroz (1,38%), cana-de-açúcar (11,55%), feijão (33,54%) e soja (14,65%). Apresentaram queda: milho(-19,29%), sorgo (-31,37%) e tomate (-11,39%).

**Tabela 5**

**Estado de Goiás: Área colhida, produção e produtividade dos principais produtos - set/04-set/05**

| Produtos       | Área Colhida (ha) |           | Variação (%) | Produção (t) |            | Variação (%) | Produtiv. (Kg/ha) |        | Variação (%) |
|----------------|-------------------|-----------|--------------|--------------|------------|--------------|-------------------|--------|--------------|
|                | Set/04            | Set/05    |              | Set/04       | Set/05     |              | Set/04            | Set/05 |              |
| Algodão herb.  | 141.555           | 149.389   | 5,53         | 141.555      | 149.389    | 5,53         | 3.319             | 2.899  | -12,65       |
| Arroz          | 165.427           | 184.950   | 11,80        | 369.513      | 374.625    | 1,38         | 2.234             | 2.026  | -9,31        |
| Cana-de-açúcar | 179.328           | 197.837   | 10,32        | 14.121.079   | 15.752.684 | 11,55        | 78.744            | 79.625 | 1,12         |
| Feijão         | 104.422           | 117.979   | 12,98        | 209.835      | 280.204    | 33,54        | 5.542             | 6.180  | 11,51        |
| Milho          | 696.324           | 613.023   | -11,96       | 3.523.279    | 2.843.534  | -19,29       | 9.911             | 8.580  | -13,43       |
| Soja           | 2.591.084         | 2.663.380 | 2,79         | 6.091.676    | 6.983.890  | 14,65        | 2.351             | 2.622  | 11,53        |
| Sorgo          | 314.267           | 275.065   | -12,47       | 741.076      | 508.629    | -31,37       | 2.359             | 1.849  | -21,62       |
| Tomate         | 11.384            | 10.732    | -5,73        | 871.945      | 772.680    | -11,38       | 76.594            | 71.998 | -6,00        |

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

Elaboração: Sepplan-GO/Sepin - Gerência de Contas Regionais - 2005

As estimativas em setembro de 2005 para a produção de cana-de-açúcar apresentaram um resultado positivo, com expansão de 11,55% na produção, comparado com o mesmo período do ano anterior. A área plantada cresceu na mesma proporção da produção 10,32% e a produtividade chegou a 79.625 kg/ha, com incremento de 1,12%. Fato explicado pelo aumento das exportações de açúcar e pela elevação na produção de álcool combustível.

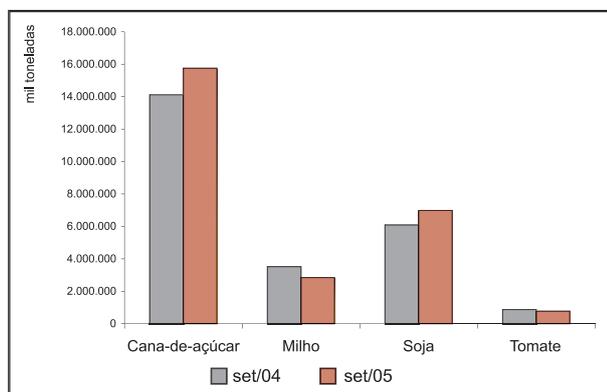
A lavoura de milho, conforme o LSPA/IBGE, recuou 19,29% na produção e 11,96% na área plantada, devido aos baixos preços praticados no mercado de milho, período longo de estia-

gem, além de competir com outras culturas, como a soja.

No caso da soja houve expansão na área plantada de 2,79% e crescimento na produção de 14,65%, quando foram colhidas 6.984 mil toneladas no mês de setembro do corrente ano, ante 6.092 mil no mesmo período do ano anterior, com incremento na produtividade de 11,53%. A expansão da produção da soja é explicada em parte pela falta de opção de plantio para outras culturas, até porque o milho também apresentou cotações bem aquém das esperadas. O tomate, matéria prima importante na indústria alimentícia goiana, apresentou decréscimo de 5,73% na área plantada e 11,38% na produção.



**Gráfico 3**  
Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola

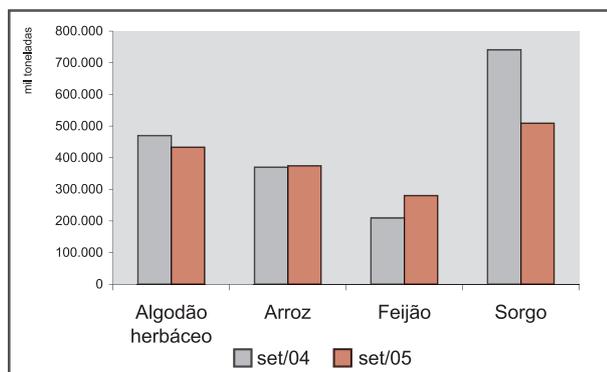


Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA  
Elaboração: Seplan-GO/ Sepin- Gerência de Contas Regionais - 2005

No que se refere à produção de algodão herbáceo, foi observado no levantamento do LSPA, aumento na produção de 5,53%, apesar de ter ocorrido estiagem em algumas regiões produtoras, comprometendo a produtividade que reduziu 12,65%. É importante destacar que os preços recebidos pelos produtores pela arroba de algodão foram inferiores aos praticados na comercialização do ano anterior, provocando um certo desestímulo nos produtores.

A pesquisa apontou uma previsão de incremento na produção de arroz de apenas 1,38% e 11,80% na produção e área plantada na safra de setembro de 2005. O feijão destacou-se com a maior taxa de crescimento 33,54% entre os produtos analisados e variação positiva na produtividade de 11,51%. A cultura de sorgo sofreu retração de 31,37%, reduzindo a área plantada e o rendimento médio em 12,47% e 21,62% respectivamente.

**Gráfico 4**  
Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA  
Elaboração: Seplan-GO/ Sepin- Gerência de Contas Regionais - 2005

## Emprego Formal

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego, para Goiás, mostram um incremento de 14.133 novos postos de trabalho no terceiro trimestre de 2005, o resultado foi pouco inferior ao mesmo trimestre de 2004, quando foram registrados 14.359 novas vagas. A expansão do emprego celetista no trimestre em questão, foi favorecida, em grande medida, pelo desempenho da construção civil, serviços e indústria de transformação.

No período de julho a setembro de 2005, a construção civil foi a atividade que obteve o maior número de novos postos de trabalho (3.848), puxado pelas atividades de obras viárias e de aluguel de equipamentos de construção, prosseguindo os programas de pavimentação asfáltica no estado e na capital, iniciado no trimestre anterior. O setor de serviços registrou 3.696 novos empregos, favorecido pelas contratações em serviços sociais como alojamento e telecomunicações. Já a indústria de transformação contribuiu com 3.241 novas vagas no trimestre, destaque para abate de aves, processamento de conservas e fabricação de medicamentos para uso humano. Neste período do ano alguns segmentos da atividade industrial goiana entra em processo de desaquecimento, devido ao final do processamento de algumas safras agrícolas, como o caso dos produtos derivados da cana-de-açúcar.

No acumulado de janeiro a setembro deste ano, o emprego celetista somou 47.550 novos postos de trabalho, inferior ao mesmo período de 2004, quando foram registrados 52.661 novos trabalhadores. As atividades produtivas que mais contribuíram para o saldo positivo no semestre foram: indústria de transformação (16.305), serviços (11.312) e construção civil (8.019). A única atividade com saldo negativo foi a administração pública.

**Tabela 6**

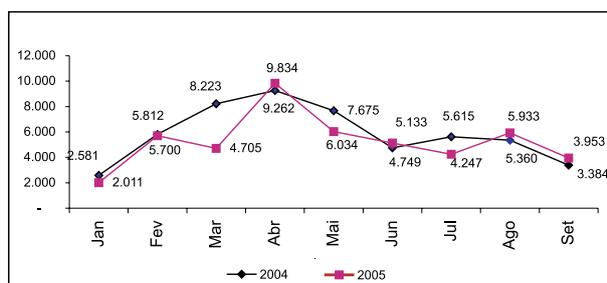
**Estado de Goiás: saldo – Admitidos/Desligados por setor de atividade**

| Setores                     | 3º trim. 2004 | 3º trim. 2005 | Jan/Set 2005 |
|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|
| Extrativa mineral           | 129           | 15            | 622          |
| Indústria de transf.        | 4.921         | 3.241         | 16.305       |
| Serv. ind. de util. pública | 293           | 145           | 309          |
| Construção civil            | 2.541         | 3.848         | 8.019        |
| Comércio                    | 2.774         | 2.427         | 5.175        |
| Serviços                    | 2.774         | 3.696         | 11.312       |
| Administração pública       | 96            | -25           | -72          |
| Agropecuária                | 831           | 786           | 5.880        |

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

**Gráfico 5**

**Estado de Goiás: saldo – Admitidos/Desligados por setor de atividade – 2004/05**



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

**Índice de Preços**

A inflação registrada na cidade de Goiânia no último trimestre, encerrado em setembro, apresentou índices negativos em todos os meses, o recuo no indicador esteve associado principalmente à redução das variações dos preços dos alimentos, grupo com a segunda maior participação na composição do índice. As condições favoráveis à oferta de produtos agrícolas proporcionaram queda nos preços de produtos básicos a exemplo de alimentos semi-elaborados como o arroz (-7,64%) e feijão carioca (-16,29%) e a carne bovina de 1ª (-6,24%), as condições climáticas mais adequadas às culturas de produtos in natura determinaram, também, expressiva redução de seus preços, proporcionando uma queda de (-14,92%) no período.

**Tabela 7**

**Variação simples e acumulada por grupo de despesa no trimestre - 2005**

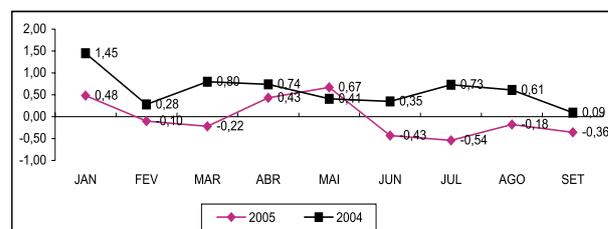
| Setores                                | Meses        |              |              | % Acum. trim. | % Acum. ano  |
|--|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
|  | Jul          | Ago          | Set          |               |              |
| Alimentação                            | -1,66        | -1,89        | -1,06        | -4,54         | -6,84        |
| Habitação                              | -0,83        | 0,82         | -0,28        | 0,30          | 2,43         |
| Serviços Pessoais                      | -0,26        | 0,29         | 1,14         | 1,70          | 0,45         |
| Saúde e Higiene                        | 0,14         | 0,59         | -0,08        | 0,65          | 6,12         |
| Vestiário                              | -0,07        | -0,80        | 1,15         | 0,27          | 3,78         |
| Serviços Públicos/ Utilidades Públicas | 0,55         | -0,17        | -0,65        | -0,27         | -0,01        |
| <b>Total</b>                           | <b>-0,54</b> | <b>-0,18</b> | <b>-0,36</b> | <b>-1,08</b>  | <b>-0,26</b> |

Elaboração: Seplan-Go/Sepin – Gerencia de Índices de Preços - 2005

O comportamento da inflação nos últimos nove meses de 2005, em comparação a igual período de 2004 evidencia o arrefecimento dos preços que foram influenciados por choques positivos que dissiparam as pressões altistas. Os diversos fatores que propiciaram um cenário favorável a 2005 foram verificados não só no grupo de alimentação como em todos os grupos considerados na formação do índice. A variação acumulada para os meses de janeiro a setembro de 2005 foi de (-0,26%) enquanto que em 2004, neste mesmo período, o índice já acumulava variação de (5,59%). Nesse sentido, o registro de índices menores favoreceu o consumidor de menor renda que ganhou com um menor desembolso na aquisição de bens e serviços.

**Gráfico 6**

**Variação Simples do IPC – Goiânia 2004/2005 (%)**



Elaboração: Seplan-Go/Sepin – Gerencia de Índices de Preços - 2005



# O PIB Goiano em 2003<sup>1</sup>

**Resumo:** Os resultados do Produto Interno Bruto de Goiás apresentado neste artigo compreendem o desempenho da economia goiana, sua composição no PIB nacional e na região Centro-Oeste, taxas de crescimento da produção e PIB per capita. Esses dados estão expressos em valores correntes, moeda do próprio ano. São demonstrados indicadores de crescimento anual e da estrutura produtiva do estado.

**Palavras-chave:** Produto Interno Bruto; PIB per capita; economia goiana em 2003; estrutura produtiva goiana.

## Introdução

O Produto Interno Bruto (PIB) corresponde ao valor, a preços de mercado, de todos os bens e serviços finais internamente produzidos dentro do território nacional ou regional, num determinado período de tempo. A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento calcula o PIB anual de Goiás de acordo com a metodologia implementada pelo IBGE. Esta metodologia é compatível com as Contas Nacionais, comparável com a utilizada pelas demais Unidades da Federação e segue as recomendações do modelo padronizado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Os dados disponibilizados apresentam uma certa defasagem, compatível com o processo metodológico aplicado. O trabalho é realizado em convênio com o IBGE, coordenador nacional das Contas Regionais, e os demais órgãos estaduais de estatística. O resultado final do PIB depende do fechamento do cálculo por todas as unidades da federação.

\* Economista, Pós-Graduada em Economia Agroindustrial na UFG e Gerente de Contas Regionais da Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan - GO. E-mail: dinammar@seplan.go.gov.br

\*\* Economista, Pós-Graduado em Economia Agroindustrial pela UFG, Gestor de Planejamento e Orçamento da Seplan-GO e membro do Comitê Técnico Nacional do PIB Municipal. E-mail: marcos@seplan.go.gov.br

<sup>1</sup> Agradecimentos a Marcelo Cardoso da Silva pela contribuição na elaboração deste artigo



Dinamar Maria  
Ferreira Marques\*



Marcos Fernando Arriel\*\*

## Economia brasileira no ano de 2003

A economia brasileira em 2003 apresentou dois momentos distintos. Até o final do primeiro semestre foi marcado pelo ambiente macroeconômico adverso, resultante da crise do segundo semestre de 2002, agravado pelo processo eleitoral, bem como pelos ajustes requeridos para a sua superação, implicando recuo da demanda interna e dos fluxos de investimentos, elevação da taxa de juros e deterioração do poder de compra dos rendimentos. Nesse primeiro momento predominaram os desdobramentos do processo de transição política notadamente a elevação do risco-país, a redução de disponibilidade de recursos externos e conseqüente depreciação da taxa de câmbio.

No segundo momento iniciou-se o processo de recuperação do nível de atividade. O recuo da inflação, o dinamismo da produção industrial, das vendas do comércio varejista e gasto com investimentos, possibilitaram o aumento da demanda por bens de consumo duráveis e bens de capital.

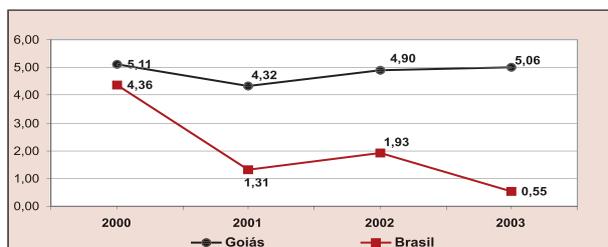
A recuperação ocorrida no nível de atividade econômica no segundo semestre e o bom desempenho da agropecuária evitou que o PIB brasileiro registrasse taxa negativa no ano de 2003, com crescimento de 0,55%. Em valores correntes alcançou montante de R\$ 1,556 trilhão (tabela 1)

## Economia Goiana

Apesar das adversidades ocorridas na economia brasileira em 2003, a economia goiana apresentou um bom desempenho. O estado de Goiás que tem como alicerce o agronegócio, embora não estivesse imune aos reflexos da instabilidade econômica, obteve desempenho de 5,06% em volume no ano de 2003, resultado superior à média nacional em 4,41 pontos percentuais. O PIB a pre-

ço de mercado corrente atingiu R\$ 36,835 bilhões no ano de 2003, valor superior ao de 2002 que foi de R\$ 31,299 bilhões, agregando a mais a economia goiana R\$ 5,536 bilhões. Sua participação que fora de 2,33% no produto nacional em 2002, passou para 2,37% em 2003, resultado que assegurou ao estado a 10ª posição no ranking nacional.

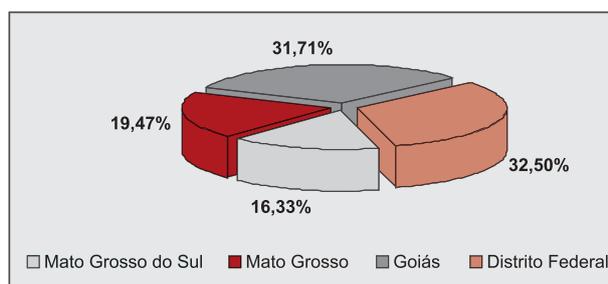
**Gráfico 1**  
**ESTADO DE GOIÁS e Brasil: Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – 2000 - 03**



Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2005

Na região Centro-Oeste, Goiás participou com 31,71% da riqueza gerada, posicionando-se na segunda colocação, perdendo apenas para o Distrito Federal (32,50%). Os demais estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul participaram com 19,47% e 16,33% respectivamente. A região vem ganhando participação no PIB nacional. Em 2000 a região representava 6,95% e em 2003 passou para 7,46%, atingindo valor de R\$ 116,172 bilhões. O avanço da região Centro-Oeste na participação do PIB nacional, nos últimos anos, é fruto do processo de especialização industrial que busca eficiência e competitividade. Com o avanço da agroindústria, passaram a predominar na região indústrias de bens não duráveis, especialmente as de alimentos. As estatísticas confirmam que a indústria de alimentos foi a que mais cresceu no Brasil nos últimos anos, motivada pela integração entre agricultura e indústria.

**Gráfico 2**  
**ESTADO DE GOIÁS: Produto Interno Bruto - Participação na Região Centro-Oeste – 2003**

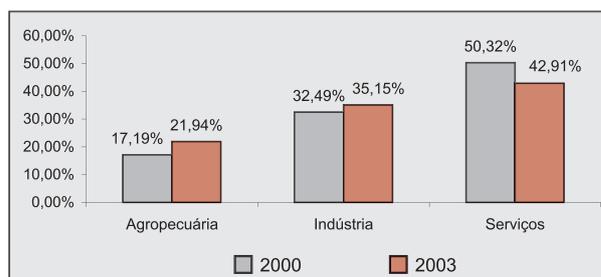


Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2005

A estrutura produtiva dos grandes setores do PIB goiano para o ano de 2003 ficou assim definida: Agropecuária, com participação de 21,94%, agregou R\$ 7,434 bilhões e apresentou expansão de 11,33%; a indústria teve participação de 35,15%, agregou R\$ 11,912 bilhões e apresentou crescimento de 4,53%; e serviços, que contribuiu com 42,91%, agregou R\$ 14,543 bilhões e expandiu 2,21%.

É importante observar a evolução dos setores da economia no decorrer do período de 2000 a 2003. Os dados revelam queda de participação do setor de serviços, enquanto que os setores da agropecuária e indústria expandiram neste período. No ano de 2000, serviços representava 50,32% da economia estadual, já a agropecuária participava com 17,19% e indústria 32,49%. No ano de 2003, serviços caiu para 42,91%, em contrapartida agropecuária e indústria aumentaram para 21,94% e 35,15% respectivamente. Fato explicado pelo fraco desempenho da atividade de serviço e pelo forte desempenho da agropecuária e pelo dinamismo da agroindústria.

**Gráfico 3**  
**Estado de Goiás: Participação das Atividades Produtivas – 2000 - 03**



Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2005

Em 2003, o estado de Goiás possuía população de 5,4 milhões de habitantes distribuída em 246 municípios e PIB de R\$ 36,835 bilhões, que resultou num PIB per capita de R\$ 6.825, obtendo crescimento real de 2,90% e ocupando a 12ª posição no ranking nacional. Esta variação positiva confirma crescimento contínuo ao longo da série (tabela 1).

O PIB per capita goiano aumentou significativamente nos últimos anos, passando de R\$ 4.276 no ano de 2000 para R\$ 6.825 no ano de 2003. Neste período este indicador apresentou crescimento real de 11,02%, a uma média anual de 2,65%. Isto



significa que a economia do estado expandiu a taxas bem superiores ao crescimento populacional. Se comparado à economia brasileira o PIB per capita cresceu 2,26% no período analisado, com mé-

dia anual de apenas 0,54%. Apesar do bom desempenho, o PIB per capita do estado de Goiás foi inferior ao nacional que em 2003 atingiu o valor de R\$ 8.694.

**Tabela 1**  
**ESTADO DE GOIÁS e Brasil: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita e taxas de crescimento – 2000 - 03**

| Ano  | Produto Interno Bruto          |           |                          |        | Produto Interno Bruto per capita |        |                          |        |
|------|--------------------------------|-----------|--------------------------|--------|----------------------------------|--------|--------------------------|--------|
|      | Valores Correntes (R\$ milhão) |           | Taxas de Crescimento (%) |        | Valores Correntes (R\$ milhão)   |        | Taxas de Crescimento (%) |        |
|      | Goiás                          | Brasil    | Goiás                    | Brasil | Goiás                            | Brasil | Goiás                    | Brasil |
| 2000 | 21.665                         | 1.101.255 | 5,11                     | 4,36   | 4.276                            | 6.430  | 2,86                     | 2,82   |
| 2001 | 25.048                         | 1.198.736 | 4,32                     | 1,31   | 4.839                            | 6.896  | 2,12                     | -0,17  |
| 2002 | 31.299                         | 1.346.028 | 4,90                     | 1,93   | 5.921                            | 7.631  | 2,72                     | 0,44   |
| 2003 | 36.835                         | 1.556.182 | 5,06                     | 0,55   | 6.825                            | 8.694  | 2,90                     | -0,91  |

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2005

**Tabela 2**  
**ESTADO DE GOIÁS: Estrutura, taxas de crescimento e impactos na taxa global do Valor Adicionado Bruto – 2002 - 03**

%

| Setores de Atividades   | Estrutura     |               | Taxas de Crescimento |              | Impactos 2003 |
|---|---------------|---------------|----------------------|--------------|---------------|
|   | 2002          | 2003          | 2002                 | 2003         |               |
| <b>Agropecuária</b>   | <b>22,51</b>  | <b>21,94</b>  | <b>7,82</b>          | <b>11,33</b> | <b>2,55</b>   |
| <b>Indústria</b>  | <b>32,62</b>  | <b>35,15</b>  | <b>3,26</b>          | <b>4,53</b>  | <b>1,48</b>   |
| Indústria extrativa mineral   | 0,23          | 0,26          | 4,85                 | 5,55         | 0,01          |
| Indústria de transformação  | 15,95         | 18,63         | 10,58                | 6,60         | 1,05          |
| Eletricidade, gás e água  | 5,84          | 6,48          | -5,96                | 5,24         | 0,31          |
| Construção  | 10,59         | 9,79          | -0,37                | 1,00         | 0,11          |
| <b>Serviços</b>   | <b>44,87</b>  | <b>42,91</b>  | <b>4,53</b>          | <b>2,21</b>  | <b>0,99</b>   |
| Comércio e reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico | 7,26          | 7,34          | 3,09                 | 0,81         | 0,06          |
| Alojamento e alimentação  | 1,01          | 0,88          | 2,13                 | 2,10         | 0,02          |
| Transportes e armazenagem   | 1,54          | 1,51          | 2,31                 | -0,26        | 0,00          |
| Comunicações  | 3,25          | 2,89          | 22,61                | -1,65        | -0,05         |
| Intermediação financeira  | 4,66          | 4,23          | 5,33                 | 4,90         | 0,23          |
| Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas        | 5,86          | 5,34          | 2,55                 | 3,00         | 0,18          |
| Admin. pública, defesa e seguridade social                                | 14,65         | 14,29         | 2,13                 | 2,10         | 0,31          |
| Saúde e educação mercantis  | 2,86          | 2,73          | 2,13                 | 2,10         | 0,06          |
| Outros serviços coletivos, sociais e pessoais                             | 3,25          | 3,16          | 9,45                 | 5,70         | 0,19          |
| Serviços domésticos   | 0,54          | 0,54          | 2,13                 | 2,10         | 0,01          |
| <b>Valor adicionado Total</b>   | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> | <b>4,67</b>          | <b>5,02</b>  | <b>5,02</b>   |

Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2005



## Análise setorial

As atividades produtivas que mais contribuíram para o expressivo resultado de 5,06% foram: agropecuária, indústria de transformação, indústria extrativa mineral e eletricidade, gás e água. Vale ressaltar que apenas duas atividades registraram decréscimo: comunicações e transporte e armazenagem.

### Agropecuária

A agropecuária tem assumido papel importante na economia goiana, dada sua capacidade de produzir matérias primas para as agroindústrias, impulsionar a balança comercial, bem como na geração de empregos. Nos últimos anos, esta atividade apresentou crescimentos contínuos, influenciados pela elevação nos preços dos produtos da agropecuária, principalmente nos produtos de commodities, no acumulado de 2000 a 2003 a agropecuária goiana registrou variação de 38,26%, atingindo média anual de 8,44%, perdendo apenas para atividade de comunicação. Este desempenho deveu-se principalmente a dois fatores naquele ano: crescimento da produtividade, aumento das exportações de produtos da agropecuária e da agroindústria.

A participação da atividade agropecuária no Valor Adicionado Bruto (VAB) de 22,51% em 2002, caiu para 21,94% em 2003 e agregou R\$ 7,434 bilhões à economia. O expressivo resultado apurado de 11,33% nesta atividade foi principalmente pelo excepcional crescimento no valor bruto da produção da lavoura temporária (12,49%). A produção animal teve desempenho inferior ao da lavoura, cresceu 1,13%.

Na agricultura, os produtos que mais influenciaram para o bom desempenho foram: soja, feijão, milho, cana-de-açúcar, sorgo, tomate e trigo.

Neste ano a soja obteve crescimento de 16,90% no volume de produção, continuou sendo o produto de maior importância na agricultura goiana, representando 49,51% do valor bruto das lavouras temporárias e permanentes e 18,45% do valor bruto da produção da agropecuária no ano de 2003. A produção naquele ano atingiu o montante de 6.319.213 t, ocupando a 4ª posição na produção nacional e uma área colhida de 2.176.720

ha, com produtividade de 2,90 t/ha. O cultivo da soja vem sendo disseminado em vários municípios do estado. Em 2003, 155 municípios plantaram essa oleaginosa, contra 143 em 2002. Os municípios com maior produção foram: Rio Verde (11,87%), Jataí (9,74%), Mineiros (5,21%), Montividiu (5,06%), Cristalina (4,27%) e Chapadão do Céu (3,78%), representando 39,93% da produção do estado e participando em 37,76 % de toda a área plantada desta cultura em Goiás. Os principais municípios com maior produtividade foram: Portelândia, Serranópolis, Montividiu e Jataí.

É importante destacar a importância da soja no desenvolvimento do estado. Segundo pesquisa do IBGE, nos municípios grandes produtores de soja o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é elevado. Municípios como Rio Verde, Jataí e Chapadão do Céu, grandes produtores de soja, estão entre os de melhor IDH do estado.

A cultura do Feijão, em 2003, estava presente em 134 municípios goianos. Sua produção naquele ano foi de 289.172 t, obtendo um crescimento de 22,83% numa área colhida de 139.852 ha. O estado destaca-se como o maior produtor desta cultura na região Centro-Oeste e ocupa a 5ª posição na produção nacional. Os cinco municípios maiores produtores de feijão responderam por 52,23% da produção regional: Cristalina (24,48%), Luziânia (10,41%), Cabeceiras (6,08%), Montividiu (5,71%), e Rio Verde (5,55%).

O milho é a cultura que tem o segundo maior peso na agricultura goiana (15,21%), em 2003 obteve um crescimento de 7,17% na produção em relação ao ano anterior. A produção que era de 3.389.532 t em 2002, passou para 3.632.636 em 2003, ano em que a produtividade atingiu 5,07 t/ha.

A produção de cana-de-açúcar em Goiás expandiu de 10,57% no ano de 2003, refletindo as excelentes cotações dos seus principais derivados, o açúcar e o álcool. Neste ano foram colhidas 12.907.592 t numa área de 164.861 ha e produtividade de 78,29 t/ha, média superior a nacional 73,73 t/ha. O estado, ainda sem tradição nesta cultura, reúne esforços para se tornar a nova rota do setor sucroalcooleiro na região Centro-Oeste.



O sorgo, que é cultivado em rotação de cultura com a soja, vem sendo uma alternativa em substituição ao milho 2ª safra, por ser mais resistente às adversidades climáticas. Em 2003, houve um aumento de 167,62% na produção em relação à safra anterior. Goiás era o estado com maior produção, responsável por 35,37% da produção nacional. O município Rio Verde apresentou a maior participação, respondendo por 19% da produção do estado.

O tomate apresentou variação na produção de 6,81% em 2003, expansão de 5,44% na área colhida e 1,30% em produtividade. Este resultado se deve principalmente à indústria de molhos e condimentos, atividade que tem importância na indústria de transformação goiana.

A pecuária apresentou desempenho positivo em todos os segmentos, variando 1,13% em 2003, cujo destaque foram os rebanho de aves e suínos.

A criação de aves, em 2003, expandiu 10,03%, alcançando plantel de 35.937.069 cabeças, ante 32.552.645 em 2002. Caso semelhante aconteceu com a criação de suínos que teve uma variação positiva de 8,11%, passando de 1.360.573 em 2002, para 1.499.050 cabeças no ano de 2003.

Os bons resultados da atividade agropecuária no PIB goiano vêm sustentando taxas positivas ao longo dos últimos anos, fomentando a agroindústria, agregando mais valor aos produtos exportáveis e gerando novos postos de trabalho, garantindo assim o desenvolvimento de Goiás. É observado que esta atividade tem registrado crescimento acima da média estadual o que confere competitividade ao setor.

## **Indústria**

O crescimento industrial de Goiás está associado à expansão verificada na indústria de transformação. Tal fato deve-se ao fluxo de investimentos industriais que vêm ocorrendo no estado nos últimos anos. Em geral são indústrias que buscam novas áreas para investimentos em que os custos de produção sejam menores e que possam contar com incentivos financeiros.

O setor industrial é composto por indústria extrativa mineral, indústria de transformação, ele-

tricidade, gás e água e construção civil. Essas atividades representaram 35,15% do total do PIB de Goiás em 2003, apresentando uma variação positiva de 4,53% e contribuindo com 1,48% no crescimento do PIB goiano. A atividade que mais contribuiu para o desempenho positivo foi a indústria de transformação.

A indústria de transformação goiana obteve excelente performance em 2003, crescendo 6,60% e agregando R\$ 6,313 bilhões a economia. No período 2000 a 2003 esta atividade acumulou taxa de 30,78% e crescimento médio anual de 6,94%, superior ao da economia estadual (4,85%). Nesse mesmo período, houve uma elevação de 36,90% no emprego formal do setor, com média de 8,17% ao ano, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa atividade representou 53,00% na estrutura produtiva do setor industrial, destaque principalmente para os segmentos: alimentos e bebidas e metalúrgica básica.

Segundo Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, Goiás participava no Brasil com 1,20% no valor das vendas industriais em 2000, passando para 1,60% em 2003, ocupando a 10ª posição no ranking nacional. O ganho de participação foi motivado pela expansão da indústria alimentícia, com destaque para tomatedos, tortas, bagaços, farelos e outros resíduos de soja e indústria extrativa mineral.

A atividade serviço industrial de utilidade pública (eletricidade, gás e água), depois de dois anos de resultados negativos, obteve crescimento de 5,24% e elevou o valor adicionado a R\$ 2,194 bilhões no ano de 2003, ante R\$ 1,695 bilhões em 2002. O expressivo resultado foi motivado pelo crescimento na geração e consumo de energia elétrica, e ainda, pelo início da operação da hidrelétrica de Cana Brava localizada no município de Cavalcante no nordeste goiano.

A indústria extrativa mineral cresceu 5,55% em 2003 e os principais destaques foram: Amianto - aumento na produção de 18,68% motivada pela expansão de novos mercados; Níquel - acréscimo de 2,92% influenciado pelo aumento na demanda do mercado asiático, principalmente pelo crescimento da indústria siderúrgica chinesa; Calcário agrícola - expandiu 3,45% motivado pelo favorável cenário da produção agrícola.



A construção civil em Goiás no ano de 2003 teve fraco desempenho, obtendo crescimento de 1,00%. O baixo crescimento desta atividade foi resultado da deterioração da renda e do nível de emprego, falta de financiamento habitacional e de investimentos em infra-estrutura. Estas variáveis tiveram maior impacto na construção civil nacional, ocasionando resultado negativo em 5,19%.

### Serviços

O setor de serviços continuou perdendo participação no PIB goiano, passando de 44,87% em 2002 para 42,91%, em 2003. No ano em análise registrou taxa de crescimento positiva de 2,21%, destaque para outros serviços coletivos sociais e pessoais (5,70%), intermediação financeira (4,90%) e comércio (0,81%)

O comércio goiano teve desempenho de apenas 0,81% em 2003, inferior ao registrado no ano de 2002, que foi de 3,09%. Esse resultado refletiu o baixo poder aquisitivo da população naquele ano e a elevada taxa de juros (Selic) que inibiu o consumo. No acumulado de 2000 a 2003 registrou variação de 15,37%, com média anual no período de 3,64%.

Embora essa atividade tenha registrado baixo crescimento, exerce papel importante no emprego intensivo de mão-de-obra. Em 2003 representou 18,42% do emprego formal em Goiás, quando foram apurados 152.347 trabalhadores com carteira, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

As demais atividades do setor de serviços obtiveram as seguintes variações: atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas 3,00%; saúde e educação mercantis; alojamento e alimentação; e serviços domésticos, todas com variação de 2,10%; transporte e armazenagem (-0,26%); e comunicações (-1,65%).

### Conclusão

O estado de Goiás vem apresentando crescimento econômico acima da média nacional. No ano de 2003, apesar do cenário macroeconômico nacional ter apresentado sérias dificuldades, Goiás apresentou crescimento do seu Produto

Interno Bruto de 5,06% e atingiu R\$ 36,835 bilhões, passando a participar em 2,37% do produto nacional.

A estrutura produtiva do PIB de Goiás apresentou modificações no ano de 2003, destaque para o setor industrial que passou de 32,62% no ano de 2002 para 35,15% no ano de 2003. O resultado foi influenciado pela indústria de transformação que saiu de 15,95% para 18,63% no ano em questão.

A Agropecuária apresentou crescimento de 11,33% em 2003, com agregação de R\$ 7,434 bilhões na economia. O bom desempenho desta atividade deveu-se principalmente a dois fatores: crescimento da produtividade e aumento das exportações de produtos da agropecuária e da agroindústria.

A Indústria obteve uma variação positiva de 4,53%, agregando R\$ 11,912 bilhões à economia goiana. Tal performance deveu-se ao bom resultado da indústria de transformação, cujo crescimento foi 6,60%.

O setor de serviços registrou incremento de 2,21% no ano de 2003. O baixo desempenho foi provocado pela queda na atividade de comunicações, transporte e o baixo crescimento do comércio.

No geral, observa-se que a economia goiana passa por um processo recente de desenvolvimento, saindo de um estágio em que as atividades primárias eram determinantes, iniciando um processo de industrialização focada em setores industriais que buscam novas áreas para investimentos em que os custos de produção sejam menores, que possam contar com incentivos financeiros.

### Referências

GOIÁS. Secretária de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Produto Interno Bruto 2003. Goiânia, Seplan, 2005. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Regionais do Brasil 2003. Rio de Janeiro, 2005 e Contas Nacionais Trimestrais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultent.shtm>.



# A Indústria do Leite em Goiás<sup>1</sup>

**Resumo:** Apresentar um diagnóstico da indústria do leite goiano, envolvendo uma análise da produção e comercialização do leite e seus derivados, nível de emprego, número de estabelecimentos, faturamento, incentivos, bem como os atuais problemas enfrentados.

**Palavras-chave:** Indústria do leite. Competitividade.

## Introdução

Dada a importância e representatividade do setor lácteo para a economia goiana, sendo classificado como o segundo maior pólo em nível nacional, esse estudo foi realizado com o objetivo de traçar um diagnóstico do segmento, especificamente no tocante à indústria. O presente trabalho envolve uma análise macroeconômica da produção e comercialização do leite e seus derivados, nível de emprego, número de estabelecimentos, faturamento, incentivos, bem como os atuais problemas enfrentados. A proposta é disponibilizar informações que servirão de subsídio aos gestores públicos no planejamento e na formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento do setor.

## Produção leiteira em Goiás

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Goiás vem apresentando os maiores percentuais de evolução da produtividade e da produção leiteira, podendo-se verificar que no período que se estende de 1998 a 2003 o setor obteve um crescimento da produção na ordem de 27%, bem superior à nacional que foi de 19%. Em 2003, Goiás produziu 2,5 bilhões de litros de leite, aproximadamente 11% da produção nacional, números que fizeram do Estado a 2ª Bacia Láctea do país.

\* Economista, Pós-Graduado em Análise e Gerência de Sistemas pela GFI/UNB e em Tecnologia de Gestão do Uso do Poder de Compra pela FUBRA, Gestor de Planejamento e Orçamento da SIC - GO. e-mail: wellington@sic.goias.gov.br

<sup>1</sup> Agradecimento a Flávia Fleury e Heloisa Mazzoccante, assessoras da SIC-GO, pela participação na elaboração do estudo.

## Wellington Matos de Lima\*



Verifica-se que o crescimento do efetivo bovino goiano, no período de 1998 a 2003, foi inferior ao do Centro-Oeste e ao do Brasil. Entretanto, o efetivo de vacas leiteiras e a própria produção de leite cresceram em níveis superiores, posicionando Goiás em 2º lugar no ranking nacional, em efetivo e produção.

Analisando a produção de leite por microrregião, pode-se observar que a maioria apresentou crescimento entre 2001 e 2003, sendo constatado que, em 2003, a microrregião<sup>2</sup> com maior representatividade foi a do Meia Ponte, com 14,3%, seguida do Sudoeste Goiano, com 11,8%, e Ceres com 8,3%. No entanto, as microrregiões de Ceres, Goiânia, Vale do Rio dos Bois e Pires do Rio apresentaram porcentagem de crescimento negativo, com -3,8%, -1,4%, -7,3% e -3,2%, respectivamente (Quadro 1).

**Quadro 1**  
**Produção de leite por microrregião**  
**2001 a 2003**

| Microrregiões          | Produção - Mil litros |         |         | Evolução<br>2001/2003 |
|------------------------|-----------------------|---------|---------|-----------------------|
|                        | 2001                  | 2002    | 2003    |                       |
| Meia Ponte             | 329.060               | 335.730 | 359.649 | 9,30%                 |
| Sudoeste               | 267.831               | 296.913 | 297.384 | 11,03%                |
| Ceres                  | 218.580               | 236.645 | 210.209 | -3,83%                |
| Quirinópolis           | 122.979               | 142.483 | 180.254 | 46,57%                |
| Porangatu              | 154.648               | 176.654 | 179.973 | 16,38%                |
| Anápolis               | 174.934               | 174.500 | 176.495 | 0,89%                 |
| Entorno de Brasília    | 147.391               | 160.813 | 164.815 | 11,82%                |
| Goiânia                | 143.580               | 146.154 | 141.610 | -1,37%                |
| Catalão                | 118.959               | 133.834 | 131.256 | 10,34%                |
| Vale do Rio dos Bois   | 131.832               | 132.688 | 122.218 | -7,29%                |
| Pires do Rio           | 103.701               | 97.936  | 100.394 | -3,19%                |
| Anicuns                | 94.732                | 97.606  | 98.655  | 4,14%                 |
| Rio Vermelho           | 87.048                | 94.353  | 97.490  | 12,00%                |
| Aragarças              | 66.590                | 68.100  | 72.200  | 8,42%                 |
| São Miguel do Araguaia | 44.216                | 69.351  | 70.812  | 60,15%                |
| Iporá                  | 66.168                | 67.718  | 68.103  | 2,92%                 |
| Vão do Paranã          | 37.571                | 38.294  | 38.641  | 2,85%                 |
| Chapada dos Veadeiros  | 11.921                | 13.595  | 12.891  | 8,14%                 |

Fonte: IBGE - 2003

Elaboração: SIC/SUPEX - 2005

<sup>2</sup>Microrregiões definidas pelo IBGE.

O município de Piracanjuba deteve 3,5% do total da produção leiteira, com 84 milhões de litros anuais, e a produção total, dos 10 municípios maiores produtores, girou em torno de 21,3% do leite goiano (Quadro 2).

**Quadro 2**

**Produção de leite nos principais municípios - 2003**

| Municípios   | Milhões Litros |
|--------------|----------------|
| Piracanjuba  | 87.410         |
| Morrinhos    | 71.060         |
| Rio Verde    | 68.300         |
| Mineiros     | 57.373         |
| Jataí        | 54.294         |
| Paranaiguara | 48.100         |
| Quirinópolis | 48.100         |
| Catalão      | 37.000         |
| Ipameri      | 33.400         |
| Jaraguá      | 31.680         |

Fonte: IBGE - 2003

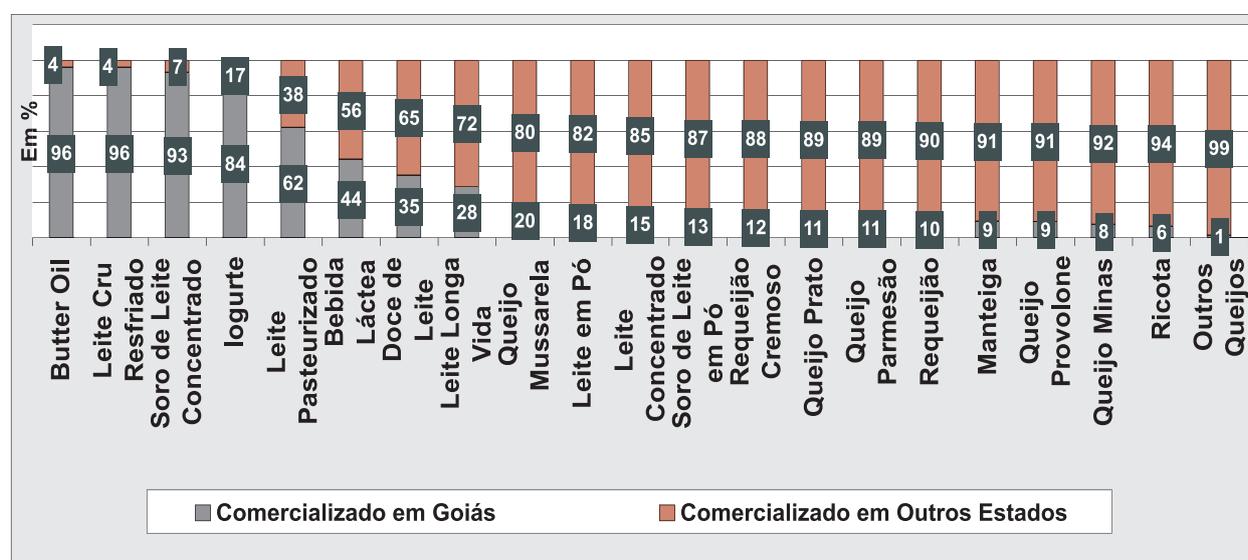
Elaboração: SIC/SUPEX - 2005

**Comercialização do leite e derivados**

O leite e seus subprodutos podem ser enquadrados em dois grandes grupos: leite in natura e subprodutos com pouca agregação de valor; subprodutos do leite com média e alta agregação de valor. No primeiro grupo estão o leite pasteurizado, leite cru resfriado, soro de leite concentrado, butter oil, iogurte e bebida láctea, sendo sua comercialização direcionada principalmente ao mercado goiano. No segundo grupo estão os diversos tipos de queijo e requeijão, produtos em pó, leite concentrado e longa vida e doce de leite, os quais, além do consumo interno, têm como principais destinos os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e região Nordeste (Gráfico 1).

**Gráfico 1**

**Comercialização do leite e derivados em % - 2004**



Fonte: Sindileite

Elaboração: SIC/SUPEX - 2005

**Número de estabelecimentos**

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego houve, no período entre 2002 a 2003, um crescimento do número de estabelecimentos industriais em Goiás na ordem de 4,6%. A indústria láctea<sup>3</sup>, como consequência da redução do número de laticínios formais em 2003, passando de 323 para 303, ficou com índice negativo de cres-

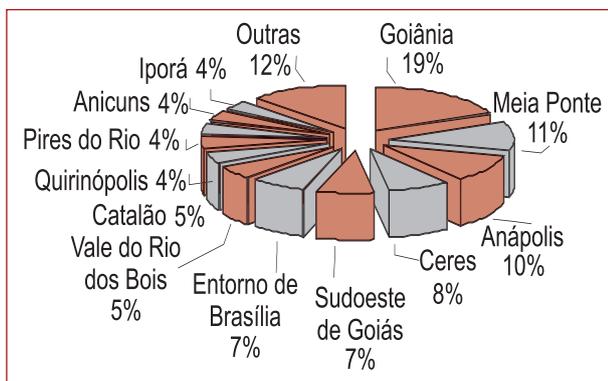
cimento -0,44%. O segmento que apresentou melhor desempenho foi a indústria de preparação do leite, com 24,4%.

A microrregião de Goiânia deteve, em 2003, 19% do total dos estabelecimentos industriais e, ainda, 41% das fábricas de sorvete do estado. Meia Ponte, Sudoeste, Ceres e Quirinópolis que representavam respectivamente o 1º, 2º, 3º e 4º lugares na produção de leite alcançaram apenas o 2º, 5º, 4º e 10º lugares no número de estabelecimentos industriais (Gráfico 2).

<sup>3</sup> Indústria do Leite (Láctea) compreende a preparação do leite, a fabricação de produtos de laticínio e a fabricação de sorvetes.



**Gráfico 2**  
Número de estabelecimentos por microrregião – 2003



Fonte: MTE/RAIS - 2003  
Elaboração: SIC/SUPEX

Ainda segundo dados do Ministério, Goiânia se constituía em 2003, no município com maior representatividade: 55 empresas detinham 12,2 % do total dos estabelecimentos industriais, 5,3% dos laticínios e 38% das fábricas de sorvete. Da mesma forma, evidencia-se que nenhum outro município possuía mais que 2% do número total de estabelecimentos, além de ficar demonstrado que grandes produtores de leite como Piracanjuba, Morrinhos, Rio Verde, Paranaiguara e Quirinópolis não se beneficiaram com a instalação de estabelecimentos industriais em seus municípios, proporcionalmente à representatividade da produção de leite (Quadro 3).

**Quadro 3**  
Número de estabelecimentos por município – 2003

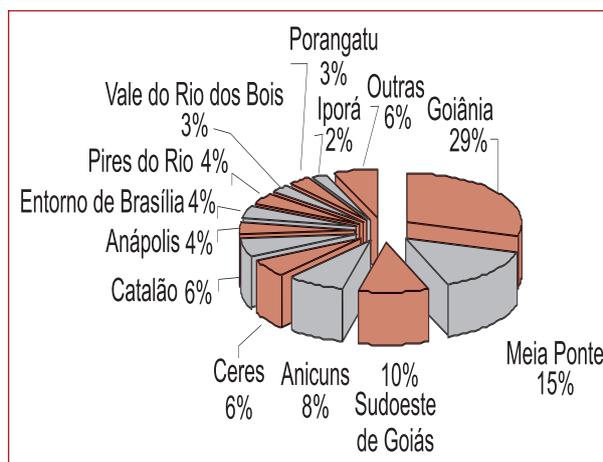
| Município           | Preparação do Leite | Fab. de Produtos do Laticínio | Fabricação de Sorvetes | Total | Representatividade |
|---------------------|---------------------|-------------------------------|------------------------|-------|--------------------|
| Goiania             | 2                   | 16                            | 37                     | 55    | 12,17%             |
| Anapolis            | 0                   | 3                             | 6                      | 9     | 1,99%              |
| Bela Vista de Goias | 2                   | 7                             | 0                      | 9     | 1,99% 21,7%        |
| Ipora               | 1                   | 6                             | 2                      | 9     | 1,99%              |
| Formosa             | 1                   | 4                             | 3                      | 8     | 1,77%              |
| Morrinhos           | 0                   | 7                             | 1                      | 8     | 1,77%              |
| Ipameri             | 2                   | 5                             | 0                      | 7     | 1,55%              |
| Itumbiara           | 1                   | 2                             | 4                      | 7     | 1,55%              |
| Jatai               | 2                   | 3                             | 2                      | 7     | 1,55%              |
| Jussara             | 3                   | 2                             | 2                      | 7     | 1,55%              |

Fonte: MTE/RAIS - 2003  
Elaboração: SIC/SUPEX

### Estoque de empregos formais

O estoque de empregos formais, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, apresentou resultado positivo no período entre 2002 e 2003. A indústria goiana cresceu 4,9% e a indústria do leite 3,6%, entretanto, o segmento de fabricação de produtos de laticínios apresentou o menor índice, 2,5%, refletindo a queda do número de estabelecimentos observada no período. Goiânia, Meia Ponte e Sudoeste de Goiás se destacam como as Microrregiões mais representativas com 29%, 15% e 10%, respectivamente. Somente o município de Goiânia deteve 16,2% do total do estoque de empregos formais, 13% da ocupação das fábricas de laticínio e 71% das de sorvete (Gráfico 3 e Quadro 4).

**Gráfico 3**  
Número de empregos formais por microrregião – 2003



Fonte: MTE/RAIS - 2003  
Elaboração: SIC/SUPEX

**Quadro 4**  
**Número de empregados formais por município – 2003**

| Município                | Preparação do Leite | Fab. de Produtos do Laticínio | Fabricação de Sorvetes | Total | Representatividade |
|--------------------------|---------------------|-------------------------------|------------------------|-------|--------------------|
| Goiania                  | 3                   | 610                           | 246                    | 859   | 16,22% 22,7%       |
| Bela Vista de Goiás      | 18                  | 328                           | 0                      | 346   | 6,53%              |
| Morrinhos                | 0                   | 303                           | 1                      | 304   | 5,74%              |
| Sao Luis de Montes Belos | 0                   | 289                           | 2                      | 291   | 5,49%              |
| Santa Helena de Goiás    | 0                   | 267                           | 0                      | 267   | 5,04%              |
| Corumbaíba               | 0                   | 191                           | 0                      | 191   | 3,61%              |
| Hidrolândia              | 1                   | 160                           | 0                      | 161   | 3,04%              |
| Itumbiara                | 12                  | 129                           | 4                      | 145   | 2,74%              |
| Goiatuba                 | 0                   | 139                           | 1                      | 140   | 2,64%              |
| Rianapolis               | 0                   | 140                           | 0                      | 140   | 2,64%              |

Fonte: MTE/RAIS - 2003  
Elaboração: SIC/SUPEX

#### Vendas da indústria do leite

Segundo a Secretaria Estadual de Fazenda, as vendas da indústria goiana apresentaram crescimento positivo entre 2000 e 2004, correspondendo à taxa média de 28% ao ano. Em 2003 todos os setores, a exceção do de bebidas, apresentaram crescimento bastante superior aos anos anteriores. Merece destaque a indústria do leite que obteve um crescimento de 57%, resultado, entretanto, que não se sustentou em 2004, quando registrou o pior índice dos últimos quatro anos, apenas 5,3% (Quadro 5). Fatos que contribuíram para esse pífio resultado foram a queda do número de estabe-

lecimentos e a desaceleração da oferta de empregos no ano de 2003.

Como se pode perceber, em 2004 a indústria do leite esteve concentrada em três microrregiões: Goiânia, Sudoeste de Goiás e Meia Ponte, com 41,0%, 14,4% e 10,9%, respectivamente, totalizando 62,3 % do faturamento do setor. Entre os anos de 2000 a 2004, a microrregião de Goiânia se destaca como a de maior crescimento, com 311% contra 119% e 78% do Sudoeste de Goiás e de Meia Ponte. Apesar do crescimento verificado nos últimos quatro anos, a microrregião do Sudoeste perdeu cerca de 60 milhões de reais em faturamento entre os anos 2003 e 2004 (Quadro 6).

**Quadro 5**  
**Vendas da indústria em Goiás – 2000 a 2004**

| Setor/Segmento                              | Valor Total da Saídas (VC) por ANO (R\$ - mil) |                   |                   |                   |                   | 2003/<br>2004 |
|---|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|---------------|
|   | 2000   | 2001              | 2002              | 2003              | 2004              |               |
| <b>Indústria Goiana (IE+IT)</b>             | <b>17.026.302</b>                              | <b>21.183.083</b> | <b>26.986.723</b> | <b>36.863.295</b> | <b>46.777.064</b> | <b>26,9%</b>  |
| Indústria Extrativa (IE)                    | 654.399  | 703.279           | 755.685           | 905.691           | 1.375.939         | 51,9%         |
| Indústria de Transformação (IT)             | 16.371.903                                     | 20.479.804        | 26.231.038        | 35.957.604        | 45.401.125        | 26,3%         |
| <b>Indústria de Alim. e Bebidas (IA+IB)</b> | <b>10.322.535</b>                              | <b>13.066.665</b> | <b>16.854.182</b> | <b>23.744.598</b> | <b>28.849.177</b> | <b>21,5%</b>  |
| Indústria de Alimentos (IA)                 | 9.665.414                                      | 12.078.896        | 15.591.616        | 22.127.349        | 26.811.259        | 21,2%         |
| Indústria de Bebidas (IB)                   | 657.121  | 987.770           | 1.262.565         | 1.617.250         | 2.037.918         | 26,0%         |
| <b>Indústria do Leite (PL+FL+FS)</b>        | <b>1.253.652</b>                               | <b>1.505.654</b>  | <b>1.749.473</b>  | <b>2.755.943</b>  | <b>2.901.252</b>  | <b>5,3%</b>   |
| Preparação do Leite (PL)                    | 460.424  | 533.687           | 605.069           | 815.789           | 870.148           | 6,7%          |
| Fabricação de Produtos de Laticínios (FL)   | 787.847  | 965.580           | 1.135.736         | 1.927.345         | 2.015.081         | 4,6%          |
| Fabricação de Sorvetes (FS)                 | 5.381  | 6.387             | 8.668             | 12.810            | 16.023            | 25,1%         |

Fonte: SEFAZ/CNAE  
Elaboração: SIC/SUPEX



**Quadro 6**  
**Indústria do leite por microrregião – 2000 a 2004**  
**(Preparação do Leite + Fabricação de Laticínios + Fabricação de Sorvetes)**

| Microrregião           | Valor Total das Saídas (VC) R\$ mil |                  |                  |                  |                  | Em %  | 2003-<br>2004 |
|------------------------|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------|---------------|
|                        | 2000                                | 2001             | 2002             | 2003             | 2004             |       |               |
| Goiânia                | 289.530                             | 427.094          | 490.631          | 987.725          | 1.190.265        | 41,0% | 20,5%         |
| Sudoeste de Goiás      | 190.679                             | 241.526          | 355.566          | 477.556          | 417.677          | 14,4% | -12,5%        |
| Meia Ponte             | 177.194                             | 214.426          | 187.324          | 307.824          | 314.961          | 10,9% | 2,3%          |
| Catalão                | 117.606                             | 141.095          | 190.252          | 218.408          | 236.784          | 8,2%  | 8,4%          |
| Anicuns                | 125.610                             | 137.356          | 172.567          | 190.249          | 194.556          | 6,7%  | 2,3%          |
| Ceres                  | 99.540                              | 95.086           | 111.284          | 195.816          | 169.328          | 5,8%  | -13,5%        |
| Porangatu              | 17.146                              | 13.256           | 24.661           | 88.162           | 118.568          | 4,1%  | 34,5%         |
| Pires do Rio           | 33.268                              | 35.723           | 41.179           | 47.171           | 57.144           | 2,0%  | 21,1%         |
| Vale do Rio Dos Bois   | 35.913                              | 32.391           | 33.222           | 38.970           | 42.189           | 1,5%  | 8,3%          |
| Iporá                  | 25.111                              | 22.414           | 21.005           | 29.958           | 41.098           | 1,4%  | 37,2%         |
| Quirinópolis           | 36.058                              | 47.962           | 44.068           | 68.340           | 32.887           | 1,1%  | -51,9%        |
| Anápolis               | 39.800                              | 33.350           | 26.383           | 35.744           | 32.877           | 1,1%  | -8,0%         |
| Entorno de Brasília    | 13.754                              | 14.255           | 12.000           | 21.326           | 23.038           | 0,8%  | 8,0%          |
| Rio Vermelho           | 19.402                              | 15.724           | 14.242           | 31.633           | 18.079           | 0,6%  | -42,8%        |
| Aragarças              | 19.277                              | 18.237           | 18.155           | 14.755           | 7.059            | 0,2%  | -52,2%        |
| São Miguel do Araguaia | 13.642                              | 15.723           | 6.877            | 2.216            | 4.581            | 0,2%  | 106,8%        |
| Chapada dos Veadeiros  | 30                                  | 20               | 52               | 87               | 143              | 0,0%  | 64,3%         |
| Vão do Paranã          | 92                                  | 14               | 3                | 4                | 16               | 0,0%  | 303,1%        |
| <b>Totais</b>          | <b>1.253.652</b>                    | <b>1.505.654</b> | <b>1.749.473</b> | <b>2.755.943</b> | <b>2.901.252</b> |       | <b>5,27%</b>  |

Fonte: SEFAZ/CNAE  
 Elaboração: SIC/SUPEX

Analisando o setor lácteo por segmentos, a fabricação de laticínios representou 69% do total do faturamento, seguida da preparação do leite, com 30%, e por último a fabricação de sorvetes com 1%. Em 2004, segundo dados da SEFAZ, a microrregião de Goiânia representou a primeira em faturamento na preparação do leite, na fabricação de produtos de laticínio e na fabricação de sorvetes, com 39%, 43% e 74%, respectivamente.

Na preparação do leite a microrregião que apresentou maior crescimento, entre 2000 e 2004, foi a de Porangatu, com 622%, seguida do Sudoeste Goiano, com 495%. A análise também indica que a maioria das microrregiões vem perdendo faturamento. A microrregião do Meia Ponte, maior produtora de leite, obteve índice negativo no mesmo período, -6,5 %.

A microrregião de Goiânia obteve, na fabricação de produtos de laticínios, o maior crescimento, alcançando aproximadamente R\$ 718 milhões entre 2000 e 2004. O Sudoeste Goiano, que vem em segundo lugar, atingiu a cifra de apenas R\$ 143 milhões no mesmo período. Apesar da ocor-

rência de crescimento do faturamento em praticamente todas as microrregiões, no Sudoeste Goiano e em Ceres, segundo e terceiro maiores produtores de leite do Estado, entre 2003 e 2004 o faturamento foi decrescente, -40,5% e -11,9%, respectivamente.

A fabricação de sorvetes em Goiás esteve com forte concentração na microrregião de Goiânia, fato já comprovado pelo número de estabelecimentos, 19%, e por apresentar o maior estoque em empregos formais, totalizando 29% do setor.

O município de Goiânia deteve 23% da indústria láctea em 2004, no entanto, dentre os municípios com faturamento acima de 100 milhões de reais, Bela Vista de Goiás foi o que mais cresceu entre 2000 e 2004, cerca de 713%. **Goiânia obteve um crescimento na faixa de 247% e Jataí, 235%** (Quadro 7). Jataí destacou-se como o primeiro na preparação do leite, com 18%, seguido de Goiânia e Hidrolândia, ambas com 16% cada. Na fabricação de produtos do laticínio e de sorvetes, Goiânia ficou em primeiro lugar, com 25% e 75%, respectivamente.



**Quadro 7**  
**Indústria do leite por município – 2000 a 2004**  
**(Preparação do Leite + Fabricação de Laticínios + Fabricação de Sorvetes)**

| Microrregião             | Valor Total das Saídas (VC) R\$ mil |         |         |         |         | Em %  | 2003/<br>2004 |
|--------------------------|-------------------------------------|---------|---------|---------|---------|-------|---------------|
|                          | 2000                                | 2001    | 2002    | 2003    | 2004    |       |               |
| Goiânia                  | 194.813                             | 261.179 | 252.420 | 601.408 | 675.961 | 23,3% | 12,4%         |
| Bela Vista de Goiás      | 41.336                              | 49.462  | 105.399 | 237.594 | 336.228 | 11,6% | 41,5%         |
| Jataí                    | 67.418                              | 77.729  | 109.349 | 209.865 | 226.020 | 7,8%  | 7,7%          |
| Corumbáiba               | 87.525                              | 118.101 | 148.639 | 175.257 | 207.828 | 7,2%  | 18,6%         |
| São Luís de Montes Belos | 87.168                              | 98.462  | 129.833 | 137.296 | 148.851 | 5,1%  | 8,4%          |
| Hidrolândia              | 28.110                              | 91.369  | 108.013 | 113.943 | 138.228 | 4,8%  | 21,3%         |
| Itumbiara                | 53.498                              | 78.227  | 46.121  | 126.304 | 123.931 | 4,3%  | -1,9%         |
| Rialma                   | 47.866                              | 33.988  | 37.521  | 111.846 | 92.817  | 3,2%  | -17,0%        |
| Morrinhos                | 45.136                              | 51.143  | 57.337  | 84.371  | 90.097  | 3,1%  | 6,8%          |
| Uruaçu                   | 576                                 | 877     | 10.096  | 59.919  | 86.159  | 3,0%  | 43,8%         |
| Santa Helena de Goiás    | 73.533                              | 117.768 | 201.996 | 210.568 | 82.622  | 2,8%  | -60,8%        |

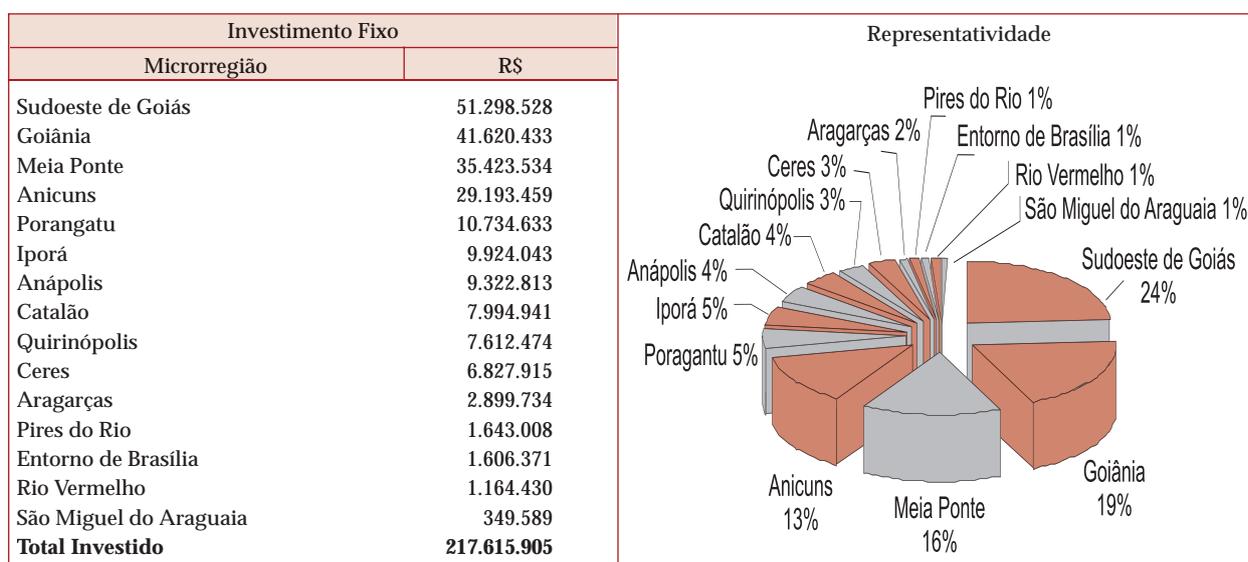
Fonte: SEFAZ/CNAE  
 Elaboração: SIC/SUPEX

**Incentivos**

Para a análise dos programas PRODUZIR e FOMENTAR, da Secretaria de Indústria e Comércio, tomou-se como referência as empresas que já utilizaram ou estão utilizando os benefícios. As três microrregiões que mais receberam incentivos: Sudoeste de Goiás, Goiânia e Meia Ponte, aqui representadas pelo valor do investimento fixo declarado pelas empresas, coincidem com as microrregiões que obtiveram maior faturamento em

2004, sinalizando que os programas foram e são importantes ferramentas para o desenvolvimento regional (Quadro 8). Dentre os 31 municípios que já receberam benefícios, Itumbiara, em 2005, ocupa o 1º lugar em investimento fixo. Computa-se o valor de 31 milhões de reais, o equivalente a 14,3% de um total de 218 milhões investidos em Goiás (Quadro 9). Dos 15 municípios que mais receberam benefícios do PRODUZIR e FOMENTAR, 10 estão igualmente classificados entre os que mais faturam com a indústria do leite.

**Quadro 8**  
**Utilizando/Utilizou os Programas do Produzir/Fomentar por microrregião – 2005**



Fonte: SEFAZ/CNAE  
 Elaboração: SIC/SUPEX



**Quadro 9**  
**Utilizando/Utilizou os Programas do**  
**Produzir/Fomentar por município - 2005**

| Município                | R\$        | Representatividade |
|--------------------------|------------|--------------------|
| Itumbiara                | 31.045.823 | 14,3%              |
| São Luís de Montes Belos | 26.722.816 | 12,3%              |
| Santa Helena de Goiás    | 24.590.375 | 11,3%              |
| Hidrolândia              | 21.817.812 | 10,0%              |
| Rio Verde                | 19.124.938 | 8,8%               |
| Bela Vista de Goiás      | 15.090.305 | 6,9%               |
| Uruaçu                   | 10.734.633 | 4,9%               |
| Corumbaíba               | 7.994.941  | 3,7%               |
| Quirinópolis             | 7.612.474  | 3,5%               |
| Itaberaí                 | 7.489.088  | 3,4%               |
| Mineiros                 | 7.421.481  | 3,4%               |
| Rianópolis               | 6.827.915  | 3,1%               |
| Amorinópolis             | 5.095.987  | 2,3%               |
| Goiatuba                 | 4.267.402  | 2,0%               |
| Goiânia                  | 4.160.958  | 1,9%               |

Fonte: SEFAZ/CNAE  
 Elaboração: SIC/SUPEX

### Problemas atuais

Segundo se apurou através de representantes da FAEG - Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás e do SINDILEITE - Sindicato das Indústrias de Laticínio no estado de Goiás, o problema que mais afeta o setor atualmente é a acirrada guerra fiscal com os estados de Minas Gerais e São Paulo. Os benefícios fiscais oferecidos por estas Unidades da Federação têm assegurado vantagens competitivas às suas indústrias, tanto na aquisição da matéria prima quanto na comercialização do produto final, principalmente do Leite Longa Vida e do queijo, causando uma crise na cadeia do leite em Goiás. Outros problemas apontados: grande volume de leite comercializado informalmente; concentração em um número reduzido de grandes redes compradoras do leite in natura; malha rodoviária precária que onera os custos com transporte; pequena produção ou baixa qualidade de produtos com maior valor agregado.

### Considerações finais

É conhecida a tradição agropecuária do estado de Goiás, em que a indústria do leite representa um setor de expressão na cadeia produtiva, bem como para a economia goiana. Hoje, segundo o SINDILEITE, a indústria de laticínios agrega cerca de 550 estabelecimentos industriais, que processam diariamente 6,8 milhões de litros de leite,

gerando aproximadamente 8 mil empregos diretos e outros 220 mil indiretos. Apesar dessa representatividade, fatores endógenos e exógenos afetam periodicamente o desempenho do setor, causando fortes variações na produção, e consequentemente no nível de emprego e renda. Essas variações puderam ser evidenciadas nesse estudo, demonstrando que, apesar de crescimento em vários aspectos, o setor vem perdendo competitividade. Dessa forma, cabe aos produtores e empresários a tarefa de buscar alternativas viáveis para a continuidade de seus negócios, utilizando mecanismos que podem abranger tanto a redução de custos e margens de lucro, como o aumento da produtividade, através de ganhos de eficiência. Ao Governo cabe dar respostas rápidas e eficazes no combate à informalidade a aos desequilíbrios cíclicos que podem ter consequências naturais ou provocadas.

Ao que parece, a proximidade com os estados de Minas Gerais e São Paulo, grandes produtores de matéria prima e de produtos industrializados e que vêm adotando uma política agressiva de incentivos fiscais, tem se configurado como um dos principais problemas da indústria láctea local. Enquanto prevalecer o impasse no Congresso Nacional sobre a proposta de reforma tributária, torna-se fundamental que o Governo do estado estude caso a caso as questões, procurando soluções individuais para os problemas que se apresentam, e que promova, em tempo hábil, ajustes à sobrevivência do setor.

No tocante à questão tributária, há a reivindicação dos empresários de ampliação do crédito outorgado nas saídas interestaduais para 7% e a redução da base de cálculo nas operações internas, ficando estabelecido o teto máximo de 5%. Nesse caso, o pedido já está sendo analisado por técnicos da Secretaria da Fazenda, em que acredita-se que o órgão estará atento no que pese a importância da tributação interna para a competitividade do setor diante de outros estados.

A Secretaria de Indústria e Comércio, que tem por missão promover o desenvolvimento de Goiás, com um dos principais focos de atenção voltados para a indústria, seja pela expansão e consolidação do parque existente, seja pela atração de novos investimentos, tem feito um grande esforço para viabilizar a instalação dos 44 projetos de



cooperativas e laticínios já aprovados pelo PRODUZIR e FOMENTAR, viáveis para utilização. A implantação dessas empresas, com previsão de investimentos na ordem de R\$ 333 milhões, proporcionará maior competitividade ao setor, trazendo benefícios reais para produtores e consumidores.

Na visão desta Secretaria, o presente estudo assume particular relevância, compilando dados que deverão ser apresentados para os diversos segmentos do setor, principalmente o industrial, a quem cabe a responsabilidade pela agregação de valor aos produtos, no intuito de ressaltar a excelente oportunidade de negócio que se apresenta na cadeia láctea goiana. Com mercados garantidos e, no entanto, com ainda reduzida capacidade produtiva, os produtos de alto valor agregado necessitam de maior atenção, num alinhamento e aproveitamento do potencial de produção e de produtividade do gado leiteiro em Goiás. Finalmente, é preciso maior interação e integração entre o Governo e a iniciativa privada, para

a promoção de um pacto em prol do crescimento econômico e do desenvolvimento geral do estado, a começar pela tradicional e promissora cadeia produtiva do leite.

### **Referências**

RELAÇÃO Anual de Informações Sociais: 2002 a 2003. Brasília: MTE, 2004.

PRODUÇÃO da Pecuária Municipal: 2001 a 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

CLASSIFICAÇÃO Nacional de Atividades Econômicas: 2004. Goiás: SEFAZ, 2005.

PRODUÇÃO e Comercialização do Leite: 2004. Goiás: SIDILEITE, 2005.

PRODUÇÃO do Leite: 2004. Goiás: FAEG, 2005.

RELAÇÃO de empresas do PRODUZIR e FOMENTAR: 2005. Goiás: SIC, 2005.



# A Soja na Dinâmica do Agronegócio Goiano



Murilo José de Souza Pires\*

**Resumo:** Desde o início dos anos 80 do século XX a economia brasileira entrou em uma profunda crise econômica, a qual vem se arrastando até os dias atuais. Neste sentido, para reduzir os desequilíbrios do balanço de pagamentos, uma das alternativas encontradas foi o incentivo para o desenvolvimento do agronegócio nacional. Deste modo, o complexo soja vem conquistando espaço na balança comercial brasileira como também no mercado interno. Em âmbito regional, a soja vem ganhando destaque na dinâmica da economia goiana, porém, nos últimos anos, a queda do preço real recebido pelos produtores de soja no Estado não está sendo suficiente para manter sua acumulação de capital criando, portanto, um ambiente de crise no mundo agrícola goiano.

**Palavras-chave:** Agronegócio – Economia goiana – Preço real recebido produtor – Custos de produção.

## Introdução

Com a crise do balanço de pagamentos brasileiro no início dos anos 90 do século XX, a economia brasileira inicia uma nova etapa em sua trajetória de desenvolvimento econômico. A eleição de Collor para a Presidência da República foi o marco inaugural da ruptura de um modelo de desenvolvimento assentado na substituição de importações (1930 – 1980) para um modelo de desenvolvimento neoliberal que tinha como objetivos claros a integração rápida e acrítica aos postulados do Washington Consensus, os quais têm na abertura comercial, liberalização da conta de capital e privatizações os principais objetivos a serem alcançados pelas nações, em especial, as subdesenvolvidas como a brasileira.

Mas a era Collor teve pouca duração devido ao seu impeachment em 1992. Coube, portanto a Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) aprofundar o modelo de desenvolvimento inaugurado a partir do seminário realizado por John Williamson, no Instituto para a Economia Internacional, em novembro de 1989, na capital fede-

\* Economista, mestre pela UNICAMP, Pesquisador em Economia Agrícola e Agrária e Professor da UNIFAN. e-mail: murilojsp@gmail.com

ral norte-americana, cujo objetivo era discutir os ajustes nas economias latino-americanas.

Deste modo, a idéia central era gerar divisas para o equilíbrio do balanço de pagamentos da economia brasileira e reduzir a participação do Estado no setor produtivo, abrindo espaço, assim para o pleno desenvolvimento dos mercados. Um dos vetores utilizados para equacionar a crise do balanço de pagamentos brasileiro, que entre 1986 e 1990 apresentou volumosos déficits, foi estimular o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Recentemente, este tem um papel fundamental na ampliação das exportações do país, as quais, em 2003 e 2004, participaram, respectivamente, com 41,9% e 40,4% do total exportado pelo Brasil. Em especial, no caso do complexo soja, para os mesmos anos destacados, sua participação na pauta total de exportação brasileira esteve entre 10,5% e 11%, mostrando, desta forma, que este complexo tem suma importância para a dinâmica da economia nacional.

Em termos gerais, os principais países demandadores de soja em grão do Brasil são a Alemanha, China, Espanha, França, Itália, Japão, Países Baixos. Já no caso do farelo de soja, além dos especificados anteriormente, adiciona-se a Dinamarca. Quando se analisa o óleo bruto, refinado e outros se observa que os destinos são diferentes dos anteriores, exceto a China e os Países Baixos, sendo os principais centros consumidores Bangladesh, Irã, Paquistão e Hong Kong.

No âmbito regional, a economia goiana desde as transformações realizadas em sua estrutura econômica, a partir do final dos anos 70 do século XX, quando foi efetivamente incorporada ao circuito de valorização do capital, vem tornando-se um dos principais Estados representante do agronegócio nacional. De acordo com informações da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), para o ano de 2005, o sorgo e o tomate detêm o primeiro lu-

gar com 38,0 % e 25,4%, respectivamente, da produção nacional. Já no caso da soja sua posição no ranking nacional está na 3ª colocação com 13,7%, perdendo somente para os Estados de Mato Grosso e Paraná, os quais se encontram em primeiro e segundo lugares no ranking brasileiro. Logo, o Estado de Goiás aos poucos vem se convertendo em um dos principais ofertantes dos produtos derivados do complexo soja, seja para abastecer o mercado interno como o mercado externo.

No caso das demais culturas, como algodão herbáceo, alho, milho, feijão, o Estado de Goiás, em momento algum, está classificado em posição inferior ao 6º lugar no total nacional. No caso da cultura do algodão, o Estado encontra-se na 3ª colocação estando em posição inferior aos Estados de Mato Grosso e Bahia; já em relação ao alho sua posição está em 4º com 8,5% do total da produção brasileira perdendo apenas para o Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. No caso do milho percebe-se claramente sua 6º posição com 7,9% da produção nacional ficando atrás do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. Por fim, o feijão encontra-se na 5ª posição, perdendo somente para Minas Gerais, Paraná, Bahia e São Paulo.

Deste modo, constata-se que o setor do agronegócio tem importância efetiva no desenvolvimento do Estado de Goiás, mormente, o complexo da soja que além de incrementar a pauta de exportação do Estado abastece o complexo de carnes, o qual vem crescendo nos últimos anos em decorrência das vantagens locacionais e fiscais que o Estado de Goiás está proporcionando para o seu desenvolvimento econômico.

Seguindo esta linha de argumentação, este trabalho tem por objetivo geral mostrar a importância que a soja tem para a dinâmica da economia goiana. Porém, nos últimos anos, a queda do preço real recebido pelos produtores de soja no Estado não está sendo suficiente para manter sua acumulação de capital, criando, portanto um ambiente de crise no mundo agrícola goiano. Mas também se faz necessário destacar que os objetivos específicos do trabalho são: a) mostrar a evolução da soja em Goiás; b) a localização dos

principais municípios produtores de soja e, finalmente, c) o comportamento dos preços reais recebidos pelos produtores de soja no Estado.

As perguntas que nortearam o trabalho são as seguintes:

- I. A área colhida de soja está reduzindo no Estado?
- II. Quais são os principais municípios produtores de soja no Estado?
- III. Os preços reais recebidos pelos produtores de soja no Estado estão sendo suficientes para pagar seus custos de produção?

### Procedimentos Metodológicos

Para responder ao questionamento proposto na problemática do artigo faz-se necessário destacar os procedimentos metodológicos utilizados para a construção do argumento. Em âmbito geral, as fontes de dados utilizados no trabalho foram encontradas na publicação da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) do Estado de Goiás, Revista Economia & Desenvolvimento – indicadores Econômicos e Estatísticas Básicas; dados do Ministério da Agricultura; no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Anuário Estatístico do Brasil (anos 1968/69 a 1993/94) e Produção Agrícola Municipal, ambos, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No caso da localização da produção de soja no Estado de Goiás foram utilizados dados retirados da Produção Agrícola Municipal, os quais foram tabulados em nível municipal. A par destes dados, construíram-se duas médias trienais, as quais retrataram dois momentos distintos no tempo. O primeiro compreendeu os anos 1992, 1993 e 1994 (média trienal I) e o segundo os anos de 2002, 2003 e 2004 (média trienal II). A partir destas médias trienais foram construídos os mapas, utilizando o programa ArcView GIS, que mostram a espacialização da produção de soja, em níveis municipais, no Estado de Goiás.

“O Estado de Goiás aos poucos vem se convertendo em um dos principais ofertantes dos produtos derivados do complexo soja”



Os preços reais recebido pelo produtor de soja no Brasil e Goiás foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) cujo índice foi gerado com a base em junho de 2005. Estes dados foram obtidos junto a CONAB.

Em relação ao custo de produção estimado para o plantio direto da soja utilizou-se as informações geradas para o município de Rio Verde, safra de verão 2005/2006, as quais foram elaboradas pela CONAB para uma produção média de 3.000 kg/ha. em uma faixa de produtividade entre 2.400 a 3.400 kg/ha. a preços de 28 de fevereiro de 2005. Neste sentido, os dados foram divididos em: a) preços de R\$ por hectare (R\$/ha.) e b) R\$ por saca de 60 quilos (R\$/kg). É importante destacar que o plantio direto a cada nova safra está tornando-se uma prática difundida na região, substituindo, por conseguinte, o plantio tradicional, haja vista que o plantio direto apresenta um custo total inferior ao custo total do plantio tradicional.

### **Evolução da Soja em Goiás**

Historicamente, a soja migra da região Sul do Brasil para o Centro-Oeste a partir do final dos anos 60 do século XX. Com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), na década de 70, e o desenvolvimento de uma tecnologia pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para adaptar esta oleaginosa as condições climáticas, de solo e de latitude do cerrado brasileiro, a área e produção da soja vai aos poucos conquistando as terras goianas. Mas é a partir dos anos 80 que a soja efetivamente subjuga Goiás avançando por todos os poros da macrorregião Sul do Estado.

No entanto, faz-se necessário destacar que a estratégia de incorporação do cerrado ao circuito de valorização do capital se materializou em um momento ímpar da economia brasileira, pois o país passava por sérios problemas de escassez de divisas em decorrência do ajuste do balanço de pagamentos dos EUA, no início dos anos 80, que drenou parte substancial da liquidez internacional que estava sendo usada nos países periféricos, em especial, o Brasil desde meados dos anos 60, para equilibrar os sucessivos desajustes do balanço de pagamento.

Neste sentido, o desenvolvimento agrícola do cerrado nasce a partir da incorporação das tecnologias desenvolvidas no bojo da Revolução Verde, as quais têm o objetivo de aumentar o grau de produtividade das culturas dos países subdesenvolvidos, pois assim, estes teriam condições de ampliarem o valor do produto total, garantindo, por conseguinte, um excedente para exportação. Em verdade, esta estratégia, em essência, buscava ampliar as divisas carreadas pelos países subdesenvolvidos para suas economias, haja vista que teriam condições mínimas para manterem em dia o pagamento de parcelas dos juros da dívida externa, a qual foi contraída em maior volume em um momento de excesso de liquidez internacional proporcionado pelos petrodólares e eurodólares gestados no pós II Guerra Mundial.

No caso particular de Goiás, a soja, cultura representante da Revolução Verde, foi deslocando, a partir dos anos 80, área de pastagens e arroz. De acordo com os dados secundários do IBGE, em 1980, a área colhida foi de 246.066 hectares. No final da década de 80, a área era de 989.237 hectares. Em termos de produção para o mesmo período analisado anteriormente, a economia goiana produziu 455.794 toneladas, em 1980, passando para 2.051.768 toneladas em 1989. Em termos de variação no período, a área apresentou um crescimento de 302,0%, ao passo que a produção teve um crescimento de 350,2%.

Já nos anos 90, percebe-se claramente que a tendência continua a mesma que a existente no período anterior. Em termos de área, o Estado de Goiás colheu 1.001.690 hectares de soja que proporcionaram uma produção de 1.258.440 toneladas. Ao se analisar o final da década constata-se que a área colhida, em 1999, era de 1.335.110 hectares e a produção 3.419.858 toneladas, ou seja, uma variação de 33,6% na área colhida em hectares e 166,2% na produção em toneladas.

Ao entrar no início do novo século, ano 2000, a área cultivada desta oleaginosa era de 1.491.066 hectares, ao passo que, sua produção era de 4.092.934 toneladas. Em 2005, a área de soja em Goiás está na casa dos 2.591.954 hectares, apresentando uma variação no período de 73,8%, en-

**“Em termos de área, o Estado de Goiás colheu 1.001.690 hectares de soja que proporcionaram uma produção de 1.258.440 toneladas”**



quanto sua produção encontra-se em 6.091.676 toneladas, ou seja, apresenta um crescimento no período de 48,8%.

Constata-se, a partir dos dados, que um dos vetores de crescimento da soja no Estado de Goiás ainda se dá pelo aumento da área, fato este que pode estar ocorrendo pela conversão de áreas de pastagens em plantio de soja. Com exceção da década de 90, quando a área de soja apresentou crescimento anual inferior a 3%, nas demais décadas o crescimento da área plantada com soja foi, respectivamente, de 14,9% nos anos 80 e 11,7% no quinquênio do novo século.

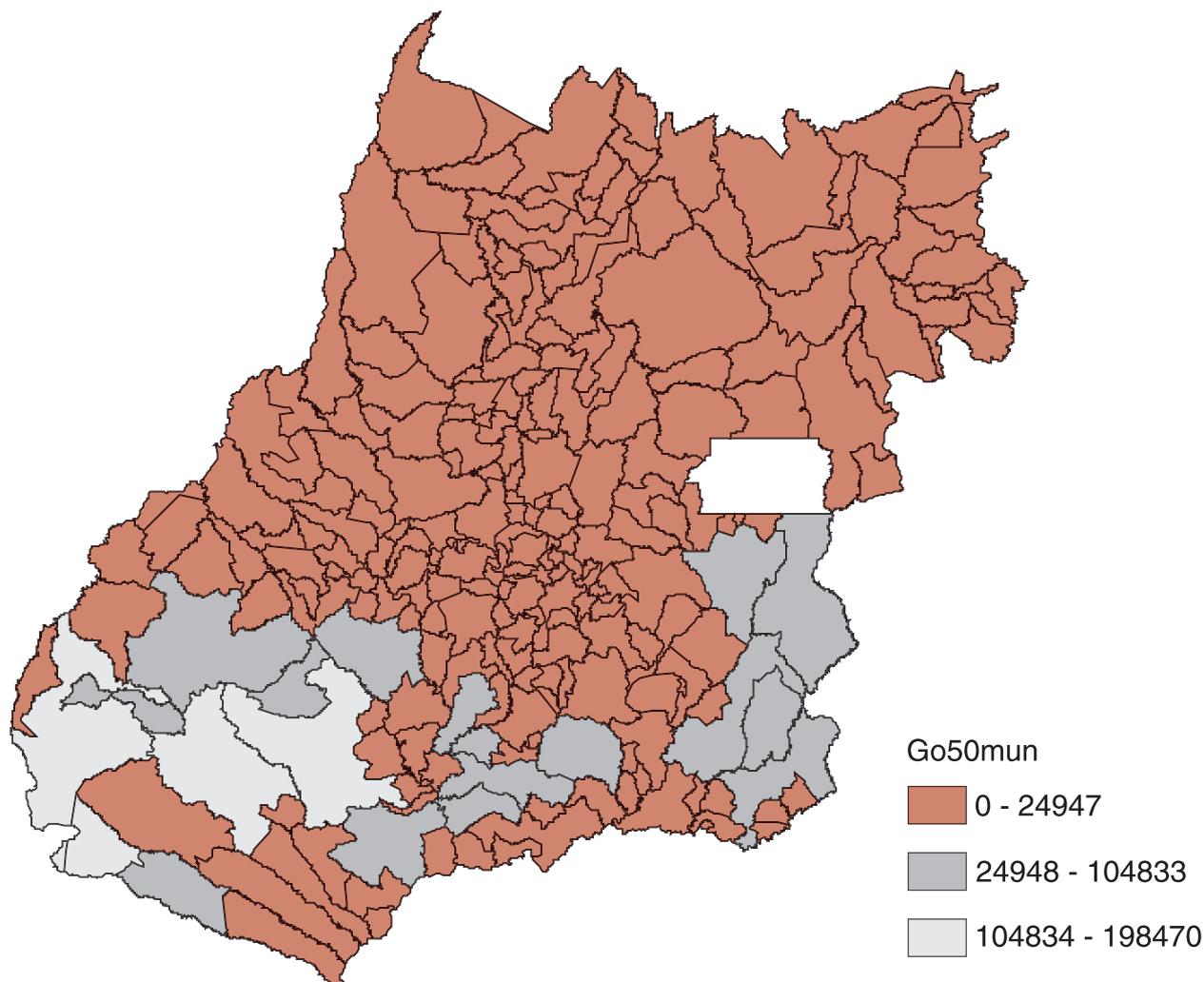
Mas também se faz necessário destacar que outro vetor de expansão da soja no Estado é através do incremento da produção, a qual se materializa pela incorporação de novas tecnologias agrícolas (mecânicas, físico-químicas, biológicas e plantio) que aumentam a produtividade da terra, geran-

do, portando um crescimento do produto total. Na década de 80, a produção de soja em Goiás apresentou uma elevação anual 16,2%, ao passo que, na década seguinte a expansão da produção ficou na casa dos 10,5% anuais. No caso do quinquênio inicial do século XXI a produção apresentou um incremento anual de 8,3%. Por conseguinte, os dados indicam (como hipótese de trabalho) que a área ainda tem importância na expansão da soja em Goiás.

#### Localização dos Principais Municípios Produtores de Soja em Goiás

Em termos de localização, percebe-se claramente no mapa 1, que a principal mancha de produção de soja em Goiás encontra-se na faixa que incorpora a macrorregião Sul do Estado. No entanto, cinco municípios no Sudoeste Goiano concentram parte significativa da mancha escura que é destacada no mapa.

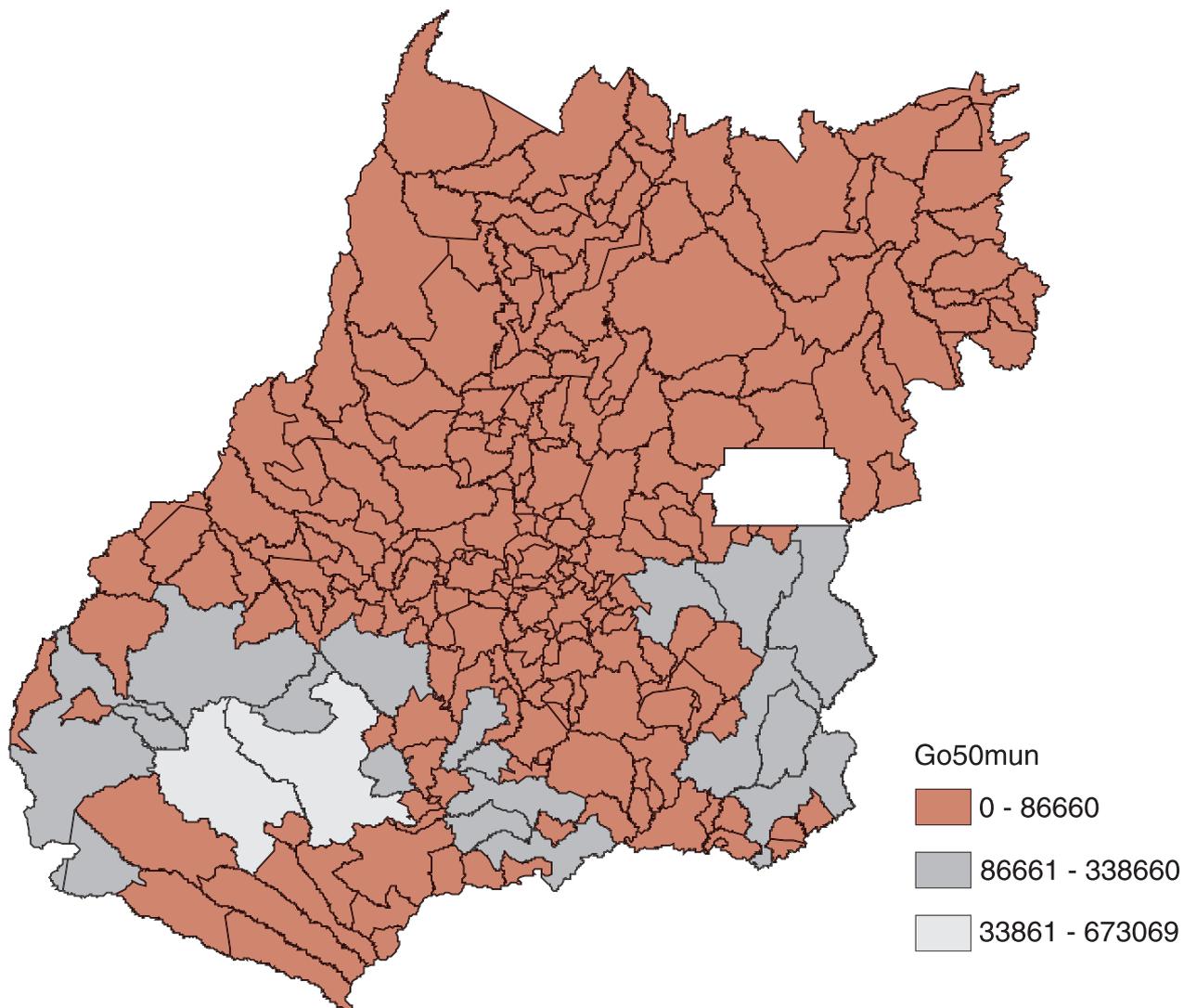
**Mapa 1**  
**Espacialização da produção de soja em Goiás – média trienal I**



Não obstante, o mapa 2 mostra que a produção desta oleaginosa, em Goiás, no início dos anos do Século XXI, concentra ainda na faixa que vai do Sudoeste ao Sudeste Goiano, mas a

mancha marrom escura que representa os municípios que apresentaram maior concentração de produção teve uma redução passando para dois municípios.

**Mapa 2**  
**Espacialização da produção de soja em Goiás - média trienal II**



Como pode ser verificado na tab. 1, os 10 principais municípios de Goiás concentram, na média trienal I, 55,6% da produção de soja do Estado. De todos os municípios, Jataí, Rio Verde e Mineiros apresentam uma produção por municípios superior aos 9,0%, as quais somadas representam 28,3% da produção desta oleaginosa no Estado. No caso da média trienal II, constata-se que os 10 principais municípios passaram a concentrar 50,4% da produção do Estado. Não obstante, há uma inversão de posição dos municípios quando comparados às posições da média trienal

I. Rio Verde torna-se o principal produtor de soja de Goiás, concentrando 11,3% do total da produção. Em seguida, encontra-se Jataí com 10,1% da produção, acompanhada por Mineiros com 5,7%. Neste sentido, é importante destacar que em termos relativos há uma redução da participação de Mineiros, quando comparado às duas médias trienais I e II, pois sua produção foi praticamente a metade da produção de Rio Verde e aproximadamente 56% da produção de Jataí. Deste modo, Rio Verde e Jataí juntas representaram 21,4% de toda a soja produzida em Goiás.



**Tabela 1**  
**Média trienal da quantidade de soja produzida no Estado de Goiás**

| Município       | Média Trienal I | %   | % Acumul. | Município       | Média Trienal II | %    | % Acumul. |
|-----------------|-----------------|-----|-----------|-----------------|------------------|------|-----------|
| Jataí           | 198.470         | 9,7 | 9,7       | Rio Verde       | 673.059          | 11,3 | 11,3      |
| Rio Verde       | 189.970         | 9,3 | 19,1      | Jataí           | 600.524          | 10,1 | 21,4      |
| Mineiros        | 187.700         | 9,2 | 28,3      | Mineiros        | 338.560          | 5,7  | 27,1      |
| Chapadão do Céu | 119.580         | 5,9 | 34,1      | Montividiu      | 296.000          | 5,0  | 32,1      |
| Cristalina      | 104.833         | 5,1 | 39,3      | Chapadão do Céu | 236.327          | 4,0  | 36,1      |
| Montividiu      | 95.220          | 4,7 | 44,0      | Cristalina      | 207.559          | 3,5  | 39,6      |
| Aporé           | 64.873          | 3,2 | 47,2      | Catalão         | 175.500          | 3,0  | 42,6      |
| Goiatuba        | 58.550          | 2,9 | 50,0      | Paraúna         | 165.077          | 2,8  | 45,3      |
| Luziânia        | 57.833          | 2,8 | 52,9      | Perolândia      | 152.133          | 2,6  | 47,9      |
| Catalão         | 56.583          | 2,8 | 55,6      | Goiatuba        | 148.353          | 2,5  | 50,4      |

Fonte: Tabulada a partir de dados secundários da Pesquisa Agrícola Municipal - IBGE

### Preços Recebidos Pelos Produtores de Soja em Goiás

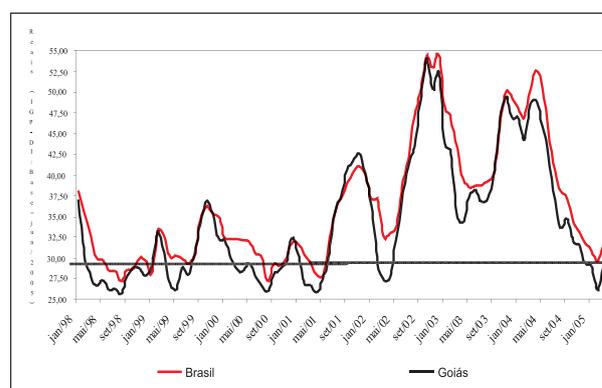
O início de 1999 marcou profundamente a economia brasileira, pois a política cambial desenhada desde a implantação do Plano de Estabilização Monetário – Plano Real (julho de 1994), a qual ancorava a estabilidade da moeda, rompeu-se com a crise de expectativas instalada no país em decorrência de sua fragilidade para honrar seus passivos internos e externos. Tudo aconteceu a partir da crise cambial russa que contaminou o resto do mundo, em especial, países que apresentavam fundamentos econômicos frágeis e moedas não conversíveis, como o Brasil. Neste sentido, a forte fuga de capitais do país pressionou o câmbio administrado vigente na época, o qual não conseguiu se alinhar mesmo com a injeção de maciças somas de dólares das reservas cambiais brasileira.

Graças à desvalorização cambial de 1999, a economia brasileira conseguiu aumentar sua competitividade nos mercados externos, favorecendo, por conseguinte, a ampliação das exportações e desaquecimentos das importações. Este novo ambiente econômico favoreceu o aumento das exportações do complexo soja brasileiro e, em especial, o goiano que viu a exportação de soja, farelo e óleos crescer para a Europa, Ásia e Oriente Médio.

Todo este efeito cambial causou um impacto profundo nos preços relativos da economia brasileira. No caso da soja, cujo preço é formado a

partir do comportamento da oferta, demanda e estoques internacionais, as mudanças na política cambial, na ausência de uma política agrícola nacional ativa, provocaram uma forte oscilação no preço real recebido pelo produtor de soja.

**Gráfico 1**  
**Preço real recebido pelo produtor de soja no Brasil e Goiás**



Fonte: FGV

Em termos internacionais, o preço da soja apresentou um comportamento cíclico, ou seja, de 1998 a 2001, apresentou uma tendência de baixa e queda, ao passo que, entre 2001 e o primeiro semestre de 2004 sua tendência foi de elevação. No entanto, a partir do segundo semestre de 2004 sua tendência passou a ser de queda. No caso do comportamento dos preços reais recebidos pelos produtores de soja brasileiros, mormente o goiano, não há como estabelecer uma linha de tendência em decorrência das fortes oscilações existentes. Há momentos que os preços apresentam fortes elevações, porém seguidas de fortes que-



das. No entanto, faz-se necessário registrar, mesmo apresentando as oscilações, entre 2001 e abril de 2004, os preços reais recebidos pelos produtores moveram-se no intervalo de R\$ 25,80 a R\$ 54,08 por saca de 60 quilos. A partir desta data, há uma tendência clara de queda acentuada do preço, o qual chega a fevereiro de 2005 a R\$ 26, 14 a saca de 60 quilos.

Por conseguinte, o gráfico 1 deixa claro que no período destacado não houve por parte do governo federal nenhuma iniciativa para reduzir a oscilação dos preços reais recebidos pelos produtores de soja. Tal fato torna-se grave, em especial, em momentos de queda acentuada dos preços agrícolas, pois comprimem a renda do produtor, causando, portanto, uma crise agrícola no país. No seu inverso, ou seja, em momentos de elevação dos preços, há uma pressão interna para elevação também dos preços dos produtos da soja e derivados gerando, com isto, um efeito de encaqueamento, direto e indireto, ao longo das várias cadeias que possuem a soja ou derivados como matéria-prima, como, por exemplo, óleos refinados, margarinas, lecitinas, "leite de soja", carnes, rações e outros mais.

No caso especial da renda do produtor, a queda no preço da soja, a partir de abril de 2004, vem comprometendo o processo de acumulação de capital dos produtores rurais goianos. Tudo isto pode ser explicado, pois o custo de produção total do plantio direto da soja vem subindo nos últimos tempos em decorrência da valorização cambial que afeta, em particular, as despesas com fertilizantes e defensivo (que possuem seu princípio ativo produzido nos países centrais) reduzindo, assim, a margem de lucro do produtor.

Como pode ser verificado na tab. 02 os principais componentes do custo total de produção da soja são os seguintes: a) despesas de custeio da lavoura que representam 67,6% do custo total; b) despesas de Pós-Colheita que participam com 6,7%, c) despesas financeiras com 2,1%, d) depreciações com 10,6%, e) outros custos fixos com 2,8%, por fim, f) Renda dos fatores com 10,3%. Logo, pode-se concluir que as despesas de custeio da lavoura têm o maior peso dentro da estrutura de custos totais de produção da soja em plantio direto. Tudo isto deve ser evidenciado, pois corrobora a argumentação anterior que salienta o peso que

fertilizantes (19,4%) e defensivos (15,8%) têm na produção desta oleaginosa, ou seja, somente estes dois itens respondem por 35,2% do custo de produção total da soja.

Logo, se partirmos da hipótese que a estrutura de custos de produção elaborada pela CONAB espelha a realidade média dos produtores de soja do Estado de Goiás pode-se inferir que, ao custo total de R\$ 29,31 para uma saca de 60kg, desde dezembro de 2004, há uma forte descapitalização no seio da agricultura goiana. Neste sentido, os custos totais somente remuneraram os fatores de produção (capital, trabalho e renda da terra) não gerando, por conseguinte, um lucro extraordinário para reinversão no processo produtivo.

Se a atual tendência de redução do preço real recebido pelo produtor de soja em Goiás persistir por mais tempo, em um ambiente de custos de produção totais crescentes devido à valorização cambial, haverá uma descapitalização geral no campo aumentando ainda mais a crise vivida no campo brasileiro.

**Tabela 2**

**Custo de produção estimado para a soja, em plantio direto, para o município de Rio VerdeGO**

| Discriminação                                       | R\$/ha          | R\$/kg       | %            |
|---|-----------------|--------------|--------------|
| 1.) Despesas de Custeio da Lavoura                  |                 |              |              |
| 1.1.) Operação com máquinas                         | 117,53          | 2,35         | 8,0          |
| 1.2.) Aluguel de máquinas                           | 215,46          | 4,31         | 14,7         |
| 1.3.) Mão-de-obra temporária                        | 7,49            | 0,15         | 0,5          |
| 1.4.) Mão-de-obra fixa                              | 15,60           | 0,31         | 1,1          |
| 1.5.) Sementes                                      | 118,25          | 2,37         | 8,1          |
| 1.6.) Fertilizantes                                 | 283,93          | 5,68         | 19,4         |
| 1.7.) Defensivos                                    | 231,70          | 4,63         | 15,8         |
| <b>Total das despesas de custeio da lavoura (I)</b> | <b>989,96</b>   | <b>19,80</b> | <b>67,6</b>  |
| 2.) Despesas Pós-Colheita                           |                 |              |              |
| 2.1.) Transporte externo                            | 39,18           | 0,78         | 2,7          |
| 2.2.) PROAGRO                                       | 38,61           | 0,77         | 2,6          |
| 2.3.) Assistência técnica                           | 19,80           | 0,40         | 1,4          |
| <b>Total das despesas pós-colheita (II)</b>         | <b>97,59</b>    | <b>1,95</b>  | <b>6,7</b>   |
| 3.) Despesas Financeiras                            |                 |              |              |
| 3.1.) Juros   | 30,39           | 0,61         | 2,1          |
| <b>Total das despesas financeiras (III)</b>         | <b>30,39</b>    | <b>0,61</b>  | <b>2,1</b>   |
| <b>Custo Variável (I+II+III)</b>                    | <b>1.117,94</b> | <b>22,36</b> | <b>76,3</b>  |
| 4.) Depreciações                                    |                 |              |              |
| 4.1.) Depreciações de benfeitorias/instalações      | 43,02           | 0,86         | 2,9          |
| 4.2.) Depreciações de implementos                   | 37,03           | 0,74         | 2,5          |
| 4.3.) Depreciações de máquinas                      | 75,66           | 1,51         | 5,2          |
| <b>Total das depreciações (IV)</b>                  | <b>155,71</b>   | <b>3,11</b>  | <b>10,6</b>  |
| 5.) Outros Custos Fixos                             |                 |              |              |
| 5.1.) Manutenção periódica de máquinas              | 25,33           | 0,51         | 1,7          |
| 5.2.) Encargos sociais                              | 9,20            | 0,18         | 0,6          |
| 5.3.) Seguro do capital fixo                        | 6,30            | 0,13         | 0,4          |
| <b>Total de Outros Fixos (V)</b>                    | <b>40,83</b>    | <b>0,82</b>  | <b>2,8</b>   |
| <b>Custo Fixo (IV+V)</b>                            | <b>196,54</b>   | <b>3,93</b>  | <b>13,4</b>  |
| <b>Custo Operacional (CV+CF)</b>                    | <b>1.314,48</b> | <b>26,29</b> | <b>89,7</b>  |
| 6.) Renda dos Fatores                               |                 |              |              |
| 6.1.) Remuneração esperada sobre o capital fixo     | 91,84           | 1,84         | 6,3          |
| 6.2.) Remuneração da terra                          | 59,11           | 1,18         | 4,0          |
| <b>Total da Renda dos Fatores (VI)</b>              | <b>150,95</b>   | <b>3,02</b>  | <b>10,3</b>  |
| <b>Custo Total (CO+VI)</b>                          | <b>1.465,43</b> | <b>29,31</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: CONAB



## Considerações Conclusivas

Ao longo do artigo, a argumentação teve como nexos condutores mostrar a importância da soja para a dinâmica da economia goiana. Neste sentido, há indícios claros, que precisam ser aprofundados em outras pesquisas, de que a fronteira agrícola em Goiás ainda não está plenamente fechada, pois a área colhida de soja ainda apresenta expansão. Uma possível explicação para este fato decorre de que as áreas destinadas para pasto podem estar sendo substituídas por esta oleaginosa.

Em termos de espacialização da soja, verifica-se que a macrorregião Sul do Estado de Goiás concentra quase a totalidade da área e produção. Os dez principais municípios aglutinam a metade da produção do Estado, sendo Rio Verde e Jataí os principais produtores. Juntos, respondem por 21,4% de toda a soja goiana.

Já em relação ao preço real recebido pelo produtor de soja em Goiás constata-se que este oscilou muito desde a desvalorização do câmbio em 1999, mas entre 2001 e abril de 2004, mesmo apresentando as oscilações antes destacadas, houve uma elevação nos preços reais recebidos, os quais se deslocaram no intervalo de R\$ 25,80 a R\$ 54,08 por saca de 60 kg. No entanto, faz-se necessário destacar que a partir de abril de 2004 existe uma forte tendência de queda dos preços reais recebidos pelos produtores rurais. Tudo isto está relacionado ao desaquecimento econômico das principais economias demandadoras de soja, como também pela ausência de uma política agrícola

nacional ativa minimizadora das oscilações dos preços desta oleaginosa.

Se mantida a tendência de quedas dos preços reais recebidos pelos produtores de soja em um ambiente de custos de produção totais crescentes, haverá uma forte descapitalização no setor agrícola goiano amplificando ainda mais a crise vivida no campo brasileiro.

## Referências

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931 – 2001). **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, ano X, nº03, jul-ago-set de 2001. 58 p.

LUNAS, Divina Leonel & ORTEGA, Antônio César. A construção do complexo agroindustrial da soja no sudoeste goiano. In: PEREIRA, Sebastião Lázaro & XAVIER, Clésio Lourenço. **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003, pp. 139-173.

PIRES, Murilo José de Souza & FONSECA, Rinaldo Barcia. **Custo de Produção, Custo de Transporte e Vantagens Locacionais do Centro-Oeste**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2001, Recife. Anais... (versão eletrônica – CD Room) Brasília: SOBER, 2001.

PIRES, Murilo José de Souza. **Transportes e Desenvolvimento Agrícola no Centro-Oeste**. 2000, 153f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.



# Análise do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO

**Resumo:** O Fundo Constitucional do Centro-Oeste foi instituído com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessa região, através da instituição financeira federal – Banco do Brasil – de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Tal fundo, no momento das aplicações ficou salvo das restrições de controle monetário de natureza conjuntural, mas deveria destinar crédito diferenciado, dos adotados pelas instituições financeiras, em função das reais necessidades dessa região. Isso era o que determinava a própria Legislação. No entanto, as alterações feitas nessa, no decorrer do tempo, acabaram não obedecendo ao que havia sido proposto na Legislação inicial.

**Palavras-chave:** instituição pública, crédito diferenciado, desenvolvimento regional.

## Introdução

Neste trabalho nos deteremos ao estudo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste. A implantação de tal Fundo foi decorrente de pressões dos próprios produtores rurais de menor renda e de algumas representações regionais. A hipótese seria a de que a institucionalização do mesmo viria a contribuir de forma mais direta à melhoria do desenvolvimento dessa região que apresentava maior dificuldade econômica. A partir de 27 de setembro de 1989 este fundo foi constituído, sendo que isto se deu numa época em que os recursos destinados à agricultura, no interior do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), começavam a decrescer e se buscava uma nova institucionalidade para o financiamento agrícola. Em meados da década de 1980 começam a aparecer Novas Fontes de Recursos no interior do SNCR e o Fundo Constitucional será uma delas. No entanto, o que se percebe é que estas novas modalidades continuam não sendo acessíveis aos agricultores de menor porte, não integrados economicamente.

\* Mestra em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU / MG. e-mail: hellenfb@hotmail.com

Hellen Ferreira Barbosa\*



Então, o Fundo Constitucional viria a ocupar um importante papel, na medida em que dirigiria recursos a produtores de menor porte<sup>1</sup>.

Assim, a partir da constituição do mesmo a legislação deixa explícito que ele tem por objetivo:

“contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento” (Ministério da Integração Nacional, 2004).

Ademais, no que tange à aplicação dos recursos, esses ficam a salvo das restrições de controle monetário de natureza conjuntural e devem destinar **crédito diferenciado dos usualmente adotados pelas instituições financeiras**, em função das reais necessidades da região beneficiada. O intuito é o de verificar se o direcionamento dos recursos está atendendo os objetivos pretendidos.

## 1 – A evolução da legislação

Segundo as diretrizes a serem observadas na formulação dos programas de financiamento<sup>2</sup> o fundo deve conceder recursos exclusivamente aos setores produtivos da região beneficiada. Deve fazê-lo em uma ação integrada com instituição federal sediada na região. Um dos elementos centrais é o de que ele deve dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e micro-empresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação,

<sup>1</sup> Este Fundo não usa o conceito de “agricultor familiar”, até por que ele se dirige também a empresas não rurais.

<sup>2</sup> Ministério da Integração Nacional: Secretaria da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Fundos Constitucionais de Financiamento – Legislação FCO.FNE.FNO, 2004.



quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas.

Quanto às fontes de recursos, encontram-se detalhadas no Ministério da Integração Nacional (2004). No que tange ao seu direcionamento, às remunerações requeridas e ao papel do banco, observamos que a legislação passou por mudanças. Apresentamos um detalhamento das principais Leis que o direcionam e regulamentam. O intuito não é de analisar cada uma das regulamentações, já que estas se encontram disponíveis no Ministério da Integração Nacional, mas sim o de destacar os principais aspectos da mesma e as principais mudanças. A seguir esse destaque:

Lei 7.827, de 27.09.1989. Essa Lei instituiu o Fundo Constitucional e detalha sua aplicação. Logo que foi implantado, foram estabelecidas algumas questões quanto ao direcionamento do Fundo que merecem destaque. O primeiro elemento importante está ligado à aplicação e destinação dos recursos do fundo, estabelecendo-se que: a) deveria ser destinado crédito diferenciado dos usualmente adotados pelas instituições financeiras em função das reais necessidades da Região e; b) deveria ser dado tratamento preferencial às atividades de pequenos e mini produtores rurais e pequenas e micro-empresas, concedidos a produtores individuais e empresas brasileiras de capital nominal.

O segundo elemento a ser destacado envolve as questões de custos e taxas, indicando-se que: a) os custos dos financiamentos deverão ser diferenciados, de acordo com a natureza do empreendimento, a finalidade do financiamento, a localização e o porte do produtor/empresa e; b) as taxas de juros, nelas incluídas quaisquer tipos de taxas adicionais não poderão exceder a 8% ao ano, sendo estabelecido que os financiamentos concedidos estariam sujeitos a pagamento de juros e encargos de atualização monetária.

O terceiro elemento se refere à atuação do banco, delimitando-se que: a) esse pela administração do fundo, vai receber uma taxa de 2% ao ano, calculada sobre o patrimônio líquido<sup>3</sup> do fundo, apropriada mensalmente; b) esse está autorizado a cobrar del credere<sup>4</sup>, sobre os financiamentos, respeitando o

<sup>3</sup> Patrimônio líquido = (Recursos repassados pelo Tesouro Nacional + atualização monetária) – prejuízos acumulados

<sup>4</sup> Taxa de Risco

limite de 8% a.a., para os juros; c) poderá passar os recursos a outras instituições autorizadas

Ou seja, a legislação deixava claro que a prioridade dos recursos do fundo era para as micro/pequenas empresas (agrícolas ou industriais) e que as taxas deveriam ser diferenciadas das cobradas por outros programas no interior do SNCR. Paralelamente, desde o início, deixava-se claro que o banco seria bem remunerado pela sua atuação. A operação de empréstimo envolveria a seguinte remuneração a ser paga pelo tomador

$$\text{Remuneração} = (\text{juros} + \text{del credere}) + \text{TR } 8\%$$

A remuneração do banco viria do percentual sobre o patrimônio líquido do Fundo (corrigido pela TR) e pelo recebimento do del credere, enquanto que a remuneração do Fundo viria dos juros pagos.

Na medida em que a remuneração se estabelecia desta forma fica claro que: - o banco receberia a remuneração sobre o patrimônio líquido mesmo que não emprestasse o recurso; - por vezes era interessante não emprestar recursos porque assim não se incorria em prejuízos acumulados e a base de remuneração para administração do fundo ficava maior.

Uma vez implantada a legislação, o banco efetivamente passa a utilizar esta dinâmica de emprestar menos que recebe (veremos mais adiante os dados). No que tange ao nível de juros e ao percentual de del credere sabe-se que eles, em conjunto, chegariam a 8% a.a. No entanto, não se pode definir qual o percentual que foi considerado “del credere” deste total. Na verdade, os valores posteriormente analisados quanto ao recebimento do banco indicam que a maioria dos 8% foi lançado como del credere, remunerando o banco (Teixeira, 1999).

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que os recursos não se dirigem apenas a atividades agrícolas, podendo abordar outros tipos de demandantes de recursos. Ademais destas questões, observou-se que os custos que estavam envolvidos nas operações do FCO estavam sendo superiores a outros financiamentos do crédito rural em outras regiões. Passava-se a uma mudança de legislação.

**Lei 9.126, de 10.11.1995.** Esta provocou alteração na legislação do fundo e passa a indicar que: a)



para operações contratadas a partir de 1995 seria cobrado TJLP<sup>5</sup> mais del credere de até 6% a.a.; b) passa a garantir a questão de que nos financiamentos de micro e pequenos produtores, os custos seriam menores do que os previstos pelo crédito rural nas demais regiões do país; c) o banco destinaria 10% dos recursos do Fundo para o financiamento dos assentados de reforma agrária; d) altera a taxa de administração do banco de 2% para 3% sobre o patrimônio líquido; e) retira a exigência de que os empréstimos fossem concedidos apenas a produtores individuais e apenas a empresas de capital nacional.

O que se observa é que a destinação dos recursos para reforma agrária, proposta pela nova lei, que alterou a lei inicial, na verdade, só veio regular o que estava estabelecido nas portarias interministerial nos 36, de 06.02.92 e 218, de 28.08.92, pois essas já indicavam a possibilidade de recursos dos fundos para reforma agrária.

A mudança da remuneração para a TJLP foi efetuada, na verdade, com o intuito do banco ganhar mais recursos. Até 1995 usava-se a TR<sup>6</sup> para correção monetária e depois esta foi modificada, porque a TJLP passa a ser maior que a TR, devido à inflação estar mais baixa após o Plano Real. Também fica explícito que até 6% das taxas cobradas seriam destinadas aos bancos a título de del credere. O saldo dos recursos não emprestados também passa a ser corrigido pela TJLP. Por aí se percebe a perspectiva de que os ganhos do banco ficam garantidos. Essa Lei institui ainda o aumento da taxa de administração de 2% para 3% reforçando o ganho total.

**Medida provisória n 1.846-10, de 29.06.1999.** Esta determina que: a) o custo básico dos financiamentos com recursos do fundo passe a ser o IGP-DI acrescido de juros de 8% a.a, para as operações a partir de 1 de dezembro de 1998; b) o del credere do banco fique reduzido para 3% a.a.; c) a taxa de administração a que o banco tem direito fosse alterada para 20% do valor das transferências efetuadas pelo Tesouro; d) podem ser aplicados descontos de até 60% sobre a taxa de juros (não incidindo, portanto, sobre a variação do IGP-DI).

<sup>5</sup> Taxa de Juros de Longo Prazo

<sup>6</sup> Taxa Referencial

O que se observa é que a medida provisória, embora tenha definido e reduzido o percentual do del credere a ser cobrado, elevou paralelamente a taxa de administração e estipulou que seria sobre o valor das transferências. Com isso, o que se percebe é que cresceu o potencial de expansão de ganhos bancários a partir dessa redação da Lei. Com a nova regra ocorre a transferência, para o banco, de 1/5 dos tributos da União, que deveriam ser destinados ao financiamento das empresas e produtores de cada região. Essa medida também provoca, de fato, uma alteração na Constituição. O repasse das receitas da União para o financiamento dos setores produtivos da região passa a se dar em apenas 2,4% das receitas da União e não mais nos 3% determinados pela Constituição, já que 0,6% vai direto para a instituição financeira (Teixeira, 1999).

Com relação ao desconto de 60% sobre a taxa de juros, observa-se que este foi um valor estipulado no tamanho exato para proteger o del credere do banco (Teixeira, 1999). Caso se opte pelo maior rebate (60% sobre os 8% de juros) isto implicará na taxa de juros de 3,2%, o que garante os 3% de del credere. Quem na verdade perde parte da remuneração é o Fundo. Ressaltamos ainda que ao somar essa taxa à variação do IGP-DI, observamos que os produtores a serem beneficiados com os recursos do Fundo estarão, na verdade, tendo acesso aos mesmos, com custos mais elevados que os produtores das regiões mais desenvolvidas. Acabava-se tendo, de fato, um financiamento com custos superiores ao incidente sobre os contratos dos maiores produtores de soja do país via outras modalidades do SNCR.

O que se quer destacar é que a troca da correção de TJLP para IGP-DI, não contribuiu para a melhoria das condições de acesso dos produtores familiares mais alijados, pois os financiamentos resultantes dos recursos deste Fundo continuaram inatingíveis para tais produtores, já que os custos conspiram contra os objetivos de estímulo às regiões mais pobres.

**Lei 10.177, de 12.01.2001.** Define os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos do Fundo Constitucional para operações rurais e operações industriais, agro-industriais e de turismo e, redefine que: a) o del credere do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros



cobrados pelo Fundo Constitucional e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval; b) os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

A alegação do Governo à época era a de que, essa nova alteração provocada pela referida Lei traria mais benefícios para quem utilizasse os recursos do Fundo e que se apresentava uma sensível redução nos encargos financeiros das operações.

Antes, os encargos eram compostos por um indexador variável (IGP – DI e depois pela TJLP) acrescido de uma taxa fixa. A partir daí, os contratos passam a ter revisão sempre que a TJLP apresentasse alterações superiores a 30%. Sendo assim, percebe-se que, a taxa ainda está influenciada pela TJLP. Ressalta-se também a cobrança de del credere ainda embutida no percentual cobrado, o que transparece a continua preocupação com a preservação da instituição gerenciadora dos recursos. Caso esse percentual fosse reduzido, poderia também reduzir-se o juro cobrado dos beneficiários, já que as alterações na regulamentação teriam que ir de encontro à facilidade de acesso aos beneficiários. No entanto, não foi o que ocorreu, permanecendo a lógica de garantir ao banco sua segurança.

Na verdade, tal medida poderia se justificar no sentido de que a legislação estaria tentando preservar os bancos públicos de eventuais perdas pelo fato de que estes estariam arranjando recursos a clientes mais “arriscados”. O nosso questionamento é o de que esta segurança foi efetuada sem que o Banco tivesse, de fato, dirigido os recursos aos demandantes que, de fato, tem maior dificuldade de acesso.

**Medida provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001.** A partir desta medida provisória, ficou estabelecido que os recursos do Fundo podem ser liberados pelo próprio banco administrador, só que a partir daquela data os valores liberados seriam de risco exclusivo do banco. Para tal, dentre outras deliberações, ficou estabelecido que: a) (§ 4º) Nas operações realizadas irão se observar os encargos estabelecidos no art. 1º da Lei 10.177, de 2001 e, o del credere da instituição

financeira obedecerá os seguintes limites: - de seis por cento ao ano; - está contido nos encargos a que se refere o art. 1º da Lei 10.177, de 2001; - será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval;

b) (§ 5º) Os saldos diários das disponibilidades relativas aos recursos transferidos serão remunerados pela instituição financeira com base na taxa extra-mercado; c) (§ 6º) Os recursos transferidos e utilizados em operações de crédito serão remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o del credere a que se refere o § 4º; d) (§ 8º) A instituição financeira, nas operações de financiamento realizadas gozam da isenção tributária.

Por aí se observa que aumentou o percentual de del credere e que a legislação continuou garantindo que os recursos não liberados (sobre os quais recai uma remuneração para o banco) são corrigidos. Ademais, a isenção tributária é outro elemento positivo do tipo de operação para o banco.

## 2 - A Classificação dos agricultores para enquadramento no FCO

Na medida em que a exigência da legislação é a de que os recursos se dirijam à micro e pequenos produtores, se estabelece a necessidade de uma definição. No que tange aos programas cuja definição é interna ao fundo observamos que ocorre uma elevação dos limites de renda e/ou receitas para todos os tipos. Estes altos níveis de recursos para as delimitações de mini e pequenos agricultores sugerem que esta é uma forma de adequar a oferta de financiamento a demandantes de maior porte como se eles fossem aqueles alijados de acesso a recursos.

O Fundo Constitucional do Centro-Oeste está dividido em: i) FCO empresarial que por sua vez está subdividido em outros programas<sup>7</sup>. A classificação (quadro II) é baseada no faturamento bruto anual das empresas/grupos, mas quando a proponente fizer parte de grupo empresarial, a definição do porte acompanhará a classificação do Grupo Econômico ao qual pertence.

<sup>7</sup> Detalhamento destes se encontram na Programação de Financiamento – FCO - 2001 a 2004. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/ FCO. Banco do Brasil S.A.



### Quadro I FCO Empresarial

| Porte   | Faturamento Bruto Anual (R\$ Mil) |                                  |
|---------|-----------------------------------|----------------------------------|
|         | 2001/2002                         | 2003/2004                        |
| Micro   | até 244                           | até 700                          |
| Pequena | acima de 244<br>até 1.200         | acima de 700 até<br>até 6.125    |
| Média   | acima de 1.200<br>até 20.000.000  | acima de 6.125<br>até 35.000.000 |
| Grande  | acima de 20.000.000               | acima de 35.000.000              |

Fonte: FCO - Programação de Financiamento 2001 a 2004. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO. Banco do Brasil S.A.

ii) FCO rural, que trabalha com os Programas de Desenvolvimento Rural, de Sistema de Integração Rural e PRONATUREZA e a assistência para custeio dissociado. A classificação<sup>8</sup> é baseada na renda bruta agropecuária anual e, pode ser vista no quadro II.

### Quadro II FCO Rural - produtores rurais e extrativistas

| Porte   | Renda Bruta Agropecuária (R\$) |                                |                                   |
|---------|--------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|
|         | 1995 a 1997                    | 1998 a 2002                    | 2003/2004                         |
| Mini    | até 24.000                     | até 40.000                     | até 80.000                        |
| Pequeno | acima de 24.000<br>até 48.000  | acima de 40.000<br>até 80.000  | acima de 80.000<br>até 160.000    |
| Médio   |                                | acima de 80.000<br>até 500.000 | acima de 160.000<br>até 1.000.000 |
| Grande  |                                | acima de<br>500.000            | acima de<br>1.000.000             |

Fonte: FCO - Programação de Financiamento 2001 a 2004. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO. Banco do Brasil S.A. Dados de 1995 a 1998, In: Teixeira (1999). Não faz detalhamento de médio e grande produtor.

Pelos quadros I e II, os quais nos indicam os limites de classificações do Fundo, observamos que houve modificações nos limites de cada classe com o decorrer do tempo. Do ano de 2002 para 2004 os limites de classe do FCO rural dobraram de valor e o FCO empresarial teve aumentos consideráveis.

<sup>8</sup> A classificação para associações e cooperativas, bem como os demais critérios a serem observados se encontra na Programação de Financiamento 2001 a 2004. Ministério da Integração Nacional. Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - CONDEL/FCO. Banco do Brasil S.A.

A partir da apresentação da classificação usada observamos que se compararmos a mesma com as do PRONAF, por exemplo, é possível perceber as discrepâncias e inferir que há uma manipulação política para favorecer o enquadramento de outras categorias de produtores que não os definidos pelos Fundos, já que apenas os mini produtores rurais considerados pelo Fundo estariam dentro da classificação máxima de agricultores familiares do PRONAF. Os pequenos e médios produtores considerados pelo Fundo não seriam considerados agricultores familiares, segundo a classificação do PRONAF.

Por aí, já podemos ver que a classificação do Fundo é excessivamente elástica, restando o questionamento quanto à pertinência da mesma, quando comparada com os dispositivos legais que definem o direcionamento dos recursos.

Isto de um lado, sugere a existência de pressões políticas nesta direção e, de outro pode também estar significando que o Banco gestor está seguindo, de certa forma, sua lógica histórica de limitar os recursos para os agricultores efetivamente menos capacitados, com o intuito de fugir dos riscos envolvidos.

### 3 - Valores contratados pelo FCO

Na tabela 1 são apresentados os repasses da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), bem como os valores contratados pelos beneficiários do Fundo desde o início do ano de 1989 até dezembro de 2002.

Seguindo as regras da legislação estes valores são montantes que deveriam ser direcionados para que houvesse financiamento dos setores produtivos na região a qual pertence o fundo (Teixeira, 1999). O que se observa, é que os repasses ao banco gestor foram, na maioria dos anos, maiores que os valores contratados pelos beneficiários do Fundo. Isto demonstra que uma parcela dos recursos liberados acabou ficando retida no banco. A diferença entre o repasse e a contratação nos dá o nível de retenção e observa-se que nos últimos dois anos o FCO não registrou retenção de recursos no banco gestor, mas pode ser verificado pela distribuição de recursos que os recursos repassados não se destinaram aos efetivos beneficiários do Fundo.



Tabela 1  
Repasse anuais da STN versus contratações – 1989/ 2002 – valores atualizados

| Ano          | FCO              |                  | Total contratação | Total repasse     |
|--------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
|              | Contratação      | Repasse          |                   |                   |
| 1989/1993    | 1.206.695        | 1.505.460        | 6.391.920         | 7.527.305         |
| 1994         | 302.303          | 355.761          | 1.650.824         | 1.778.809         |
| 1995         | 183.258          | 365.482          | 1.471.802         | 1.827.430         |
| 1996         | 231.699          | 343.413          | 1.616.011         | 1.717.084         |
| 1997         | 317.603          | 354.424          | 1.216.067         | 1.772.134         |
| 1998         | 392.975          | 360.342          | 1.444.918         | 1.801.700         |
| 1999         | 179.038          | 371.291          | 1.243.738         | 1.856.456         |
| 2000         | 303.226          | 414.115          | 1.644.433         | 2.070.590         |
| 2001         | 1.014.704        | 500.366          | 1.802.822         | 2.501.825         |
| 2002         | 1.456.514        | 575.374          | 2.326.342         | 2.876.870         |
| <b>Total</b> | <b>5.588.015</b> | <b>5.146.028</b> | <b>20.808.877</b> | <b>25.730.203</b> |

Fonte: Ministério da Integração Nacional. Relatórios do Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil. Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2002.

Podemos perceber que, em geral, há uma concentração de recursos não repassados no Banco gestor<sup>9</sup>. Isto segue aquela tendência que já indicávamos quando da análise da legislação, a de que o Banco prefere muitas vezes não liberar os recursos, pois não incorre em riscos e tem sua remuneração garantida, pois esta é calculada sobre o patrimônio líquido do fundo.

#### 4 – Considerações Finais

Tendo em vista que mesmo as fontes formais privadas tenham se expandido, elas não têm sido capazes de contrabalançar a queda de valores ofertados pelo Tesouro Nacional, nem mesmo incorporar uma gama de pequenos produtores não integrados. O trabalho procurou mostrar que o novo desenho do financiamento agrícola no âmbito das liberações, com integração do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, não obteve

grandes avanços na integralização dos beneficiários não integrados, tendo em vista que a nova institucionalidade manteve o caráter de concentração dos recursos dentro do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Busca se então salientar a importância de um planejamento maior da política agrícola por parte do governo, não relegando somente ao mercado a questão do financiamento rural.

#### Referências

CORRÊA, V. P. & SILVA, F. F. (2004). **O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados**. Artigo apresentado no XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Cuiabá/ MT.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2004). Secretaria da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. Fundos Constitucionais de Financiamento - Legislação FCO. FNE. FNO.

TEIXEIRA, G. (1999) FNO, FNE e FCO. Uma abordagem crítica de suas execuções na área rural. Brasília: Partido dos Trabalhadores (PT) – Liderança da bancada na Câmara Federal – Núcleo Agrário.

<sup>9</sup> De acordo com Teixeira (1999) para se ter uma dimensão exata do nível de indisponibilização, anual, dos recursos seria necessário somar os repasses do Tesouro, com os retornos das aplicações, mais os rendimentos de aplicação financeira, ou da atualização desses recursos. Posteriormente deveria-se subtrair, do montante adicionado, os recursos contratados, somados aos recursos apropriados pelos Bancos a título de taxa de administração.



# Fusões e Aquisições no Setor Agroindustrial (1999/2004) e Impacto Sobre a Economia Goiana



Kalinka Martins da Silva\*

**Resumo:** A economia brasileira passa por um processo de reestruturação pós-1990, com o aumento do fluxo de IED (Investimento Externo Direto). O aumento do IED acarreta transformações na economia como um todo – altera a estrutura patrimonial das empresas e altera a dinâmica setorial dos investimentos. O aspecto mais amplo a ser focado pela pesquisa diz respeito à reestruturação do setor agroindustrial pós-1990. Esse levantamento será feito por meio das análises dos atos de concentração analisados pela SEAE/MF, para o período de 1999/2004. Pela análise dos dados é possível identificar as principais alterações na origem da propriedade no setor e analisar a atuação das principais empresas envolvidas. Por último, diante dos resultados, auferir quais as implicações dessas alterações para a dinâmica da economia goiana.

**Palavras-chaves:** fusões e aquisições, agroindústria, estratégia vertical.

Até o final dos anos 1980 a economia brasileira caracterizava-se por uma dinâmica focada no mercado interno, com pouca abertura ao comércio exterior e alto grau de proteção à indústria nacional. A exposição à concorrência externa (devido a medidas de redução de barreiras tarifárias) e o funcionamento menos tutelado dos mercados obrigaram as empresas a reduzir os custos, acelerar o processo de inovação, buscar alianças estratégicas e adaptar-se a um quadro regulatório distinto (SILVA, 2004). Nesse contexto, aumenta o número de fusões e aquisições, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1**  
**Fusões e Aquisições transfronteiras**  
**em milhões de dólares**

| Ano | 1999  | 2000   | 2001  | 2002  | 2003  |
|-----|-------|--------|-------|-------|-------|
| F&A | 9.357 | 23.013 | 7.003 | 5.897 | 5.271 |

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2004; [www.unctad.org/fdistatistics](http://www.unctad.org/fdistatistics)

\* Economista e Mestre em Economia/ Universidade Federal de Uberlândia, Professora do Curso de Ciências Econômicas da UEG - Universidade Itumbiara. e-mail: [kalinkamartins@yahoo.com.br](mailto:kalinkamartins@yahoo.com.br)

As fusões e aquisições se referem às transações que são realizadas visando à junção de duas ou mais empresas em uma única firma (fusão) ou à compra de participação acionária em uma empresa já existente, sem que isso implique necessariamente seu controle por meio da posse total das ações (aquisição) (SIFERT FILHO e SILVA, 1999:377).

O processo de fusões e aquisições faz parte da estratégia global de reestruturação por que passaram as empresas na década de 1990. Para Siffert Filho e Silva (1999:377), o processo de globalização, à medida que ampliou os mercados por meio de quedas das barreiras aos fluxos de bens, serviços e capitais, alteraram o ambiente institucional em que as empresas estavam acostumadas a operar, além disso, levou ao acirramento da concorrência interempresarial. Para o autor, a evolução das fusões e aquisições deve ser entendida como resposta estratégica das corporações ao surgimento desse novo ambiente institucional e concorrencial.

Entre as principais motivações do movimento de fusões e aquisições, Hitt et al (2001:277), cita:

1) Aumento do poder de mercado: a maioria das fusões e aquisições é realizada para alcançar maior poder de mercado, que pode vir do aumento do poder de compra diante dos distribuidores, ou por meio da compra de um negócio em uma indústria altamente relacionada, para permitir exercício de uma competência de foco. As aquisições horizontais aumentam o poder de mercado da firma na exploração dos custos e na exploração de sinergias. Nas aquisições verticais, a empresa passa a ter um controle adicional da cadeia de produção.

2) Superar barreiras à entrada: quando um mercado é caracterizado por altas barreiras à entrada, a aquisição ou a fusão com uma companhia estabelecida pode ser mais efetiva do que estabelecer uma nova unidade produtiva.

3) Acesso mais rápido a produtos e mercado: aquisições e fusões são meios pelos quais uma empresa pode ganhar acesso a produtos novos.

4) Diversificação dos produtos: as fusões e aquisições são possibilidades das empresas de diversificarem suas linhas de produto.

Os fatores citados por Hitt et al tratam-se de fatores ligados ao acesso aos mercados e às tecnologias. Cantwell e Santangelo (2002) destacam ainda como motivação para as fusões e aquisições, as mudanças na regulação, que proporcionam acesso a novos mercados.

No Brasil, houve importantes mudanças no regime de regulamentação, que igualaram o tratamento entre as empresas estrangeiras e as de propriedade local, permitindo que grandes grupos estrangeiros entrassem na economia brasileira por meio de fusões e aquisições.

Para Rocha, Iooty e Ferraz (2002:73), as fusões e aquisições ocorrerem no Brasil, em um contexto de estabelecimento de novos regimes de regulação e incentivos marcados pela priorização da estabilidade macroeconômica e pela liberalização da economia.

Nos anos 1990, as reformas econômicas representaram menor discriminação ao tratamento do capital estrangeiro, que, somado à abundância de liquidez internacional, reinseriu a economia brasileira no fluxo de capitais, como mostra a Tabela 2.

**Tabela 2**  
**Investimento Externo Direto no Brasil**  
em milhões

| Ano | 1999   | 2000   | 2001   | 2002   | 2003   | 2004   |
|-----|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| IED | 28.578 | 32.779 | 22.457 | 16.566 | 10.144 | 18.166 |

Fonte: Banco Central do Brasil

O aumento do IED (Investimento Externo Direto), em grande parte, foi verificado sobre a forma de fusões e aquisições, requerendo uma demanda maior por uma legislação de defesa da concorrência, para evitar que se formasse uma estrutura de mercado excessivamente concentrada. Nesse sentido foi promulgada a Lei nº 8.884/1994, que inseriu o Brasil no rol dos países que possuem legislação moderna contra a concentração e regulação dos mercados (SANTACRUZ, 1998).

Os atos de concentração devem ser apreciados pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), quando uma das empresas participantes detiver 20% do mercado relevante ou que tenha faturamento superior a R\$ 400 milhões anuais, nesse sentido apenas as operações envolvendo grandes empresas são analisadas.

A notificação da transação é realizada a posteriori, em um prazo máximo de 15 dias após a realização (Parágrafo 4, art. 54). O período de 15 dias será definido a partir do primeiro documento vinculativo firmado entre as requerentes. A inobservância dos prazos de apresentação será punida com multa de intempetividade.

Esse trabalho utiliza como fonte de dados os atos de concentração analisados no SBDC, que é formado por três órgãos: Secretaria de Direito Econômico (SDE), Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Os atos passam por análise técnica nas duas secretarias, e após, enviados ao CADE para o julgamento final.

Em trabalho anterior, Silva (2004) verificou que o CADE na maioria de suas decisões segue as recomendações da SEAE. Nesse sentido o trabalho utilizou os dados de concentração analisado na SEAE<sup>1</sup> como proxy do número de fusões e aquisições julgados no setor agroindustrial brasileiro. O setor agrícola e agroindustrial compreende de acordo com a SEAE – sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas, produtos veterinários, produtos alimentícios e outros.

Na década de 1990 o setor agroindustrial passou por grandes transformações com a entrada e/ou consolidação no país de grandes oligopólios internacionais por meio da aquisição de empresas ou da associação das empresas que já atuavam no mercado nacional.

As empresas transnacionais seguem diretamente para a instalação da operação local, seja como investimento direto ou simples take-over, de empresas locais com boa participação no mercado e bons canais de distribuição. Esse é o caminho normalmente utilizado pelas empresas para atingir um determinado mercado diante da necessi-

<sup>1</sup> Dados disponíveis na página da internet da Secretaria.



dade de respostas rápidas frente à concorrência. Para Rodrigues (1999:6), as transações de fusões e aquisições são importante canal de reestruturação e/ou crescimento das grandes corporações. Os grupos econômicos ora se desfazem de ativos não rentáveis, ou fora do core business, ora adquirem empresas com vistas à diversificação, sobreposição da concorrência ou verticalização, assim como motivações fundamentalmente tecnológicas.

**Tabela 3**  
**Participação dos Atos de Concentração do Setor Agrícola e Agroindustrial Analisados pela SEAE**

| Setor                     | 1999/2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | Total |
|---------------------------|-----------|------|------|------|------|-------|
| Agrícola e Agroindustrial | 42        | 30   | 32   | 24   | 26   | 146   |
| Total de Atos Analisados  | 863       | 588  | 584  | 422  | nd.  | 2.457 |

Fonte: SEAE

O número de transações no setor agroindustrial indica que o setor passou por uma reestruturação, com empresas consolidando sua participação no mercado nacional. Exemplos disso são as empresa Bunge S.A. e Cargill Incorporated, que participaram ativamente do movimento de fu-

sões e aquisições no final da década de 1990 e início dos anos 2000.

O grupo Cargill Incorporated de nacionalidade norte-americana atua nos setores: processamento de sementes oleaginosas, processamento de milho úmido e seco, comercialização de grãos, alimento para animais, produção e venda de fertilizantes (SEAE:2004). Nesse sentido é uma empresa diversificada e verticalizada e pelo processo de fusões e aquisições procurou consolidar sua presença no mercado brasileiro.

A Bunge S.A. (empresa holandesa) atua de forma integrada na cadeia produtiva do agronegócio - produz fertilizante e ingrediente para nutrição animal, processa e comercializa soja, trigo e outros grãos, fornece matéria-prima para a indústria de alimentos e food service, além de produzir alimentos para o consumidor final. (SITE INSTITUCIONAL DA EMPRESA, 2005).

O quadro abaixo demonstra as operações das empresas Bunge e Cargill analisadas na SEAE. Mostra a natureza da operação e as empresas envolvidas, destacando a origem do capital e se a empresa atuava ou não no mercado nacional.

**Quadro 1**  
**Atos de Concentração das Empresas Bunge e Cargill 1999/2004**

| Ato de Concentração/<br>Ano | Adquirentes  | Origem do capital<br>adquirente | Adquirida   | Origem do capital<br>adquirida |
|-----------------------------|--|---------------------------------|---|--------------------------------|
| <b>2004</b>                 |  |                                 |   |                                |
| 08012.008959/2003-17        | Bunge Fertilizantes S.A                              | Estrangeiro                     | Dijon Participações Ltda.   | Nacional                       |
| 08012.004325/2004-76        | Carma - Administração e Participações Ltda           | Nacional                        | CONNAN - Companhia Nacional de Nutrição Animal e Bunge Fertilizantes. S/A | Estrangeiro                    |
| 08012.004325/2004-76        | Bunge Alimentos S/A                                  | Estrangeiro                     | Moinho Jauense Indústria e Comércio de Alimentos Ltda                     | Estrangeiro                    |
| 08012.000280/2004-61        | J. Macedo S.A. e Bunge Alimentos S.A. <sup>2</sup>   | Estrangeiro/Nacional            | J. Macedo S.A. e Bunge Alimentos S.A.                                     | Estrangeiro/Nacional           |
| 08012.001091/2004-13        | Cargill, Incorporated e IMC Global Inc. <sup>3</sup> | Estrangeiro                     | Seara Alimentos S/A   | Estrangeiro                    |
| 08012.008109/2004-08        | Cargill Agrícola S.A.                                | Estrangeiro                     | Martin-Brower Brasil Ltda   | Estrangeiro                    |
| <b>2003</b>                 |  |                                 |   |                                |
| 08012.002447/2003-47        | Bunge Alimentos S.A                                  | Estrangeiro                     | Cereol Societé Anonyme.   | Estrangeiro                    |
| 08012.005486/2002-15        | Bunge Limited  | Estrangeiro                     | Cargill Incorporated.   | Estrangeiro                    |
| 08012.004848/2003-31        | Degussa Corporation                                  | Estrangeiro                     | Bertol S/A Industria  | Nacional                       |

<sup>1</sup> Alienação e transferência de determinados negócios da Bunge à J. Macedo e vice-versa.

<sup>3</sup> Constituição da empresa Global Nutrition Solutions, Inc.

(continua)



**Quadro 1**  
**Atos de Concentração das Empresas Bunge e Cargill 1999/2004**

(continuação)

| Ato de Concentração/<br>Ano | Adquirentes  | Origem do capital<br>adquirente | Adquirida  | Origem do capital<br>adquirida |
|-----------------------------|--|---------------------------------|--|--------------------------------|
| <b>2002</b>                 |  |                                 |  |                                |
| 08012.006068/2002-45        | Bunge Alimentos S/A  | Estrangeiro                     | Bertol S/A Industria<br>Comércio e Exportação      | Nacional                       |
| 08012.006365/2001-18        | Bunge Alimentos S.A.   | Estrangeiro                     | Moinho de Trigo Indígena<br>S.A. – Motrisa         | Nacional                       |
| 08012.003632/2001-97        | Sadia S.A., Danone S.A. e<br>Cargill Agrícola S.A. <sup>4</sup>  | Estrangeiro                     |  | Estrangeiro                    |
| 08012.007120/2001-08        | Cargill Agrícola S.A.  | Estrangeiro                     | Cerestar S.A.                                      | Estrangeiro                    |
| <b>2001</b>                 |  |                                 |  |                                |
| 08012.002230/2001-75        | Bimbo do Brasil Ltda   | Estrangeiro                     | Plus Vita Alimentos Ltda da<br>Bunge Alimentos S.A | Estrangeiro                    |
| 08012.007003/2000-55        | Cargill, Inc.  | Estrangeiro                     | Agribands International<br>Corporation             | Estrangeiro                    |
| <b>2000/1999</b>            |  |                                 |  |                                |
| 08012.007454/00-49          | Cargill Agrícola S. A.   | Estrangeiro                     | Fertiza – Companhia<br>Nacional de Fertilizantes   | Nacional                       |
| 08012.006250/99-58          | Monsanto do Brasil Ltda. e<br>Cargill Agrícola S.A. <sup>5</sup> | Estrangeiro                     |  | Estrangeiro                    |
| 08012.006551/99-54          | Cargill Agrícola S. A.   | Estrangeiro                     | Solorrico S. A                                     | Nacional                       |

<sup>4</sup> Constituição de joint venture para operar consórcio de compras

<sup>5</sup> Contrato de comercialização de sementes melhoradas de soja e herbicidas.

FONTE: Pareceres Técnicos Emitidos pela SEAE.

De acordo com os dados apresentados todas as operações foram aprovadas sem restrições, indicando assim, a ausência de efeitos nocivos sobre a concorrência e a não concentração da oferta de mercado.

A Cargill atua de forma a consolidar a participação nos diversos mercados: fertilizantes, rações para animais, produção e comercialização de derivados de soja, e conquistar novos mercados: carne in natura.

No segmento de fertilizantes fosfatados e fosfato pecuário, a empresa procurou consolidar sua posição no mercado por meio da constituição da empresa Global Nutrition Solutions, Inc. em âmbito mundial.

Com a compra das ações da Fertiza, empresa que possuía participação acionária do Grupo Fortifós (que é controlador das empresas Fosfértil e Ultrafértil), a Cargill ampliou sua participação no grupo.

E a aquisição do controle acionário da empresa Solorrico representou a concentração nos seg-

mentos de misturas NPK e fertilizantes básicos fosfatados, por parte da Cargill.

A empresa por meio da aquisição da empresa Se-ara Alimentos entrou em um nicho de mercado que não atuava no Brasil – produção e comercialização de carnes de aves e suínos in natura.

Com a compra da Agribands (operação realizada em âmbito mundial), a Cargill procurou consolidar sua participação no mercado de rações para animais.

Com a venda de 50% das suas ações para empresa Degussa, na Midwest Lysine, a Cargill procurou retirar-se do segmento de produção de lisina<sup>6</sup>, procurando concentrar-se nos outros setores de atuação da empresa. (SEAE:2003)

A empresa Bunge, procurou por meio de fusões e aquisições concentrar seu core business na produção de adubos e fertilizantes, justificando as seguintes operações de compra da Dijon Participações S.A. no intuito de aumentar sua participação

<sup>6</sup> Aminoácido utilizado em aditivos para alimentos.



na Fosfertil. E com a venda da CONNAN (Companhia Nacional de Nutrição Animal), a empresa procurou sair do mercado de nutrição animal.

Em âmbito mundial a Bunge celebrou compra de 54,69% das ações da Cereol S/A (SEAE:2003), no intuito de consolidar participação no mercado de processamento de sementes oleaginosas, e na fabricação, distribuição e venda de óleos comestíveis. No Brasil essa operação permitiu a ampliação dos negócios da Bunge na aquisição de soja em grão e na comercialização de lecitinas e proteínas de soja. Por meio do arrendamento com opção de compra da Bertol S/A a Bunge consolida sua participação no mercado nacional de processamento de soja.

As fusões e aquisições também foram um instrumento de fortalecimento da Bunge no segmento de produção de farinha para panificação, a aquisição do Moinho Jauense proporcionou o fortalecimento da empresa na produção de farinha e farelo de trigo.

Na operação com a J. Macedo S/A, ocorreu uma alienação e transferência entre as duas empresas, que proporcionou a Bunge focalizar os seus negócios de farinha de trigo para a indústria de farinha de trigo para panificação. Por meio do acordo com a Motrisa relativo a transferência do direito da marca Veneranda a Bunge visou ampliar sua capacidade produtiva para industrialização e comercialização de farinha de trigo e farelo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Com a Bimbo a Bunge realizou um acordo que transferiu totalidade das quotas da Plus Vita Alimentos Ltda., assim a empresa retirou-se do mercado de produção, distribuição e comercialização de pães, bolos e torradas, focando seus negócios na fase industrial de fornecimento de matéria-prima (farinha de trigo e farelo de trigo).

A operação envolvendo a entrada da Bunge na Martin-Brower Brasil Ltda, corresponde à consolidação da Bunge no segmento de food service, que consiste em um sistema de armazenamento e de logística para entrega de produtos em hotéis, restaurantes, bares e hospitais.

A análise dos resultados permite algumas conclusões: as empresas realizam fusões e aquisições no

intuito de possuir atividades cada vez mais verticalizadas, garantindo a fonte de insumos, produção e comercialização de produtos da categoria.

Os efeitos sobre a economia goiana são os mesmo referentes à economia brasileira, ou seja: aumento da concentração das decisões de investimentos nas empresas caracterizadas como oligopólios internacionais, devido a grande desnacionalização (processo entendido como a transferência da propriedade de empresas de capital nacional para investidores estrangeiros, acompanhado do aumento da importância relativa das empresas de capital estrangeiro na economia local)<sup>7</sup>.

Como a produção de riqueza no setor agroindustrial está toda concentrada em setores oligopolizados. (FREITAS, 2005), espera-se que o centro das decisões desloque-se para as matrizes.

Ao longo deste artigo procurou-se apresentar a reestruturação da economia brasileira e os impactos dessa transformação no setor agroindustrial, principalmente com o processo de fusões e aquisições.

A partir da segunda metade da década de 1990 aumenta o número de fusões e aquisições, impulsionado pelo aumento do investimento estrangeiro direto (IED). Especificamente no setor agroindustrial aumenta o número de fusões e aquisições, com empresas buscando consolidar-se no mercado nacional.

As empresas Bunge e Cargill são exemplos dessa estratégia. Ambas procuraram diversificar sua produção e atuarem de forma mais verticalizada.

## Referências

Benetti, M. D. Acirra-se a competição no mercado brasileiro de fertilizantes. E o agricultor?. **Carta de Conjuntura da FEE**, ANO 13 Nº 11, Novembro de 2004

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Boletim Anual**, vários anos.

BRASIL, **Página da Internet da Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE**. Disponível em:

<sup>7</sup> Ver ROCHA e KUPFER, 2001



- <<http://www.fazenda.gov.br/seae>>. Acesso em: junho de 2005.
- BUNGE. **Site Institucional**. Disponível em: <<http://www.bunge.com.br>>. Acesso em: junho de 2005.
- CANTWELL e SANTANGELO M&As and the Global Strategies of TNCs. In: **The Developing Economies**, vol. 40 nº 4, 400-434, dezembro 2002.
- CONSIDERA, C. M. **Uma Breve História da Economia Política da Defesa da Concorrência, novembro de 2002**, documento de trabalho nº22. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/seae>>. Acesso em: 24 setembro, 2003.
- FREITAS, C. A. L. L. **Goiás quais os caminhos para o desenvolvimento? Conjuntura Econômica Goiana**. Disponível em: <<http://www.seplan.gov.br>> Acesso em: 22 de junho, 2005.
- HITT et al. **Strategic Management: competitiveness and globalization Cincinnati**. South-Western College, 2001.
- OLIVEIRA, G. Apresentação. In: FORGIONI, P. **Os fundamentos do Antitruste**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998
- OLIVEIRA, G. **Roteiro Para Análise de Atos de Concentração: Uma Proposta Para O Quadro Institucional Brasileiro**, In: Relatório de Pesquisa EA-ESP/FGV/NPP, Núcleo de Pesquisa e Publicações, nº2, 2000.
- ROCHA, F, IOOTTY e FERRAZ. J.C. Desempenho das Fusões e Aquisições na Indústria Brasileira na Década de 90: a Ótica das Empresas Adquiridas. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 5, edição especial: O Futuro da Indústria, 69-101, Rio de Janeiro, 2001.
- RODRIGUES, R. I., **Empresas Estrangeiras e Fusões e Aquisições: O Caso Dos Ramos de Auto-Peças e de Alimentos e Bebidas em Meados dos Anos 90**. IPEA, Texto para Discussão nº 622. Janeiro de 1999.
- SANTACRUZ. R. Política Antitruste no Brasil: Atuação do CADE. **Revista Archetypon**, Universidade Cândido Mendes, ano 8, nº22, 2000.
- SIFFERT FILHO, N. e SILVA, C. S. As Grandes Empresas nos Anos 90: Respostas Estratégicas a um Cenário de Mudanças. In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. M. **A Economia Brasileira nos anos 90**, BNDES, Rio de Janeiro, 1999, p. 376-408.
- SILVA, K.M. **A Política Brasileira de Defesa da Concorrência: Mudanças Institucionais nos Anos 1990 e Análise dos Atos de Concentração Julgados pelo CADE**. Tese de Mestrado Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, outubro, 2004.
- UNCTAD. "World Investment Report", 2003.



# Concentração da Indústria de Transformação em Goiás<sup>1</sup>

**Resumo:** Pretende-se, neste artigo, avaliar o grau de concentração da indústria de transformação em Goiás de 1996 a 2003, a partir do cálculo dos índices de “Razão de Concentração-(CR4)” e do “Índice de Hirschman-Herfindahl-(HHI)”, indicados para a mensuração da concentração de atividade industrial. Foram utilizadas variáveis selecionadas da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa), do IBGE, a qual considera 23 subdivisões na indústria de transformação.

**Palavras-chave:** Indústria de Transformação de Goiás; Razão de Concentração e Índice de Hirschman-Herfindahl.

## Introdução

O surgimento da indústria brasileira está relacionado, diretamente, à dinâmica da economia cafeeira. Pela representatividade da sua cafeicultura e pelo potencial de acumulação deste complexo, o estado de São Paulo assumiu a vanguarda deste processo, transferindo à sua indústria nascente, os excedentes gerados pela atividade.

A partir da década de 1930, Goiás começa a receber investimentos em infra-estrutura e os primeiros imigrantes, o que intensifica o processo de urbanização do estado e promove o crescimento do comércio, que num primeiro momento visava atender, basicamente, as necessidades da população local, mas que acaba por dar início ao processo de formação de sua indústria.

No final da década de 1960, o estado de Goiás adota a política de criação de “pólos industriais”, inicialmente em Goiânia e posteriormente em Itumbiara, Anápolis, Gurupi e Araguaína. São criados também nesta época distritos industriais

\* Graduada em Economia pela Universidade Católica de Goiás. Técnica da SEPLAM/DPSE/DVSE. regina.ms@pop.com.br

\*\* Doutor em Economia Aplicada - Professor Titular/UCG. carlosleao@urbi.com.br

<sup>1</sup> Este artigo é parte da pesquisa desenvolvida pela primeira autora, como parte das exigências à conclusão do curso de Economia do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás.

Regina Machado de Souza\*



Carlos Leão\*\*



planejados, implantados a princípio em Rio Verde e Catalão, com o objetivo de aproveitar os recursos da região.

Com isto a economia de Goiás aumenta sua inserção no contexto nacional e internacional, com a influência marcante do agronegócio. Esse fortalecimento favoreceu o aumento da produção de matérias-primas e insumos para as indústrias, que passaram a agregar valor aos produtos agropecuários.

Neste contexto, como se comportou a indústria instalada em Goiás, no que diz respeito à concentração de capital? A relevância desta questão relaciona-se ao fato de que a capacidade potencial de indústrias com alto grau de concentração em gerar bem-estar social nem sempre é atingida. Isto requer do poder público ações efetivas de regulação de práticas indesejáveis que levem à imperfeições no funcionamento dos mercados.

Nesta pesquisa é medido o grau e mostrada a evolução da concentração na indústria de transformação de Goiás no período de 1996 a 2003, através do cálculo da Razão de Concentração (CR4) e o Índice de Hirschman-Herfindahl (HHI).

## Índices de Mensuração de Concentração Industrial

Concentração Industrial pode ser entendida, conforme KON (1994, p.47), “pelo crescimento dos capitais individuais, à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada de capitalistas”.

No caso do setor industrial, podem ser utilizadas medidas de concentração industrial, as quais captam a forma de competição de um mercado, permitindo examinar a dinâmica das empresas en-

volvidas, e fornecendo elementos empíricos para a análise.

### Razão de Concentração

Esta foi uma das primeiras proposições de construção de um índice de mensuração de concentração industrial e se caracteriza, basicamente, pela utilização obrigatória de apenas as maiores empresas/indústrias, o que o torna um tanto quanto arbitrário e parcial.

Classifica o mercado em seis tipos: “altamente concentrado”, quando CR4 se encontra maior que 75%; “alta concentração”, quando varia entre 65% e 75%; “concentração moderada”, quando varia entre 50% e 65%; “baixa concentração” quando varia entre 35% e 50%; “ausência de concentração”, quando se encontra abaixo de 35% e “claramente atomístico”, quando se encontra em torno de 2% .

A razão de concentração pode ser obtida através da seguinte expressão:

$$CR_k = \sum_{i=1}^k Y_i$$

Em que:

$$Y_i = \frac{X_i}{n\mu}$$

“k” é igual às maiores empresas/indústrias (nesse caso igual a 4); “Yi” corresponde à participação das empresas/indústrias no total; “Xi” ao valor da variável da i-ésima da empresa/indústria; “n” ao número total de empresas/indústria e “m” ao valor médio da variável .

Quanto mais o resultado obtido se aproximar de 1, maior o grau de concentração industrial, e dessa forma, o mercado pode estar próximo à práticas oligopolísticas. Já o resultado próximo de 0, significa que o mercado está mais próximo da concorrência perfeita.

Os índices CR4 da variável “número de unidades locais” nos anos de 1996 a 2003 ficaram iguais ou acima de 65% (Tabela 1), correspondendo ao somatório da participação das quatro maiores indústrias que compõem a indústria de transformação, o que permite concluir que, segundo esta variável, o grau de concentração industrial é relativamente alto.

**Tabela 1**  
**Razão de Concentração das quatro maiores indústrias - CR4 da Indústria de Transformação de Goiás - 1996 a 2003**

| Ano  | Número de unidades locais | Pessoal ocupado em 31.12 | Total da Receita Líquida de vendas | Total dos Custos e despesas | Valor bruto da produção industrial | Valor da transformação industrial |
|------|---------------------------|--------------------------|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| 1996 | 0,65                      | 0,66                     | 0,78                               | 0,78                        | 0,80                               | 0,76                              |
| 1997 | 0,66                      | 0,68                     | 0,81                               | 0,82                        | 0,82                               | 0,79                              |
| 1998 | 0,65                      | 0,70                     | 0,84                               | 0,84                        | 0,83                               | 0,81                              |
| 1999 | 0,67                      | 0,69                     | 0,84                               | 0,85                        | 0,84                               | 0,82                              |
| 2000 | 0,67                      | 0,71                     | 0,82                               | 0,84                        | 0,82                               | 0,82                              |
| 2001 | 0,68                      | 0,72                     | 0,83                               | 0,84                        | 0,82                               | 0,79                              |
| 2002 | 0,65                      | 0,70                     | 0,81                               | 0,83                        | 0,82                               | 0,81                              |
| 2003 | 0,65                      | 0,70                     | 0,84                               | 0,84                        | 0,83                               | 0,81                              |

Fonte: IBGE/PIA-Empresa in [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) - Cálculos efetuados pela autora

Os índices CR4 da variável “número de unidades locais” nos anos de 1996 a 2003 ficaram iguais ou acima de 65% (Tabela 1), correspondendo ao somatório da participação das quatro maiores

indústrias que compõem a indústria de transformação. Com relação a esta variável, pode-se afirmar também que o grau de concentração industrial é alto.



O CR4 da variável “Pessoal Ocupado” tendeu a acompanhar o do “número de unidades locais”, alcançando também um alto grau de concentração. Em todo período estudado, o índice ficou acima de 0,60 pontos.

Comparado com as variáveis anteriormente mencionadas, o CR4 do “Total da Receita Líquida de Vendas” esteve maior, no período analisado. Os índices estiveram acima de 0,75, correspondendo a níveis altamente concentrados e chegando a alcançar 0,84 pontos em alguns dos anos analisados.

As variáveis “Total dos Custos e Despesas” e o “Valor Bruto da Produção Industrial” – VBP industrial, apresentaram evoluções parecidas, com aumento do grau de concentração de 1996 a 1999, mantendo-se estáveis em 2000 e 2001 e novamente aumentos nos dois últimos anos.

O CR4 do “Valor da Transformação Industrial” - VTI apresentou uma evolução ascendente, com exceção de estabilidade em 2000 e 2003, e da pequena redução em 2001. Os índices CR4, das variáveis “total da receita líquida de vendas, total dos custos e despesas, VBP industrial e VTI”, ficaram em todos os anos, apesar de algumas oscilações, altamente concentradas, acima de 0,75 pontos.

Em relação ao “número de unidades locais” e ao “pessoal ocupado”, pôde ser observado que as “indústrias de fabricação de produtos alimentícios e bebidas (1)” e a de “artigos de vestuário e acessórios e de

calçados (4)”, concentraram boa parte dos estabelecimentos, com aproximadamente 50% em quase todos os anos, dadas às vantagens competitivas do Estado.

Apesar da relevância da produção de algodão no Estado, a fabricação de tecidos é inexpressiva, o que não favorece o desenvolvimento de indústrias têxteis, mas a indústria (4) destacou-se em relação às duas variáveis citadas acima e ocupou o 2º lugar em quase todos os anos, por ser composta em grande parte de micros e pequenas empresas.

Nas demais variáveis, em 1ª e 2ª posição permaneceram a indústria (1) “indústrias de fabricação de produtos alimentícios e bebidas e a de “fabricação de produtos químicos (10)”. Uma das atividades que compõem a indústria (10) é a de fabricação de produtos farmacêuticos, com o Estado sediando o 3º, dentre os principais pólos de produção do Brasil e o 1º dentre os de fabricação de medicamentos genéricos.

Já em 3ª e 4ª posição, foi possível perceber uma maior diversificação, com destaque para as indústrias (4) e (10), já mencionadas, além da indústria de “fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool (9)”, de “fabricação de produtos de minerais não-metálicos (12)”, de “metalurgia básica (13)”, de “fabricação de produtos de metal – inclusive máquinas e equipamentos (14)” e de “fabricação de móveis e indústrias diversas (22)”.

**Tabela 2**  
**Variação Percentual (%) da Razão de Concentração das quatro maiores indústrias - CR4 da Indústria de Transformação de Goiás - 1996 a 2003**

| Ano       | Número de unidades locais | Pessoal ocupado em 31.12 | Total da Receita Líquida de vendas | Total dos Custos e despesas | Valor bruto da produção industrial | Valor da transformação industrial |
|-----------|---------------------------|--------------------------|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| 1996      | -                         | -                        | -                                  | -                           | -                                  | -                                 |
| 1997      | 1,97                      | 2,71                     | 3,58                               | 4,14                        | 2,37                               | 4,53                              |
| 1998      | -2,11                     | 3,47                     | 3,36                               | 2,36                        | 1,92                               | 1,48                              |
| 1999      | 3,83                      | -1,25                    | -0,58                              | 1,91                        | 0,57                               | 1,97                              |
| 2000      | -0,08                     | 2,10                     | -1,40                              | -1,25                       | -1,69                              | -0,55                             |
| 2001      | 0,63                      | 2,79                     | 1,20                               | 0,09                        | -0,63                              | -3,12                             |
| 2002      | -3,82                     | -3,69                    | -2,19                              | -1,11                       | 0,13                               | 2,57                              |
| 2003      | -0,37                     | 0,68                     | 2,90                               | 1,15                        | 1,02                               | -0,36                             |
| 1996-2003 | -0,14                     | 6,80                     | 6,90                               | 7,41                        | 3,68                               | 6,51                              |

Fonte: IBGE / PIA - Empresa in [www.Ibge.gov.br](http://www.Ibge.gov.br) - Cálculos efetuados pela autora



Como pode ser observado na Tabela 2, em relação ao índice CR4, as variáveis que mais evidenciaram o aumento do nível de concentração na indústria de transformação, foram o “Total de Custos e Despesas”, o “Total da Receita Líquida de Vendas” e o “Pessoal Ocupado”. De 1996 a 2003, foram observadas variações positivas de 7,41%, 6,90% e 6,80%, respectivamente.

Já o “Número de unidades locais”, foi a única variável que apresentou o valor do CR4 oscilando negativamente durante o período, com redução de 0,14%, significando uma redução do nível de concentração.

### Índice de Hirschmann-Herfindahl

Este índice é a soma dos quadrados da participação de cada empresa em relação ao total da indústria, que nesta pesquisa, será considerada como somatório de todas as unidades que compõem a indústria de transformação do estado de Goiás.

É definido por:

$$HHI = \sum_{i=1}^n Y_i^2$$

Em que:

“n” é igual ao número total de empresas/indústrias e “Y<sub>i</sub>” igual à participação das empresas/indústrias no total ao quadrado.

A elevação ao quadrado de “Y”, visa atribuir peso maior às indústrias maiores. O resultado do HHI

pode se dar entre o intervalo de 1/K e 1 e será influenciado por vários fatores, tais como ressalta KUPFER (2002), o “HHI depende tanto do número de empresas quanto da dispersão relativa da repartição do mercado entre elas”.

Os valores obtidos podem ser expressos de duas formas diferentes: a primeira é considerar o valor em percentual, isto é, quando se tem nos extremos 10.000 e 1/10.000 e a segunda forma é desconsiderar o percentual, com intervalo entre 1 e 1/n, como explicitado no trabalho de SCHMIDT (2002). Nos pontos extremos encontram-se situações de mercados organizados sob monopólio ou sob concorrência perfeita.

Costuma-se classificar os mercados, através de faixas de valores para o HHI, considerando-se uma concentração baixa, quando o valor está abaixo de 1.000 ou 0,10; moderada quando se encontra entre 1.000 e 1.800 ou 0,10 e 0,18 e alta quando está superior a 1.800 ou 0,18.

O índice HHI tem sido mais utilizado por autoridades, como a Federal Trade Commission dos EUA, em substituição à Razão de Concentração das quatro maiores empresas (CR4), por ser mais eficiente na orientação de políticas antitruste.

De acordo com os resultados encontrados, apesar da indústria de fabricação de produtos alimentícios e bebidas e a indústria de fabricação de produtos têxteis juntas, representarem mais de 50% do total do “número de unidades locais” da indústria de transformação, o HHI ficou abaixo de 1.800 ou 0,18 (Tabela 3), mostrando, portanto, um grau de concentração industrial baixo.

**Tabela 3**  
**Índice de Hirschman-Herfindal - HHI da Indústria de Transformação de Goiás - 1996 a 2003**

| Ano  | Número de unidades locais | Pessoal ocupado em 31.12 | Total da Receita Líquida de vendas | Total dos Custos e despesas | Valor bruto da produção industrial | Valor da transformação industrial |
|------|---------------------------|--------------------------|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| 1996 | 0,15                      | 0,17                     | 0,40                               | 0,42                        | 0,40                               | 0,28                              |
| 1997 | 0,16                      | 0,20                     | 0,43                               | 0,45                        | 0,44                               | 0,35                              |
| 1998 | 0,15                      | 0,22                     | 0,46                               | 0,47                        | 0,46                               | 0,37                              |
| 1999 | 0,16                      | 0,19                     | 0,46                               | 0,47                        | 0,46                               | 0,38                              |
| 2000 | 0,15                      | 0,20                     | 0,43                               | 0,48                        | 0,43                               | 0,33                              |
| 2001 | 0,16                      | 0,21                     | 0,46                               | 0,47                        | 0,42                               | 0,33                              |
| 2002 | 0,15                      | 0,19                     | 0,42                               | 0,44                        | 0,43                               | 0,34                              |
| 2003 | 0,14                      | 0,21                     | 0,43                               | 0,44                        | 0,43                               | 0,37                              |

Fonte: IBGE / PIA - Empresa - Cálculos efetuados pela autora

\* Considerado-se variação de 0 a 1



No que se refere a “pessoal ocupado”, os valores do HHI não ficaram muito elevados, chegando ao máximo de 2.153 ou 0,22, em 1998. Com relação a esta variável, o índice apresentou-se moderado, com exceção de 1996, em que mostrou um baixo grau de concentração.

Já o HHI da variável “Total da Receita Líquida de Vendas”, apresentou alto grau de concentração em todos os anos. Da mesma forma que esta variável, os HHI referentes ao “Valor Bruto da Produção Industrial”, também apresentou grau elevado de concentração.

Para a variável “Valor da Transformação Industrial”, apesar de seus valores absolutos menores que as três variáveis citadas acima, os índices HHI durante todos os anos, também evidenciaram níveis elevados de concentração industrial.

No período analisado, este índice apresentou uma variação negativa de 5,79% (Tabela 4), em relação ao número de unidades locais, apesar de uma variação de 73,0% em termos absolutos, passando de 2.548 estabelecimentos industriais em 1996 para 4.408 em 2003.

No que se refere a “pessoal ocupado”, houve uma variação positiva no HHI de 20,43% entre 1996 a 2003, o que significou um aumento no grau de concentração.

Os índices HHI do “Total da Receita Líquida de Vendas”, “Total dos Custos e Despesas” e o “Valor Bruto da Produção Industrial”, variaram positivamente 8,80%, 5,44% e 7,38%, neste período. Seus valores absolutos também se mantiveram próximos durante o período e variaram 347%, 295% e 282%, em termos absolutos.

**Tabela 4**  
**Variação Percentual (%) do Índice de Hirschman-Herfindal - HHI da Indústria de Transformação de Goiás - 1996 a 2003**

| Ano       | Número de unidades locais | Pessoal ocupado em 31.12 | Total da Receita Líquida de Vendas | Total dos Custos e Despesas | Valor bruto da produção Industrial | Valor bruto da transformação Industrial |
|-----------|---------------------------|--------------------------|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|---|
| 1996      | -                         | -                        | -                                  | -                           | -                                  | -                                       |
| 1997      | 4,60                      | 13,49                    | 9,26                               | 7,58                        | 9,30                               | 22,80                                   |
| 1998      | -6,25                     | 10,18                    | 5,21                               | 4,02                        | 5,15                               | 8,28                                    |
| 1999      | 4,87                      | -10,15                   | 0,20                               | 0,55                        | 0,32                               | 2,94                                    |
| 2000      | -2,48                     | 4,95                     | -6,26                              | 1,01                        | -6,03                              | -14,12                                  |
| 2001      | 3,53                      | 1,87                     | 7,42                               | -1,30                       | -3,77                              | -0,51                                   |
| 2002      | -7,49                     | -5,95                    | -9,34                              | -6,05                       | 2,96                               | 3,50                                    |
| 2003      | -1,90                     | 6,61                     | 3,48                               | 0,05                        | 0,03                               | 8,28                                    |
| 1996-2003 | -5,79                     | 20,43                    | 8,80                               | 5,44                        | 7,38                               | 31,07                                   |

Fonte: IBGE / PIA - Empresa - Cálculos efetuados pela autora

A variável “Valor da Transformação Industrial” apresentou uma elevação do índice HHI de 31,07% entre 1996-2003. Em termos absolutos esta variação ficou, no ano de 2003 em relação a 1996, em R\$1.692.867, passando de R\$ 4.352.839,00 para R\$6.045.706,00.

### Conclusão

Dos resultados obtidos pode-se concluir que os índices de concentração industrial CR4 e o HHI para a indústria de transformação em Goiás, apesar de não serem imediatamente comparáveis en-

tre si, tiveram uma evolução parecida em relação às variáveis selecionadas.

Foi observado ainda que o CR4 alcançou um valor mais elevado do que o HHI, apesar de atribuir um sistema de ponderação distinta.

A única variável que apresentou grau moderado de concentração nos dois índices foi o “Número de Unidades Locais”, dada a presença de um grande número de micro e pequenas empresas na indústria de transformação do Estado.



Foi também possível constatar que a indústria de produtos alimentícios e bebidas, foi a mais representativa nos dois índices considerados, dado o enorme mercado fornecedor, ou seja, a grande oferta de produtos agropecuários, o que proporcionou vantagens competitivas à essa indústria. No período analisado, esta indústria chegou a participar em mais de 50%, considerando quase todas as variáveis, com exceção do “número de unidades locais” e “pessoal ocupado”.

A utilização de seis variáveis foi visando melhorar a leitura dos índices e entender o comportamento do mercado de produtos industriais de Goiás, mais especificamente o da indústria de transformação, no que se refere ao grau de concentração.

Foi constatada uma descentralização industrial no período de 1996 a 2003, na variável “número de

unidades locais”, tanto no CR4 quanto no HHI, podendo-se dizer que houve uma redistribuição das empresas entre as 23 indústrias que compõem a indústria de transformação de Goiás, apesar do aumento do valor absoluto desta variável.

### Referências

KON, Anita. Economia industrial. São Paulo: Nobel, 1994.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SCHMIDT, Cristiane Alkmin Junqueira; LIMA, Marcos André de. **Índices de Concentração**. SEAE/MF - documento de trabalho nº 13, março/2002.



# A Interiorização dos Investimentos Como Meio Para se Chegar ao Desenvolvimento Sustentável



Júlio Alfredo Rosa Paschoal \*

**Resumo:** O artigo em tese trás a preocupação com a concentração dos investimentos no Estado. E alerta para o fato de que a falta de integração regional, acaba ampliando as desigualdades regionais e sociais. Ao analisar o comportamento do Produto Interno Bruto de cada município, percebe-se claramente a diferença entre os que têm formação de renda alternativa às esferas públicas e os que não dispõem deste instrumento.

**Palavras-Chave:** Interiorização, Desenvolvimento sustentável, Desigualdades regionais.

O deslocamento das matrizes industriais do centro dinâmico localizado na região sudeste do país, para outras unidades da federação, foi fruto das chamadas políticas públicas compensatórias editadas ainda na década de 1960, com a União exercendo papel destacado.

“as políticas de desenvolvimento regional que, a partir de 1960, criaram incentivos (fiscais, financeiros, cambiais, etc) ao capital primeiro para o Nordeste (SUDENE) depois para a Amazônia (SUDAM E SUFRAMA) e para o Espírito Santo. Tais incentivos intensificaram a migração do capital produtivo para aquelas regiões, acelerando transformações em suas estruturas produtivas, modificando suas pautas exportadoras e, assim, desconcentrando a produção nacional. O caso mais eloqüente é o da Zona Franca de Manaus, para onde se transferiu quase toda a produção de eletroeletrônicos de consumo. É importante lembrar também o papel aí exercido pelos investimentos públicos federais em infra-estrutura” (CANO:314, 1998)

Em seguida, transformações de caráter externo e interno, puseram fim a este modelo de desenvolvimento, capitaneado pelo estado brasileiro.

\* Mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFU-MG, Professor titular da UEG e CESUC de Catalão e Gerente da Assessoria Econômica da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás. e-mail julio-arp@sefaz.go.gov.br.

Alia-se a este movimento, a crise da matriz energética e problemas de gestão.

A responsabilidade do desenvolvimento, sobretudo a partir da década de 1980 passou a recair sobre as unidades da federação. A partir de então, o ICMS passa a ser o maior instrumento de política regional.

Programas ancorados em incentivos fiscais e financeiros ganham força e passam a ser o diferencial na atração e formação de novos investimentos.

A Constituição Federal de 1988 amplia as margens dos estados para a manipulação das alíquotas de ICMS e com estas outras formas de concessão são realizadas.

Em Goiás não foi diferente até porque necessitava modificar o perfil produtivo, sair de uma economia de subsistência para uma agrária exportadora, com a finalidade de que a médio e longo prazo, tal como outras unidades federadas, chegasse à condição de urbana industrial.

A princípio ganhou evidência o Fundo de Expansão da Indústria e Comércio – FEINCOM, responsável pela implantação direta de 90 projetos industriais, dentre eles frigoríficos, laticínios, cerâmicas, curtume, unidades alimentícias e outras atividades de grande importância ao desenvolvimento do Estado.

A necessidade de se adequar à nova ordem mundial, ou seja, a globalização, levou os estados a ousarem mais, sendo assim mais agressivos no que tange a atração de novos investimentos.

O meio utilizado por Goiás foi substituir o programa em curso na época, por outro cuja relevância dos investimentos assentava sobre as atividades agroindustriais, como meio de agregar valor a matéria prima local, valorizando assim, o potencial econômico de cada região.



Neste interregno outros 1122 projetos foram aprovados, concentrando basicamente seus investimentos no Mato Grosso Goiano, que engloba os municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis. A região citada passou a concentrar cerca de 57% do valor de transformação industrial do estado, 37% localiza no Centro Sul englobando municípios médios e dinâmicos como Catalão, Rio Verde, Jataí, Itumbiara, Morrinhos, Mineiros, Corumbáiba, Pires do Rio e outros, os 6% restantes encontram-se na região norte, nordeste carente ainda de infra-estrutura básica.

Não obstante aos avanços alcançados, novas situações necessitavam de serem criadas, principalmente para dar ênfase às micro e pequenas empresas responsáveis por mais de 60% da mão-de-obra empregada no estado.

Veio então o Programa de Desenvolvimento Industrial – PRODUIR, mais ágil e completo, contemplando setores diversos dentre os quais: industriais, logística de transporte e armazenagem, centros de distribuição, comércio exterior, tecnologia e o micro produzir.

A lógica distributiva dos incentivos assenta que 27% do ICMS apurado são recolhidos sob a forma de “imposto novo” sendo o restante os 73% do ICMS diferidos até 2005. No que tange aos micros e pequenos, adentram os cofres públicos 10% do ICMS apurado e o restante, 90%, é diferido por 05 anos. Tanto em um como no outro, a taxa de juros é de 2,4% aa sem correção monetária. A parte diferida de ambos pode retornar ao Estado em espécie ou sob a forma de investimentos por parte das empresas beneficiadas em programas sociais.

Este mecanismo garante a existência de programas importantes como a bolsa universitária, cheque reforma, moradia, salário escola e cartão renda cidadã, o transformando em instrumento de inclusão social.

Os projetos aprovados até então pelo Produzir alcançam 1.300, superando em muito o programa anterior, mesmo em um período menor de operação.

A questão que se coloca é, até que ponto os projetos aprovados ao longo do tempo foram capazes

de desconcentrar a riqueza no Estado promovendo de fato a interiorização do investimento?

Pelos fóruns em curso, percebe-se que dos 246 municípios existentes cerca de 30% detêm algum tipo de atividade industrial e agroindustrial, os demais ainda se encontram a mercê das prefeituras, ora como empregadoras, ora como mantenedoras da atividade econômica local.

Pergunta-se porque a maioria dos municípios não se encontra apta a receber investimentos, ou mesmo a criar novas alternativas de renda em seus espaços econômicos?

A resposta está na desinformação e na falta de conhecimento dos caminhos de como alcançar e ser alcançado pelos projetos industriais.

As alternativas são: criar um distrito industrial cujos custos são onerosos em face de desapropriação e a necessária disponibilização no local de infra-estrutura. Um outro caminho seria conveniar-se com o Estado, mediante aprovação de projeto de lei encaminhado às câmaras municipais. O fato de existir um programa

regional em curso, não quer dizer que sem a mobilização da sociedade via os mecanismos citados, haverá os municípios de se industrializar.

A quebra de paradigmas é necessária, caso contrário, mesmo os programas regionais sendo frutos de um processo macro de desconcentração, sua operacionalização se dará de forma eminentemente concentrada, o que tende a ampliar as desigualdades regionais e sociais.

Ao analisar a região sudeste composta por 22 municípios, percebe-se dinamismo em: Catalão, Pires do Rio, Ipameri, Orizona, Silvânia no que tange às atividades minerais e industriais e agroindustriais. Fora, estão Três Ranchos e Anhanguera devido ao potencial turístico. As demais cidades são basicamente dependentes do poder público estadual e municipal, ou seja, não existe renda alternativa e deságuam nos baixos valores de seus produtos internos brutos quando comparados com municípios mais dinâmicos. O quadro I abaixo mostra esta realidade.

**“Novas situações necessitavam de serem criadas, principalmente para dar ênfase às micro e pequenas empresas”**



### Quadro I

#### Produto Interno Bruto da Região Sudeste - 2002

| Município          | PIB (R\$ 1.000) |
|--------------------|-----------------|
| 1. Catalão         | 1.097.156       |
| 2. Goiandira       | 24.437          |
| 3. Cumari          | 16.135          |
| 4. Pires do Rio    | 161.241         |
| 5. Urutai          | 18.866          |
| 6. Palmelo         | 7.277           |
| 7. Silvânia        | 117.888         |
| 8. Orizona         | 87.557          |
| 9. Gameleira       | 33.232          |
| 10. Cristianópolis | 13.853          |

Fonte: Sepin/Seplan - GO

O fato verificado na região Sudeste é realidade também em outras regiões como: Sudoeste, Nordeste, Norte, Noroeste, Centro Sul e Centro Goiano.

O Norte apresenta os municípios de Porangatu, Uruaçu, Niquelândia, Crixás, como os mais dinâmicos graças às atividades comerciais, minerais e às voltadas ao agronegócio, além de atividade turística nas cidades banhadas pelo Lago Serra da Mesa. Os demais municípios encontram-se a mercê dos poderes públicos, sem perspectiva de desenvolvimento. O quadro II retrata esta realidade mostrando os valores do PIB de cada um, onde ficam claras as diferenças.

### Quadro II

#### Produto Interno Bruto da Região Norte - 2002

| Município                   | PIB (R\$ 1.000) |
|-----------------------------|-----------------|
| 1. Porangatu                | 172.780         |
| 2. Uruaçu                   | 102.257         |
| 3. Campos Verdes            | 15.647          |
| 4. Santa Terezinha de Goiás | 34.304          |
| 5. Estrela do Norte         | 10.833          |
| 6. Alto Horizonte           | 12.741          |
| 7. Crixás                   | 90.255          |
| 8. Novas Crixás             | 105.886         |
| 9. Trombas                  | 14.257          |
| 10. Uirapuru                | 17.336          |

Fonte: Sepin/Seplan - GO

A região Sudoeste enfrenta os mesmos problemas, sendo mais dinâmicos os municípios de Rio Verde, Jataí, Mineiros e Quirinópolis, os demais enfrentam todo tipo de problemas.

O quadro III retrata esta realidade principalmente quando se compara os valores alcançados pelo PIB de municípios menos dinâmicos com os considerados mais dinâmicos.

### Quadro III

#### Produto Interno Bruto da Região Sudoeste

| Município       | PIB (R\$ 1.000) |
|-----------------|-----------------|
| 1. Rio Verde    | 1.435.271       |
| 2. Mineiros     | 341.581         |
| 3. Quirinópolis | 233.558         |
| 4. Jataí        | 824.151         |
| 5. Maurilândia  | 51.945          |
| 6. Caçu         | 68.682          |
| 7. Perolândia   | 87.551          |
| 8. São Simão    | 726.226         |
| 9. Tuverlândia  | 107.355         |
| 10. Itajá       | 42.177          |

Fonte: Sepin/Seplan - GO

Os fatos aqui mencionados mostram o quanto ainda está desarticulado o desenvolvimento no Estado, carecendo este de maior integração das cidades dinâmicas com as menos dinâmicas, principalmente no que tange à produção e ao beneficiamento.

Os programas regionais em curso, embora fruto de um processo macro de desconcentração da riqueza ao se operacionalizarem, acabaram sendo altamente concentradores, daí as diferenças encontradas em relação ao PIB municipal e que ocorrem também quando se analisa outro indicador.

### Referências

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 - 1995**. 2. ed. Ver. aum. - Campinas, SP: UNICAMP . IE, 1998.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos 1999-2002**. Goiânia, Seplan, 2005.



# Desenvolvimento Sustentável em Goiás - Recursos Hídricos

**Resumo:** Muito tem se falado sobre o conflito existente entre crescimento econômico e preservação ambiental. Mas, poucas propostas realmente concretas e viáveis, sob o ponto de vista da sustentabilidade, têm sido apresentadas. O Consenso de Washington, por exemplo, cuja finalidade era a pavimentação das condições necessárias ao desenvolvimento das nações do terceiro mundo, não faz qualquer referencia a questão ambiental. Estima-se que, atualmente, mais de 1 bilhão de pessoas vivem em condições insuficientes de disponibilidade de água. De maneira geral, existe água em quantidade suficiente para o atendimento de toda a população. Entretanto, uma distribuição não uniforme dos recursos hídricos e da população no planeta gera, em algumas regiões, condições extremas. Os problemas de escassez decorrem, basicamente, da combinação entre crescimento da demanda localizada e da degradação da qualidade da água. Buscamos nesse artigo demonstrar as vantagens sócio-econômicas da gestão da demanda, ao contrário da gestão da oferta de água, para um crescimento econômico sustentável.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Sustentável, Gestão de Recursos Hídricos

## Apresentação

Com uma área de 8.547.403,5 Km<sup>2</sup> e 179 milhões de habitantes, o Brasil é um verdadeiro país-continente. Em sua ampla diversidade climática predominam os tipos equatorial úmido, tropical e subtropical úmidos. O semi-árido ocorre sobre menos de 10% do território. Mais de 90% seu território recebe chuvas abundantes – entre 1.000 e 3.000 mm/ano –, que aliadas às condições geológicas dominantes propicia importantes excedentes hídricos que alimentam uma das mais extensas redes de rios perenes do mundo. Mas, deve-se observar a exceção representada pelos rios efêmeros que nascem em rochas do embasamento geológico subaflorante do semi-árido nordestino com 400.000 km<sup>2</sup>.

A descarga de água doce dos rios brasileiros atinge a produção hídrica de 177.900 m<sup>3</sup>/s e represen-

\* Marcelo Ladvocat é empresário, Mestre em Economia de Empresas e Doutorando em Planejamento e Gestão Ambiental pela UCB. marceloladvocat@yahoo.com.br

Marcelo Ladvocat \*



ta 12% da produção mundial de 1.488.000 m<sup>3</sup>/s. Segundo Rebouças (2002), para alguns pensadores esses valores têm servido de suporte à cultura do desperdício e à pequena valorização econômica dada à água. Para outros, o estigma da escassez de água fica caracterizado, quando expurgamos a produção hídrica das Bacias Amazonas-Tocantins, que geram 78% do total nacional com baixa densidade demográfica. Mesmo assim, vale destacar que não existe até então, considerando-se os padrões das Nações Unidas (1.000 m<sup>3</sup>/hab/ano), nenhum caso de “estresse de água”.

Apesar dos esforços realizados e dos compromissos assumidos durante a Rio 92, pouco foi feito do muito que se necessita, urgentemente, em prol do desenvolvimento de uma sã mentalidade de gestão e manejo da água, para uma efetiva melhoria da qualidade de vida da população. (Rebouças, 2002).

A oferta de água é dada. Ou seja, salvo ações estruturais de resultados pontuais. A oferta de água, não só não aumenta como sofre degradação de qualidade. Além do que, o crescimento econômico gera aumento de demanda por recursos hídricos. Dessa forma, o binômio crescimento econômico e oferta de água têm sido considerados questões cruciais de planejamento econômico regional.

A Região Centro-Oeste, inserida no bioma cerrado, passa por um momento crítico no que diz respeito às questões ambientais. É a região que mais cresce, passando de 6,25% em 1997, para 7,45% do PIB brasileiro em 2002 (enquanto todas as outras, exceto a região norte, perdem participação). Mas, acima de tudo, sofre mudanças em sua estrutura econômica que podem causar impactos ambientais significativos.

O crescimento econômico é compromisso na gestão macroeconômica atual e a oferta limitada de recursos hídricos – RH – pode vir a se tornar aspecto de restrição à sua plena realização.



Predomina no Brasil, uma abordagem de gestão de RH que privilegia a opção pelas grandes obras de engenharia. Não vamos aqui discutir os motivos dessa opção histórica, mas, tão somente, avaliar uma alternativa de organização econômica que leve em conta os limites de oferta desse recurso. Dessa forma, o presente artigo, que tem como base as mudanças na estrutura econômica regional e seus impactos na demanda-oferta de recursos hídricos, se apresenta não só como uma abordagem inédita no Brasil, mas como pontual com as questões nacionais de maior importância.

O Estado de Goiás tem apresentado reduções em seus rebanhos da ordem de 20,73% (número de cabeças), enquanto a área colhida em hectares, dos principais produtos agrícolas, cresceu no período 1980-2004 68,76%. Assumindo-se que a atividade agrícola consome mais água do que a atividade pecuária, quais os impactos, que essa mudança pode causar em sua economia e no meio ambiente?

É possível crescer de forma predatória em relação ao meio ambiente. Isso é o que a história da civilização moderna nos ensinou até agora. Mas, esse crescimento não é sustentado e acaba cobrando um preço maior no futuro. Quanto vai custar à economia goiana esse crescimento?

A abordagem proposta nesse artigo, não tem por objetivo restringir o crescimento econômico à disponibilidade de RH. Muito pelo contrário, visa oferecer alternativas que sustentem esse crescimento. A substituição de atividades fortemente demandantes de água, por outras com consumo mais adequado, possibilita a continuidade do modelo de crescimento de forma sustentável.

Gestão da demanda, ao contrário da usualmente utilizada gestão da oferta de RH, segundo Kelso (1973) é mais eficiente e mais econômica:

...the further hypothesis that policies and programs direct to changing the structure of economic growth so as to reduce the demand for water are equally as relevant to furthering economic growth as are efforts to increase the supply of available water. Such efforts to change the structure of growth may be cheaper and more effective in long run (Kelso, 1973).

## Referencial Teórico

Muito embora a Função de Produção neoclássica  $Y = (K, L, R)$  (variante Solow-Stiglitz) tenha introduzido os Recursos Naturais (R), o fez considerando-os como uma relação inversa ao capital. Ou seja, inovações tecnológicas propiciarão a possibilidade de substituição de recursos naturais escassos por outros abundantes de forma infinita. Dessa forma, o crescimento econômico não sofreria restrições ao seu crescimento.

Essa abordagem é o mainstream do pensamento econômico atual (neoclássico), que foi apelidada por Georgescu-Roegen como “passe de mágica”. A visão de Georgescu-Roegen (matemático e economista romeno) publicada em “The Entropy Law and the Economic Process” que, embora saudada por Paul Samuelson como uma obra revolucionária, passou pelo esquecimento quase que absoluto, inclusive pelas obras posteriores do próprio Samuelson.

O motivo desse esquecimento pode ser entendido levando-se em consideração a verdadeira revolução que causaria no corpo teórico convencional. A começar pelo Fluxo Circular da Renda, onde não há lugar para os Recursos Naturais, pois existem apenas movimentos reversíveis e qualitativamente neutros entre produtores e consumidores. Georgescu-Roegen ressalta em sua obra a idéia de **irreversibilidade** e de **limites** na teoria econômica que decorrem da segunda lei da termodinâmica (entropia) em contraposição à primeira (transformação da matéria), na qual essa idéia não faz sentido e sobre a qual se baseia implicitamente a teoria econômica convencional.

Ao excluirmos o adjetivo Política do substantivo Economia, perdemos uma visão teórica que incluía em seu esquema analítico, considerações de ordem política em seu sentido mais amplo. Isto é, considerações morais e éticas em contraposição à economia sem adjetivos (economics), cuja visão subjacente (neoclássica) considerava exigência científica expurgar.

No caso dos bens ambientais transacionados no mercado (insumos materiais e energéticos), os neoclássicos consideram que a escassez de um bem determinará o aumento de seu preço, provocando o desenvolvimento de inovações que



permitam a sua substituição e conseqüente preservação.

Para os serviços ambientais não-transacionados no mercado devido à sua natureza de bens públicos – a água, por exemplo –, o mecanismo de ajuste proposto não leva em conta princípios ecológicos fundamentais para garantir a sustentabilidade, na medida em que este mecanismo é baseado no cálculo de custo-benefício visando a alocação de recursos entre investimentos em controle da poluição e pagamentos de taxas por poluir de modo a minimizar o custo total. O cálculo das taxas, por sua vez, será baseado num conjunto de metodologias de valoração econômica que mensuram direta ou indiretamente a disposição a pagar dos indivíduos por bens e serviços ambientais.

Assim, o ponto de equilíbrio (poluição ótima) é equilíbrio econômico e não ecológico. O fato da capacidade de assimilação ser ultrapassada em um determinado período reduz a capacidade de assimilação no período seguinte e assim sucessivamente, podendo resultar em uma perda irreversível.

A determinação da escala que se considere sustentável só pode ser realizada através de processos coletivos de tomada de decisão. Pois, o mecanismo de ajuste implica que a tecnologia e as preferências (implicitamente a distribuição de renda) são tomadas como parâmetros não-físicos que determinam uma posição de equilíbrio onde se ajustam as variáveis físicas das quantidades de bens e serviços ambientais usados, quando o mais apropriado seria tomar essas quantidades como parâmetros físicos aos quais deverão se ajustar as variáveis não-físicas da tecnologia e das preferências. Porém, esses parâmetros de sustentabilidade, por sua vez, da mesma forma que uma distribuição justa de renda, envolve valores de maximização do ganho ou do bem-estar, solidariamente intra e intergerações. Tais valores devem se afirmar em um contexto de controvérsias e incertezas científicas decorrentes da complexidade dos problemas ambientais globais.

Podemos dizer que uma intervenção coletiva que defina a escala sustentável induzida pela degradação ambiental tende a limitar-se àquela que afeta, no curto prazo, o nível de bem-estar dos

agentes (despejo de esgoto, gases sulfurosos etc), deixando de lado aquela cujos efeitos envolvem custos mais dispersos e de longo prazo, como o efeito estufa, por exemplo. De modo geral, o aumento da consciência ambiental e conseqüente declínio da poluição associado ao aumento da renda se deveram a reformas institucionais locais que não tinham em mente suas conseqüências internacionais e intergeracionais.

As demandas por água para abastecimento humano dependem da população abastecida e de seu consumo de água per capita. A população abastecida é estimada através de estudos demográficos. Entretanto, o consumo depende de uma série de características da comunidade atendida.

#### Características sócio-econômicas

- Hábitos e nível de vida da comunidade;
- Nível e distribuição de renda;
- Estrutura do ordenamento humano;
- Atividades econômicas da comunidade;
- Nível de atividades urbanas (administrativas, culturais, de saúde, de lazer e outras);
- Dimensão e tipo da atividade industrial e
- Consciência da comunidade sobre a necessidade de utilizar racionalmente a água.

#### Características naturais

- Temperatura;
- Umidade relativa do ar;
- Intensidade e freqüência da precipitação e
- Evapotranspiração.

#### Características tecnológicas

- Tipo de dispositivo de descarga de água adotado nas habitações, edifícios públicos, escritórios e pontos comerciais;
- Pressão no sistema de distribuição;



- Sistemas de administração, medição do consumo e cobrança pelo serviço;
- Estado da rede de distribuição pública e das instalações dos usuários;
- Capacidade máxima e confiabilidade do sistema de abastecimento;
- Tipos de tecnologia utilizados nas instalações industriais e
- Grau de reutilização da água.

Podemos dizer que ações públicas na alocação dos recursos econômicos produzem, em geral, benefícios para a sociedade. Entretanto, quando essas ações afetam a disponibilidade de bens públicos não transacionados no mercado, como é o caso da maioria das ações no setor de recursos hídricos, os benefícios provenientes de mudanças de preços e rendas não são, em geral, observados. Dessa forma, não nos é possível estimar quanto os usuários estariam dispostos a pagar para cada uso.

Diante disso, um dos grandes problemas para o gestor de recursos hídricos é como estimar a função de demanda por água em cada finalidade de uso.

Na verdade, são poucas as soluções conhecidas na literatura econômica para resolver esse tipo de problema. A solução mais comum é o emprego da **demanda contingente**, que consiste em determinar a disponibilidade a pagar dos usuários da água, através de procedimentos econométricos, baseado em dados obtidos em pesquisa direta (questionários) com os usuários envolvidos. Mas, esse método apresenta duas desvantagens. A primeira é seu custo de aplicação que envolve longos processos que vão desde a concepção inicial do questionário, treinamento dos pesquisadores, análise e processamento de dados até a obtenção dos resultados finais. A segunda é a imprecisão envolvida em um processo que envolve os usuários serem precisos nas suas informações, ou mesmo entendimento dos questionários.

Outro método utilizado é o de **preço de reserva** (trade off) que estima o valor da água em cada modalidade de uso, frente a uma interrupção de fornecimento.

A **Teoria do Consumidor** postula um comportamento otimizador, de modo que as demandas são obtidas através da solução de um problema de otimização condicionado.

Assim, dependendo do postulado utilizado podem-se obter dois tipos de demanda:

**Demanda Ordinária** (renda nominal constante) – nessa solução, o consumidor escolhe as quantidades de bens e serviços de modo a maximizar sua satisfação (função de utilidade) frente a sua restrição orçamentária:

$$\begin{aligned} \max_x &= \mu(x) \\ \frac{\partial \mu}{\partial x_j} &\geq 0, \forall_j = 1, \dots, n \end{aligned}$$

com

$$px = M$$

Onde  $u(x)$  é uma relação funcional que expressa a utilidade ou satisfação do consumidor, a qual depende do vetor  $x$  de quantidades desses  $n$  bens e serviços, que obviamente contém a água quando utilizada em qualquer uma das múltiplas modalidades de uso final;  $p$  é o vetor de  $n$  preços;  $M$  é a renda nominal do consumidor por unidade de tempo; e  $u/x_j$  é a utilidade marginal do bem  $j$ , a qual supõe-se ser positiva (não saciedade).

**Demanda Compensada** (renda real constante) – o consumidor escolhe as quantidades demandadas, de forma a minimizar o custo (gasto) necessário para atingir certo nível de satisfação (utilidade).

$$\min_x M = px$$

$$u(x) = u^0$$

Onde  $M = px$  é o custo ou gasto, o qual é definido através do produto do vetor  $x$ , de  $n$  quantidades de bens e serviços disponíveis para o consumidor, pelo vetor de preços  $p$ ;  $u(x)$  é uma relação funcional que expressa a utilidade ou satisfação do consumidor, a qual depende do vetor  $x$  de quantidades desses  $n$  bens e serviços, que obvia-



mente contém a água quando utilizada em qualquer das múltiplas modalidades de uso final; e  $u^0$  é um dado nível de utilidade.

A **Teoria da Firma** possibilita uma análise das curvas de demanda da água na produção de bens e serviços. Essa teoria também postula um comportamento otimizador por parte das unidades produtoras, de modo que as demandas são obtidas através da solução de um problema de otimização. Dependendo do postulado utilizado, podemos obter dois tipos de demanda:

**Demanda a Produto Constante** – O produtor escolhe as quantidades ótimas de cada insumo de modo a minimizar o custo de produzir um dado nível de produção.

$$\min C = wx$$

$$y^0 = (x)$$

Onde  $C = wx$  é o custo, o qual é definido através do produto do vetor  $w$  de preços pelo vetor  $x$  de quantidades de insumos;  $(x)$  é a função de produção, a qual depende do vetor  $x$  de quantidades desses bens e serviços, que obviamente contém a água quando utilizada em qualquer uma das múltiplas modalidades de uso final; e  $y^0$  é um dado nível de utilidade.

**Demanda a Preço Constante** – O produtor escolhe as quantidades ótimas de cada insumo de modo a maximizar o lucro.

$$\max \pi = py - wx$$

$$y = (x)$$

Onde  $y = (x)$  é uma função de produção da firma,  $p$  é o preço do produto e  $w$  é o vetor de  $n$  preços dos insumos.

A **Curva de Demanda por Água “Tudo ou Nada”** é um método alternativo de estimar as funções de demanda por água bruta muito pouco conhecido na literatura econômica, mas que não apresenta as desvantagens da demanda contingente. A Função Tudo ou Nada é ajustada através de dois pares de pontos, obtidos pela quantificação

do preço de reserva ou custo de oportunidade da água de cada uso. O preço de reserva da água em cada uso pode ser estimado a partir de uma simulação na qual se interrompe a oferta da água para esse uso, de modo a fazer os usuários buscarem uma solução alternativa, ao menor custo possível. O preço de reserva é então obtido através do custo adicional que os usuários terão que incorrer para buscarem uma solução alternativa. Podemos dizer então, que é o valor máximo que os usuários estariam dispostos a pagar por cada metro cúbico e estarem indiferentes entre continuarem a consumir essa água ou buscarem uma solução alternativa.

$$\frac{dp_j(x_j)}{dx_j} < 0$$

com:

$$p_j = p_j(x_j)$$

Onde  $x_j$  é a quantidade demandada de água no uso  $j$  e,  $p_j$  o seu preço. A altura da curva de demanda ordinária em qualquer ponto,  $p(x_j)$ , representa a disposição a pagar, a qual reflete o máximo valor que um usuário da água no uso  $j$  estaria disposto a pagar por uma dada quantidade  $x_j$  de água nesse uso.

## Metodologia

O Modelo proposto observa os seguintes critérios de análise:

- Conceitualização do problema;
- Estrutura conceitual;
- Inter-relação funcional;
- Teste e
- Análise.

A fundamentação do modelo é uma descrição analítica da natureza da demanda e da oferta e em seguida de uma descrição analítica da interação funcional entre a oferta e a demanda. O Modelo utiliza como instrumental básico a matriz in-



sumo-produto, que montada, será projetada para vinte anos. De posse da estrutura econômica projetada, é simulado o consumo estimado de água no período (utilizando quadros de cargas hídras demandadas por atividade), quando é possível verificar a existência de eventuais restrições ao crescimento da economia. Dessa forma será possível avaliar os impactos econômico-ambientais e sugerir uma estrutura econômica alternativa.

Nesse Modelo trabalhamos basicamente com três indicadores-síntese:

1. Os forward linkages – esse multiplicador é expressa o aumento total na produção de todos os setores quando há um aumento unitário pela demanda final da atividade (i).

$$FL = Z \cdot i$$

$$FL_i = \sum_j Z_{ij}$$

2. Os backward linkages – esse multiplicador expressa o aumento na produção da atividade (j) quando há um aumento unitário em toda a demanda final.

$$BL = i \cdot Z$$

$$BL_j = \sum_i Z_{ij}$$

Para comparações das matrizes, são desenvolvidos índices normalizados. Calcula-se para cada linha ou coluna da matriz de Leontief a relação entre o seu coeficiente médio e a média total dos coeficientes.

A média por linha e coluna é calculada por:

$$\overline{BL}_j = \frac{\sum_i Z_{ij}}{n}$$

$$\overline{FL}_i = \frac{\sum_j Z_{ij}}{n}$$

E a média total dos coeficientes por:

$$MT = \frac{1}{n^2} \cdot \sum_i \sum_j Z_{ij}$$

Para cada coluna, ou seja, os setores vistos como consumidores, calcula-se:

$$PD_j = \frac{\overline{BL}_j}{MT}$$

Para cada linha, ou seja, os setores vistos como fornecedores, calcula-se:

$$SD_i = \frac{\overline{FL}_i}{MT}$$

Complementando esses dois indicadores, nosso Modelo utiliza ainda, os coeficientes de variação (desvio-padrão dividido pela média),  $CV_i$  e  $CV_j$  para as linhas (i) e colunas (j) da matriz Z. Assim:

$$CV_i = \frac{\sqrt{\frac{1}{n-1} \sum_i (Z_{ij} - \frac{1}{n} \sum_i Z_{ij})^2}}{\frac{1}{n} \sum_i Z_{ij}}$$

$$CV_j = \frac{\sqrt{\frac{1}{n-1} \sum_i (Z_{ij} - \frac{1}{n} \sum_i Z_{ij})^2}}{\frac{1}{n} \sum_i Z_{ij}}$$

Com esses coeficientes podemos verificar se determinada atividade tem sobre a economia em questão um peso uniforme, ou seja, CV pequeno concentrado em torno da média ou mais disperso e CV grande disperso em relação à média.

3. Indicadores de mudança estrutural – esses indicadores refletem onde as variações nas matrizes indicam a ocorrência de mudanças estruturais na economia em foco. No nosso estudo trabalharemos apenas o indicador que compara os coeficientes técnicos diretos e o indicador que compara o valor da produção.

a. Comparação dos coeficientes técnicos diretos – a medida desse indicador é a relação entre a sua diferença e a sua média:

$$\frac{(a_{ij}^t - a_{ij}^{t-1})}{\left| \frac{a_{ij}^t + a_{ij}^{t-1}}{2} \right|}$$

Esse indicador não considera a importância relativa dos setores, fazendo com que as variações de setores significantes sejam equiparadas às de setores sem o menor peso. Para evidenciarmos as variações mais importantes, consideram-se os fluxos monetários entre atividades como ponderadores para o indicador de variação por coeficiente. Assim, para cada inter-relação (ij) calcula-se seu peso por:



$$\frac{g_{ij}^t + g_{ij}^{t-1}}{\sum_i \frac{(g_{ij}^t + g_{ij}^{t-1})}{2}}$$

Ficando o indicador de variação de cada coeficiente o produto:

$$\frac{(a_{ij}^t - a_{ij}^{t-1})}{\frac{(a_{ij}^t + a_{ij}^{t-1})}{2}} \cdot \frac{(g_{ij}^t + g_{ij}^{t-1})}{\sum_i \frac{(g_{ij}^t + g_{ij}^{t-1})}{2}}$$

Dos indicadores por coeficiente, calculamos um indicador por atividade  $Q_j$ , calculado por:

$$Q_j = \frac{1}{\frac{1}{2} \sum_i (g_{ij}^t + g_{ij}^{t-1})} \cdot \sum_i \frac{(a_{ij}^t - a_{ij}^{t-1})}{(a_{ij}^t + a_{ij}^{t-1})} \cdot (g_{ij}^t - g_{ij}^{t-1})$$

b. Comparação do valor da produção – Admitindo-se que variações no valor da produção são originadas por mudanças no vetor de demanda final ou por mudanças nos coeficientes técnicos, temos:

Varição no VP = variação na demanda final + variação nos coeficientes.

Tais variações podem ser mensuradas usando-se a equação básica do modelo de Leontief, onde:

$f^t$  – vetor de demanda final para o ano t;

$g^t$  – vetor com valor da produção para o período t.

A variação no valor da produção entre os períodos t e t-1 é mensurada por:

$$g^t - g^{t-1} = Z^t \cdot f^t - Z^{t-1} \cdot f^{t-1}$$

Somando-se e subtraindo-se o fator  $Z^t \cdot f^{t-1}$  a equação não se altera. Assim:

$$(Z^t \cdot f^t - Z^{t-1} \cdot f^{t-1}) = (Z^t \cdot f^t - Z^t \cdot f^{t-1}) + (Z^t \cdot f^{t-1} - Z^{t-1} \cdot f^{t-1})$$

Dessa equação a variação na produção é particionada em dois fatores:

i. A variação devida à demanda final é calculada considerando-se a invariância nos coeficientes técnicos (matriz Z constante) e a demanda final para os dois períodos, ou seja:

$$(Z^t \cdot f^t - Z^t \cdot f^{t-1})$$

ii. A variação devida aos coeficientes técnicos é calculada considerando-se uma demanda final fixa e as matrizes Z para os dois períodos:  $(Z^t \cdot f^{t-1} - Z^{t-1} \cdot f^{t-1})$

Essa parcela indicaria a mudança efetivamente associada à tecnologia e pode ser escrita colocando-se a demanda final em evidência:

$$(Z^t \cdot f^{t-1} - Z^{t-1} \cdot f^{t-1}) = (Z^t - Z^{t-1}) \cdot f^{t-1}$$

Uma análise mais detalhada do Modelo proposto deixa claro que é possível a manutenção da renda da economia analisada e ainda maximizar a produtividade dos recursos hídricos utilizados. Ou seja, o Modelo possibilita a identificação de atividades que podem ser substituídas por outras de menor demanda hídrica sem perda de renda para a economia local. Cabe assim ao Estado, dentro de sua capacidade de gestão macroeconômica, estabelecer os instrumentos que fomentarão essas mudanças.

O Modelo não foi testado, pela inexistência de uma matriz insumo-produto do Estado de Goiás. Todavia, este artigo deixa aberta a oportunidade para que outros pesquisadores prossigam no seu desenvolvimento.

## Referências

- ANA – Agência Nacional de Águas. **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**. 2ª edição, Brasília, 2001.
- CARRERA-FERNANDES, José; Garrido, Raymundo-José. **Economia dos Recursos Hídricos**. Salvador: Editora Universidade Federal da Bahia, 2003.
- CECH, Thomas V. **Principles of Water Resources – History, Development, Management and Policy**. New York, John Wiley & Sons, Inc. 2003.
- CLEMENTE, Ademir e Higachi, Hermes. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo, Editora Atlas, 2000.
- KELSON, M. Maurice; Martin, E. William e Mack, E. Lawrence. **Economic Growth in an Arid Environment – An Arizona Case Study**. Tucson, Arizona: The University of Arizona Press, 1973.
- MAY, Peter; Lustosa, Mª Cecília; Vinha, Valéria da. **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- RAY, Debraj. **Development Economics**. New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- REBOUÇAS, Aldo; Braga, Benedito e Tundisi, José Galizia. **Águas Doces no Brasil – Capital Ecológico, Uso e Conservação**. 2ª Edição, São Paulo, Escrituras Editora e Distribuidora de livros Ltda, 2002.



# Pelos Caminhos do Desenvolvimento de Goiás

Resumo: O processo de desenvolvimento econômico se caracteriza por aspectos qualitativos da economia, contudo seja de grande importância, para tanto, o crescimento econômico das regiões. Em Goiás a sua formação econômica se relaciona com a mineração e com a agropecuária, nos séculos XVIII e XIX, e mais recentemente com a construção de Goiânia e com um governo planejado, no caso Mauro Borges. O PIB goiano cresce acima da média nacional, porém altamente concentrado em poucos municípios. Alguns indicadores sociais apontam para a melhoria das condições de vida da população local, embora muitos números precisam ainda serem melhorados, necessitando assim de presença de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado.

Palavras-Chave: Desenvolvimento econômico, crescimento econômico, economia, social, governo.

## Introdução

De acordo com Vasconcellos (2002), o desenvolvimento econômico e social de um Estado acontece a partir do momento que há um sustentável crescimento econômico ligado à elevação do Produto Interno Bruto, isto é, de um constante aumento da renda per capita ao longo do tempo, por meio de políticas de otimização dos recursos no processo produtivo, nos setores: primário ou agropecuário, secundário ou de transformação e o terciário ou comércio/serviços. O processo de crescimento econômico depende de fatores tais como: investimentos em novas tecnologias produtoras de novos produtos e formas mais eficientes para processo produtivo; condições que propiciem à população ter poupanças e convertê-las em investimentos; balança comercial positiva; política econômica estável oferecendo menores riscos a investidores e mão-de-obra qualificada, o capital intelectual preparado para produzir riquezas.

\* Acadêmico de Administração em Gestão Econômica na Faculdade Ávila de Ciências Humanas e Exatas Goiânia-GO. E-mail: cleomarteles@hotmail.com

\*\* Economista. Especialista em Economia Agrícola. Mestre em História. Professor universitário. Consultor Econômico. Conselheiro Titular do Conselho Regional de Economia de Goiás. E-mail: borgescjr@aol.com

Cleomar Teles Macedo\*



Paulo Borges Campos Jr\*\*



Não há desenvolvimento econômico e social sem a presença do crescimento econômico, condição essencial para que haja desenvolvimento. Todavia, não quer dizer que todo Estado que cresce economicamente se desenvolve. Na verdade, crescimento e desenvolvimento econômico possuem conceitos distintos. Desenvolvimento econômico e social é algo mais amplo e diz respeito a aspectos mais qualitativos do que quantitativos. É um mecanismo administrável para se ter uma melhora do bem-estar econômico e social da população. Uma economia desenvolvida possui competência em produzir, conseqüentemente os fatores de crescimento elevarão sua produtividade. O desenvolvimento provém da expansão do crescimento de uma economia, provocando mudanças estruturais e melhoria da qualidade de vida da população, demonstrado por indicadores econômicos e sociais como pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação e moradia. (SOUZA, 1999).

Os indicadores de desenvolvimento econômico e social são definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelo Banco Mundial e por levantamentos regionais solicitados por interessados como institutos de pesquisas, sendo exemplo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais indicadores econômicos e sociais, segundo Souza (1999), são identificados a partir do estudo da distribuição da renda per capita, do percentual de casas com água encanada e tratamento de esgoto, do consumo de energia e fertilizantes, da produção de alimentos e produção total por empregado, do percentual de residências com telefone, da expectativa de vida, da taxa de mortalidade infantil, do analfabetismo entre adultos, do consumo diário de calorias per capita, do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.



Uma das condições essenciais para se desenvolver economicamente e socialmente é quando a relação da taxa de crescimento é superior ao crescimento da taxa demográfica, ou melhor, é necessário um crescimento real da renda per capita. Outro ponto crucial é a renda, que deverá estar sendo bem distribuída de maneira a beneficiar as classes mais pobres da população, reduzindo as distorções, o analfabetismo, melhorando a educação em suas diversas esferas, promovendo a inclusão social e a queda nos níveis de desemprego.

O subdesenvolvimento, por sua vez, de acordo com Souza (1999), é uma elevação do crescimento demográfico superior ao crescimento econômico, provocando a inversão no processo de desenvolvimento econômico e social, isto é, empobrecimento da população, concentração de renda, desemprego, crescimento das taxas de analfabetismo, criminalidade e sistema de saúde precário. Neste estágio, há um crescente nível da informalidade no mercado como o não pagamento de impostos e das contribuições para a previdência social. As economias subdesenvolvidas causam uma inversão de valores na economia, ou melhor, sua estrutura produtiva é ineficaz e grande parte do que produzem são mandadas para fora do estado para pagar dívidas, pois essas economias, em sua maioria, são dependentes das economias desenvolvidas.

### **Goiás no caminho do desenvolvimento**

Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido pela alcunha de “Anhangüera”, dada pelos índios, descobriu ouro nas cabeceiras do Rio Vermelho, na atual região da cidade de Goiás. Para Palacín e Moraes (1991), em 21 de outubro de 1725, “Anhangüera” e seus companheiros de bandeira, voltaram triunfantes a São Paulo, propagando que tinham descoberto cinco córregos auríferos. A primeira região ocupada em Goiás foi à região do Rio Vermelho onde se fundou o arraial de Sant’Ana que depois veio a se chamar Vila Boa e, mais tarde, cidade de Goiás que durante 200 anos foi a capital do território goiano. A mineração foi uma das primeiras explorações econômicas no Estado. De curta duração quase nada dessa riqueza ficou no território goiano, sendo a maior parte direcionada para a Europa.

Palacín e Moraes (1991) analisando o ensino em Goiás do fim do século XVIII, relatam que quase

não existiam escolas. Naquela época, para 50.574 habitantes, existiam apenas oito professores. O ensino secundário veio a se fazer presente com a construção do Liceu de Goiás em 1846. Os que tinham melhores condições financeiras iam para Minas Gerais concluir os estudos. Os outros, a grande maioria, eram analfabetos.

Afirmam ainda Palacín e Moraes (1991), que em 1824 chegou a Goiás o primeiro carro de bois, vindo de Minas Gerais. O telégrafo chegou a Goiás em 1891 e as ferrovias, que tinham grande importância na logística regional, se fazem presentes em Goiás somente em 1913. Sem dúvida os trilhos de ferro foram um grande avanço para a comunicação e o transporte com outros Estados. Os 287 km de estrada de ferro ainda era muito pouco, pois Goiás na época, antes da divisão do Estado do Tocantins, tinha mais de 600.000 quilômetros quadrados. Em seu período de colonização, a partir da segunda metade do século XVIII, a população goiana aumentou, não apenas pelo crescimento vegetativo, mas pelas migrações dos Estados vizinhos.

A pecuária, após o ciclo aurífero no final do século XVIII e início do século XIX, tornou-se o setor mais dinâmico da economia. A maioria dos mineiros que aqui permaneceram, após o desaparecimento do ouro, passaram a dedicar-se a uma agricultura de subsistência e a criação de gado. A pecuária, pelo fato do gado se auto-transportar, expandiu-se mais. Pessoas chegavam a Goiás vindo do Pará, do Maranhão, da Bahia, de Minas Gerais, povoando as regiões goianas. No sudoeste novas cidades surgiram, tais como: Rio Verde, Jataí, Mineiros, Caiapônia, e Quirinópolis. De acordo com Palacín e Moraes (1991) os habitantes da região norte do Estado não se dedicaram somente à criação de gado, mas também à plantação de babaçu e ao comércio de sal. Novos centros urbanos foram surgindo e outras cidades já existentes tomaram novas direções em seu aspecto de desenvolvimento devido à pecuária.

Em 1942, Goiânia, considerada chave para a economia desse Estado, foi decisiva para o desenvolvimento goiano. O Censo de 1940 constatou que em Goiás, entre 563.262 pessoas com mais de 10 anos de idade, apenas 26,44% sabiam ler e escrever. As dificuldades dos meios de comunicação, da saúde, da educação, a carência de indústria, a



baixa produtividade na agricultura e na pecuária, a descapitalização da economia, eram problemas com fortes reflexos para as gerações futuras. Ao mesmo tempo, a construção da nova capital significou um primeiro passo para a transformação da economia e da política goiana. Essa construção promoveu a abertura de novas estradas, tornando-se centro de ligação intra e interestadual e também ajudou a população goiana a recuperar sua auto-estima, pois na época se contraiu um sentimento de inferioridade, com a decadência do período da mineração, que significava grandeza econômica. Esse período que envolve a construção de Goiânia, Palacín e Moraes (1991) chamam de motivação para a “psicologia social”, isto é, a construção da nova capital inseriu o ideal de perspectivas futuras para o desenvolvimento econômico e social.

A falta de capital e de atividades empresariais tornava a ação do governo algo sem substituto, capaz de promover uma ativação dos mais variados focos do desenvolvimento em Goiás. O comprometimento do governo do Estado aconteceu de maneira gradual, a partir da construção de Goiânia e foi mais perceptível na década de 50, com a criação do Banco do Estado e a CELG. O governador Mauro Borges, no início de 1960, foi o primeiro a propor um “Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás”, como afirma Palacín e Moraes (1991), abrangendo todas as áreas: agricultura e pecuária; transportes e comunicações; energia elétrica; educação e cultura; saúde e assistência social; levantamento de recursos naturais; turismo; aperfeiçoamento e atualização das atividades econômicas do Estado.

Palacín e Moraes (1991) afirmam que o Governo Mauro Borges fez uma significativa reforma administrativa que criou, fruto de estudos da Fundação Getúlio Vargas e de técnicos goianos, os serviços estatais autônomos e para-estatais. Nesse estágio, as autarquias permaneceram unidas ao governo, através das secretarias e participaram do orçamento estatal. As mais importantes foram: CERNE, OSEGO, EFORMAGO, CAIXEGO, IPASGO, SUPLAN, ESEFEGO, CEPAIGO, IDAGO, DERGO, DETELGO. Os serviços para-estatais eram constituídos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, nas quais o governo era o principal acionista. Entre elas encontravam-se a METAGO, CASEGO, IQUEGO, entre outras.

## Goiás e a Atualidade Econômica

Na conjuntura econômica atual, o Estado de Goiás tem apresentado crescimento de seu produto interno bruto – PIB, superior a média nacional nos últimos anos.

**Tabela 1**

**Goiás: Produto Interno Bruto de Goiás, taxa de crescimento e participação no PIB do Brasil (1994 - 2002) – (R\$ milhão)**

| Ano  | Valores Correntes | Taxa de crescimento Goiás (%) | Taxa de crescimento Brasil (%) | Participação de Goiás (%) |
|------|-------------------|-------------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| 1998 | 17.428            | 2,19                          | 0,13                           | 1,91                      |
| 1999 | 17.920            | 3,17                          | 0,79                           | 1,84                      |
| 2000 | 21.665            | 5,11                          | 4,36                           | 1,97                      |
| 2001 | 25.048            | 4,32                          | 1,31                           | 2,09                      |
| 2002 | 31.299            | 4,90                          | 1,93                           | 2,33                      |

Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN / Gerência de Contas Regionais

Para que ocorra o sustentável desenvolvimento econômico e social, é preciso bastante vontade política em promover políticas que viabilizem o constante progresso do processo produtivo agropecuário, industrial, comercial e de serviços no Estado. O crescimento da economia goiana, acima da economia brasileira, tem proporcionado um aumento de sua participação na composição do PIB brasileiro que é importante para os goianos, pois dá mais visibilidade a essa economia do Centro-Oeste.

**Tabela 2**

**Goiás: Produto Interno Bruto, estrutura percentual e PIB per capita por município - 2002**

| Município            | 2002           | %     | PIB per capita (R\$ 1,00) |
|----------------------|----------------|-------|---------------------------|
|                      | PIB (R\$ 1000) |       |                           |
| Goiânia              | 7.093.088      | 22,63 | 6.209                     |
| Anápolis             | 1.783.619      | 5,70  | 6.003                     |
| Rio Verde            | 1.435.271      | 4,59  | 11.557                    |
| Aparecida de Goiânia | 1.247.597      | 3,99  | 3.269                     |
| Catalão              | 1.097.156      | 3,51  | 16.317                    |
| Jataí                | 824.151        | 2,63  | 10.415                    |
| Itumbiara            | 812.041        | 2,59  | 9.737                     |

Fonte: SEPLAN-GO/ SEPIN / Gerência de Contas Regionais

O PIB Goiano é extremamente concentrado, onde 45,64% de toda a produção pertence a sete municípios somente, de um total de 246 existentes em Goiás, o que com certeza tem preocupado o governo estadual que busca expandir para outras regiões o seu processo de crescimento.



Os setores da economia goiana que formam o seu Produto Interno Bruto estão divididos entre os setores Agropecuário, Industrial e de Serviços, com destaque para a expansão da indústria que agrega valor à riqueza agropecuária de Goiás. Empresas como COMIGO, CARAMURÚ, PERDIGÃO, entre outras, são exemplos desse quadro de crescimento com reflexos no grau de desenvolvimento do Estado.

**Tabela 3**  
**Goiás: Estrutura do PIB – 1996 -02**

| Ano  | Estrutura do PIB por setores (%) |          |           |          |
|------|----------------------------------|----------|-----------|----------|
|      | PIB                              | Agropec. | Indústria | Serviços |
| 1996 | 100,00                           | 15,84    | 26,72     | 57,44    |
| 1997 | 100,00                           | 15,87    | 29,40     | 54,73    |
| 1998 | 100,00                           | 16,35    | 28,74     | 54,91    |
| 1999 | 100,00                           | 16,16    | 29,56     | 54,28    |
| 2000 | 100,00                           | 17,19    | 32,49     | 50,32    |
| 2001 | 100,00                           | 17,54    | 35,03     | 47,43    |
| 2002 | 100,00                           | 22,51    | 32,62     | 44,87    |

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais

O setor de Mineração (níquel, ouro, cobre, fosfato, entre outras) em matéria publicada pelo jornal O Popular em 29 de fevereiro de 2005, atraiu R\$ 651,8 milhões para a economia goiana, o que mostra a capacidade produtiva do Estado neste setor, promovendo crescimento econômico para Goiás. Como afirma Souza (1999), o desenvolvimento econômico deriva da expansão contínua do crescimento de uma economia, implicando mudanças estruturais e melhorias do bem-estar da população.

De acordo com a Seplan-Go (2003) o Estado de Goiás, em 2002, possuía uma população de 5.285.937 habitantes, com renda per capita anual de R\$ 5.921. Como já foi visto, a condição preliminar para o processo de desenvolvimento é justamente uma distribuição de renda eqüitativa entre a população. Goiás, infelizmente, apresenta uma distribuição de renda não uniforme à população.

**Tabela 4**  
**Goiás: Renda per capita**

| Município            | 2002                          |
|----------------------|-------------------------------|
|                      | Renda per capita – (R\$ 1.00) |
| Goiânia              | 6.209                         |
| Chapadão do Céu      | 45.467                        |
| Turvelândia          | 27.986                        |
| Aparecida de Goiânia | 3.269                         |
| Simolândia           | 1.934                         |
| Planaltina           | 1.913                         |
| São Simão            | 50.938                        |

Fonte: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Contas Regionais

### Saúde e Saneamento em Goiás

Outro fator substancial para o desenvolvimento é a saúde que em pleno século XXI, na era de doenças como depressão, estresse e outras do gênero, pessoas ainda morrem com dengue, tuberculose, doença de chagas, desinteria (crianças). Devido a problemas de higiene e saneamento, desde o século XIX, esses malefícios deveriam ter desaparecido, mas refletem o baixo índice de saneamento básico disponível para a população, que em diversos casos não tem acesso à rede de esgoto, questão básica de saneamento.

**Tabela 4**  
**Goiás: Sistema em operação de água e esgoto – 1998 – 2005**

| Ano      | Água                     |                    |                   |                 |             | Esgoto                   |                    |                   |
|----------|--------------------------|--------------------|-------------------|-----------------|-------------|--------------------------|--------------------|-------------------|
|          | População atendida (hab) | % da Pop. atendida | Extensão rede (m) | Volume (m³/ano) |             | População atendida (hab) | % da Pop. atendida | Extensão rede (m) |
|          |                          |                    |                   | Produzido       | Faturado    |                          |                    |                   |
| 1998     | 3.389.130                | 82                 | 13.623.075        | 246.014.669     | 163.285.874 | 1.341.707                | 32                 | 4.029.619         |
| 1999     | 3.648.022                | 84                 | 14.346.737        | 255.453.883     | 167.036.089 | 1.461.569                | 33                 | 4.193.837         |
| 2000     | 3.852.582                | 83                 | 15.401.673        | 256.582.328     | 167.742.197 | 1.518.624                | 33                 | 4.444.493         |
| 2001     | 3.782.446                | 84                 | 16.422.021        | 254.995.948     | 166.859.412 | 1.561.649                | 34                 | 4.586.236         |
| 2002     | 3.817.218                | 83                 | 16.193.878        | 263.740.713     | 177.365.685 | 1.561.657                | 34                 | 4.424.705         |
| 2003     | 4.089.016                | 83                 | 17.415.097        | 268.490.540     | 175.638.415 | 1.695.529                | 34                 | 4.805.955         |
| 2004     | 4.223.475                | 83                 | 17.807.171        | 279.033.045     | 180.328.719 | 1.676.005                | 33                 | 4.867.586         |
| 2005 (1) | 4.227.073                | 82                 | 18.162.109        | 143.357.890     | 90.781.042  | 1.660.457                | 32                 | 4.888.127         |

Fonte: Saneamento de Goiás S/A. (1) Posição: junho. As informações de volume referem-se ao período de janeiro a junho. Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2005.

### Índice de Desenvolvimento Humano Goiano

Um dos indicadores do desenvolvimento econômico e social se apresenta através do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, publicado pela Organização da Nações Unidas – ONU.

Pelos dados da tabela abaixo, Goiás ostenta números de desenvolvimento humano, na maioria das vezes, superior aos do Brasil, o que pode ser entendido como um avanço do processo de desenvolvimento dessa importante região do planalto central.



**Tabela 5**  
**Goiás e Brasil: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -1991 e 2000**

| Unid.  | IDH-M |       | IDH-M Longevidade |       | IDH-M Educação |       | IDH-M Renda |       | Posição |      |
|--------|-------|-------|-------------------|-------|----------------|-------|-------------|-------|---------|------|
|        | 1991  | 2000  | 1991              | 2000  | 1991           | 2000  | 1991        | 2000  | 1991    | 2000 |
| Goiás  | 0,7   | 0,776 | 0,668             | 0,745 | 0,765          | 0,866 | 0,667       | 0,717 | 8º      | 8º   |
| Brasil | 0,696 | 0,766 | 0,662             | 0,727 | 0,745          | 0,849 | 0,681       | 0,723 | -       | -    |

Fonte: PNUD / IPEA / FJP / IBGE.

Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2004.

Classificação segundo IDH:  
Elevado (0,800 e superior)  
Médio (0,500 – 0,799)  
Baixo (abaixo de 0,500)

### Educação em Goiás

A educação é um dos fatores determinantes para o processo de desenvolvimento de qualquer região. Em Goiás isso não é diferente. A presença

de números expressivos nas diversas fases do ensino reforçam a preocupação do governo quanto ao desenvolvimento local, mas não garante que este processo de bem-estar e de capacitação esteja acontecendo.

**Tabela 6**  
**Goiás: Alunos matriculados por nível de ensino – 1999 – 2003.**

| Ano  | Pré-Escolar | Alfabetização | Fundamental | Médio   | Curso normal em nível médio | Educação profissional em nível médio |
|------|-------------|---------------|-------------|---------|-----------------------------|--------------------------------------|
| 1999 | 95.930      | 44.676        | 1.140.089   | 239.719 | -                           | -                                    |
| 2000 | 87.153      | 47.675        | 1.124.217   | 254.548 | -                           | -                                    |
| 2001 | 100.970     | 49.747        | 1.099.982   | 259.871 | -                           | -                                    |
| 2002 | 98.704      | 52.206        | 1.099.223   | 269.193 | 658                         | 7.477                                |
| 2003 | 100.578     | 50.341        | 1.063.513   | 264.712 | -                           | -                                    |

Fonte: Secretaria da Educação

Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2004.

**Tabela 7**  
**Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade – 1992, 1999, 2001 e 2002**

| Especificação | Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) |      |      |      |
|---------------|---|------|------|------|
|               | 1992  | 1999 | 2001 | 2002 |
| Goiás         | 16,3  | 12,5 | 11,7 | 11,3 |
| Centro-Oeste  | 14,5  | 10,8 | 10,2 | 9,6  |
| Brasil        | 17,2  | 13,3 | 12,4 | 11,8 |

Fonte: IBGE / PNAD.

Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2004.

**Tabela 8**  
**Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Número de instituições, matrículas e docentes da educação superior – 2000 – 02**

| Especificação | Educação Superior |       |       |            |           |           |          |         |         |
|---------------|-------------------|-------|-------|------------|-----------|-----------|----------|---------|---------|
|               | Instituições      |       |       | Matrículas |           |           | Docentes |         |         |
|               | 2000              | 2001  | 2002  | 2000       | 2001      | 2002      | 2000     | 2001    | 2002    |
| Goiás         | 35                | 47    | 56    | 72.769     | 88.923    | 119.297   | 5.231    | 5.873   | 7.513   |
| Centro-Oeste  | 134               | 162   | 198   | 225.004    | 260.349   | 323.461   | 15.927   | 17.666  | 21.061  |
| Brasil        | 1.180             | 1.391 | 1.637 | 2.694.245  | 3.030.754 | 3.479.913 | 197.712  | 219.947 | 242.475 |

Fonte: IBGE / PNAD.

Elaboração: Seplan-GO/ Sepin / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2004.



O investimento no ensino fundamental no Estado é extremamente importante, pois é na fase inicial dessa vida escolar que o caráter das crianças é formado, bem como os princípios do seu desenvolvimento intelectual. As crianças em sala de aula devem, dentre outras coisas, aprender a noção de orçamento familiar, a interpretar textos e a escrever. Goiás apresenta, no aspecto quantitativo de ensino, índices avançados de educação o que colabora para o seu processo de desenvolvimento econômico e social. No entanto, quanto à qualidade do ensino oferecido ainda o caminho é longo a ser percorrido, não obstante a todos avanços conseguidos.

O governo goiano ao oferecer aos alunos carentes a bolsa universitária, importante instrumento de desenvolvimento regional, deve exigir qualidade por parte das instituições de ensino que a recebe. Assim, se conseguirá ampliar não apenas o número de universitários, mas também o nível dessas entidades. Empresas aqui instaladas ainda buscam mão-de-obra qualificada nos grandes centros, revelando um quadro triste de despreparo do trabalhador goiano. Quantas pessoas saem do ensino superior preparadas para exercer suas funções para a qual estudaram? Muitas possuem diploma, mas não tem a qualificação necessária exigida. São reflexões a serem feitas pelos governos e pelos especialistas no assunto. O Japão, por exemplo, só experimentou o auge do desenvolvimento, conforme afirma Souza (1999), graças a preocupação e investimento maciço na educação.

### Conclusão

Desde o seu processo de formação econômica, o território goiano se identificou com a agropecuária, com destaque para a criação de gado. A chegada das ferrovias, no início do século XX, muito embora com pouca extensão, colaborou para a ampliação das atividades comerciais e agrícolas do Estado. Goiânia inseriu em Goiás o ideal de perspectivas futuras para o seu desenvolvimento econômico e social. Nos anos 60, o governo Mauro Borges modifica a estrutura administrativa goiana, executando um efi-

ciente governo planejado com a criação de vários órgãos e empresas.

Goiás tem um potencial econômico expressivo, onde o seu PIB cresce bem acima da média nacional, resultado do avanço da agropecuária e da industrialização local, não obstante toda essa riqueza estar concentrada em poucos municípios. Os demais indicadores econômicos e sociais também apontam na direção de avanços, embora a qualidade de alguns desses índices, como educação, ainda merecem preocupação por parte do poder público.

A economia goiana é promissora, ampliando a cada dia que passa os seus horizontes, buscando a superação dos desafios ainda presentes para o seu processo desenvolvimento. Sem o compromisso dos governos, dos empresários e da população, Goiás não conseguirá avançar os seus indicadores econômicos e sociais, limitando-se a reproduzir as tecnologias de fora e a continuar importando capital humano. Os desafios para a mudança desse quadro são grandes, mas precisam ser enfrentados sob pena dessa região permanecer atrasada em relação as demais.

### Referências

- FERREIA, Sonia. Mineração atrai R\$ 651,8 milhões. **O Popular**, Goiânia, 29 fev. 2005. Caderno de economia, p. 15.
- GOIÁS. Secretária da Educação. **Educação em Dados**. Goiânia, 2004.
- PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Santana. **História de Goiás**. 6ª ed. Goiânia: Editora da UCG, 1991.
- \_\_\_\_\_. Secretária do Planejamento e Desenvolvimento. **Goiás em Dados**. Goiânia: SEPLAN, 2003.
- SOUZA, Nali Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- VASCONCELOS, Antonio Sandoval de. **Economia Micro e Macro**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.



# Fundo de Amparo ao Trabalhador na Qualificação Profissional em Goiás de 1999 a 2004<sup>1</sup>



Ricardo Florentino de Castro\*

**Resumo:** Este artigo analisa a influência dos investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT na Qualificação Profissional com relação ao número de educandos qualificados profissionalmente em Goiás de 1999 a 2004.

**Palavras-Chave:** FAT, educandos, investimento, inovação tecnológica

## Introdução

As transformações tecnológicas ocorridas no mercado de trabalho interferem diretamente na vida social e econômica dos trabalhadores. Por meio desta diversificação tecnológica, as empresas, de modo geral, buscam cada vez mais a maior produção, qualidade e redução dos custos.

Neste contexto de modernização com o uso cada vez mais intenso da tecnologia, o meio rural também utiliza as inovações tecnológicas, o que tem contribuído para o aumento da produtividade, e com isso vem ganhando grande destaque na economia. O trabalhador, que na maioria das vezes vem sendo substituído pela implementação de novas tecnologias no mundo do trabalho, vê a importância de estar preparado profissionalmente buscando a qualificação e a atualização para o novo perfil exigido pelo mercado.

As Políticas Públicas de qualificação visam à preparação dos trabalhadores, patrocinando cursos de qualificação e requalificação profissional, buscando a inclusão social e maior desenvolvimento econômico.

\* Graduado em Economia, pós-graduando em MBA em Gestão Avançada de Controladoria e Finanças - Faculdades Alfa e Funcionário da Secretaria de Estado do Trabalho - Gerência de Educação e Qualificação Profissional. e-mail: ricardofdecastro@ig.com.br

<sup>1</sup> Resumo de monografia apresentada à Coordenação do curso de Ciências Econômicas - 2005/1, da UNIGOIÁS/Anhanguera, sob orientação do professor Paulo Borges Campos Jr. (borgescjr@aol.com).

## Mercado de trabalho - Realidade goiana

De acordo com a SET (2005), o dinamismo da economia goiana refletiu nos indicadores do mercado formal de trabalho, no primeiro semestre de 2004. O número de admitidos foi de 178.508 superando os desligados que foram de 140.206 tendo um saldo positivo de 38.302 trabalhadores empregados. A criação de novos postos de trabalho mostra que a maioria das atividades teve saldo positivo.

O interior de Goiás tem apresentado relevante participação na geração de novas vagas de trabalho formal. Este fato deve-se a interiorização do desenvolvimento econômico no Estado.

É no contexto do fortalecimento dos setores produtivos que os programas de qualificação e requalificação profissional devem ser estruturados para elevar o grau de qualificação profissional dos trabalhadores, para as empresas que passam pelo processo de reestruturação produtiva.

## Qualificação Profissional em Goiás - Levantamento de Demanda

Segundo Barreto et al. (2000), para a elaboração de demanda, a Secretaria de Cidadania e Trabalho, realizou um levantamento nos municípios do Estado, através de ofícios circulares endereçados aos Conselhos Municipais (CMTs), às Prefeituras e postos de atendimento ao trabalhador do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Após a conclusão deste levantamento de demanda, elaborou-se a listagem das ações de qualificação profissional a serem executadas nos municípios.

## Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Conceito

De acordo com o MTE (2005), o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial,

de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.

A regulamentação do Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial a que se refere o art. 239 da Constituição ocorreu com a publicação da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Essa Lei também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat.

### Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat

De acordo com o MTE (2005) o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor do FAT.

### Aplicação dos Recursos do FAT

O contingenciamento de recursos ocorrido em 2000 e a redução de recursos em 2002 não impediram a evolução positiva apesar das incertezas da economia global e seu contexto recessivo. O cronograma de 2003 foi comprometido uma vez que os cortes e atrasos em 2002 prejudicaram o processo de execução dos cursos.

### Planos de Qualificação Profissional e Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor - Conceito

De acordo com MTE (2005), o Planfor foi iniciado em 1995, sendo um dos mecanismos da Política Pública de Trabalho e Renda - PPTR, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

### Plano Nacional de Qualificação - PNQ - Conceito

Para o MTE (2005), o PNQ é uma Política Pública de Qualificação que se firma como um fator de inclusão social, e desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda. A concepção de qualificação é entendida como uma construção social na aquisição de conheci-

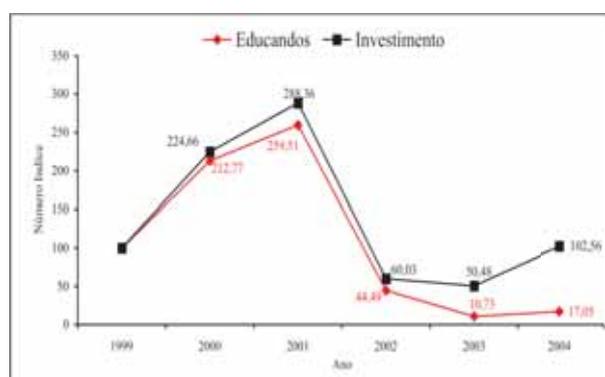
mentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho.

### Plano Territorial de Qualificação Profissional - PlanTeQ - Conceito

Segundo o MTE (2005), o Plano Territorial de Qualificação - PlanTeQ, contempla os projetos e ações de Qualificação Social e Profissional - QSP, circunscritos a um território, com aprovação e homologação obrigatórias do Conselho Estadual de Trabalho ou dos Conselhos Municipais de Trabalho, às quais cabe articular e priorizar demandas de QSP levantadas pelo poder público e pela sociedade civil organizada.

Na Figura 1, pode-se acompanhar o comportamento dos recursos investidos e os educandos qualificados a cada ano. Em Goiás, os recursos investidos no ano de 2000 aumentaram 124,66% e o número de educandos qualificados aumentou 112,77%, em relação ao ano base de 1999. Os recursos investidos no ano de 2001 aumentaram 188,36% e o número de educandos qualificados aumentou 159,51% comparado com o ano base de 1999.

**Figura 1**  
Educandos qualificados e recursos aplicados pelo FAT em Goiás de 1999 a 2004



Fonte: Secretaria do Trabalho (2005), adaptada pelo autor.

Do ano de 1999 para 2002, os recursos decresceram 39,97% como consequência, o número de educandos decresceu 55,51%.

Do ano de 1999 para 2003, os recursos decresceram 49,52% consequentemente, houve um decréscimo de 89,27% no número de educandos qualificados. No ano de 1999 para 2004, os recur-



tos aumentaram 2,56% e o número de educandos decresceu 82,95%.

Essa disparidade entre recursos aplicados e o número de educandos qualificados nos anos de 1999 e 2004, é explicada pela ABRASIL (2005), que responsabiliza o comportamento da economia com a elevação da taxa de inflação, o que contribuiu para a elevação do custo médio por educando.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT foi criado com o intuito de custear e financiar os programas de desenvolvimento econômico, do seguro-desemprego e abono salarial conhecido como 14º salário.

O FAT, ademais, também pode agregar um fator novo ao conjunto das políticas públicas através do seu modelo tripartite, paritário, deliberativo e descentralizado, o que contribui para um aprofundamento da democracia da gestão pública, voltado para o social.

Para gerir os programas e recursos do FAT, foi criado o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat, com as funções de elaborar diretrizes, e até avaliar os impactos sociais.

A qualificação profissional é determinada pelo levantamento de demanda para que a ação de qualificação seja eficaz e de acordo com a necessidade de mão-de-obra local. Os cursos de qualificação profissional visam à capacitação e atualização dos trabalhadores, pois são voltados para o novo perfil do mercado que exige maiores conhecimentos em tecnologia, o que contribui para inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho.

## Conclusão

De modo geral, as Políticas Públicas de Qualificação Profissional mostraram resultados positivos e amenizaram o déficit de mão-de-obra qualificada. Em Goiás, os recursos investidos no ano de 2000 aumentaram 124,66% e o número de educandos qualificados aumentou 112,77%, em relação ao ano base de 1999. Os recursos investidos no ano de 2001 aumentaram 188,36% e o número

de educandos qualificados aumentou 159,51% comparados com o ano base de 1999. Do ano de 1999 para 2002, os recursos decresceram 39,97% como consequência, o número educandos decresceu 55,51%. Do ano de 1999 para 2003, os recursos decresceram 49,52% consequentemente, houve um decréscimo de 89,27% no número de educandos qualificados. No ano de 1999 para 2004, os recursos aumentaram 2,56% e o número de educandos decresceu 82,95%.

A análise dos dados mostra que o número de educandos qualificados guarda uma relação direta com o volume de recursos investidos pelo FAT. Assim, permite-se aceitar a hipótese de que os investimentos do Fundo de Amparo ao Trabalhador na qualificação profissional contribuíram para o aumento do número de educandos qualificados em Goiás no período 1999 a 2004.

## Referências

ABRASIL. Avança Brasil. Disponível em: <http://www.abrasil.gov.br/avalppa/RelAvalPPA2002/default.htm>. Acesso em: 20 abr. 2005.

BARRETO, I.S.; RIOS, M.A.S.; NÓBREGA, J.N. **Avaliação do programa de qualificação profissional do Estado de Goiás**. Relatório Final. Brasília: MTE/FAT/FUNAPE/UFG.GO, 2000. 70p. Projeto Avançar.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Trabalhador/FAT/Conteudo/Historico.asp>. Acesso em: 18. nov. 2005.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Trabalhador/QualProf/Conteudo/historico.asp>. Acesso em: 25. fev. 2005.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ: 2003-2007**. 2. Tiraagem. Brasília: MTE, SPPE, 2005. 56p.

SET. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO. **Plano Territorial de Qualificação - PlanTeQ**. Goiânia: SET. 2005. 36p.



# Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

## Investimentos nos setores industrial e de serviços alcançarão R\$ 10,21 bilhões até 2008

O governo de Goiás tem concentrado esforços no sentido de atrair investimentos produtivos com o objetivo de expandir, modernizar e diversificar a economia do estado, buscando a geração de novos postos de trabalho e renda, procurando reduzir as desigualdades sociais e regionais, através de incentivos fiscais e de linhas de créditos voltados à produção.

A pesquisa de intenção de investimentos na sexta edição do boletim Conjuntura Econômica Goiana apurou o montante de R\$ 10,21 bilhões de investimentos nos setores industrial e de serviços, em 887 projetos, gerando mais de 83 mil novos postos de trabalhos. Estes investimentos estão apresentados por atividade econômica e localizados por região de planejamento.

Quanto à atividade econômica, verifica-se que, R\$ 3,99 bilhões (39,1%) correspondem ao segmento de Alimentos e Bebidas e R\$ 1,98 bilhões (19,4%) à atividade de Mineração e Beneficiamento. Juntas, totalizam 58,5% das intenções de investimentos e 28,52% dos projetos anunciados.

O montante de investimentos previstos na atividade de Alimentos e Bebidas se deve à importância

deste segmento na economia goiana, destaque para a fabricação de açúcar e álcool etílico, abate e preparação de produtos de carne, fabricação de óleos vegetais e derivados e laticínios. As indústrias alimentícias identificam vantagens competitivas na região dos cerrados considerando como atrativo grande disponibilidade de grãos, concentração de rebanho bovino e produção de leite, além da privilegiada posição geográfica do estado de Goiás.

No que se refere à atividade Mineral e Beneficiamento, há uma busca por minerais como níquel, ouro, cobre, fosfato e outras substâncias em Goiás. As empresas ligadas a grandes grupos internacionais têm interesse de explorar a mineração para atenderem à grande demanda do mercado mundial, sobretudo a Ásia.

Do total de investimentos previstos no estado, 31,4% (R\$3,20 bilhões) estão localizados na Região de Planejamento Centro Goiano, com destaque para o município de Anápolis. Outras três regiões que apresentaram concentração na intenção de investimentos foram: Metropolitana (20,1%), Sudoeste Goiano (16,1%) e Entorno de Brasília (9,8%). As demais regiões totalizaram 22,6% do montante previsto.



**Tabela 1**  
**Intenção de Investimentos para Goiás**  
**Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Atividades**  
**2005 - 2008**

| Atividades                          | Montante (R\$ 1.000) | Projetos   |
|-------------------------------------|----------------------|------------|
| Alimentos e Bebidas                 | 3.988.314            | 215        |
| Atividade Mineral e beneficiamento  | 1.983.161            | 38         |
| Outras atividades industriais       | 827.855              | 84         |
| Metal-Mecânico                      | 797.339              | 54         |
| Químico/Farmacêutico                | 606.207              | 73         |
| Comércio Atacadista e Varejista     | 545.374              | 134        |
| Plásticos/Embalagens                | 496.183              | 50         |
| Serviços                            | 280.676              | 82         |
| Hotelaria                           | 207.290              | 18         |
| Calçados/Têxtil/Confecções          | 175.795              | 66         |
| Insumos Agropecuários               | 136.780              | 21         |
| Higiene, beleza e Limpeza           | 84.991               | 31         |
| Papel, Papelão, Editorial e Gráfica | 80.028               | 21         |
| <b>Total</b>                        | <b>10.209.992</b>    | <b>887</b> |

Fonte: Goiás Fomento/SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos  
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO  
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 30/09/2005

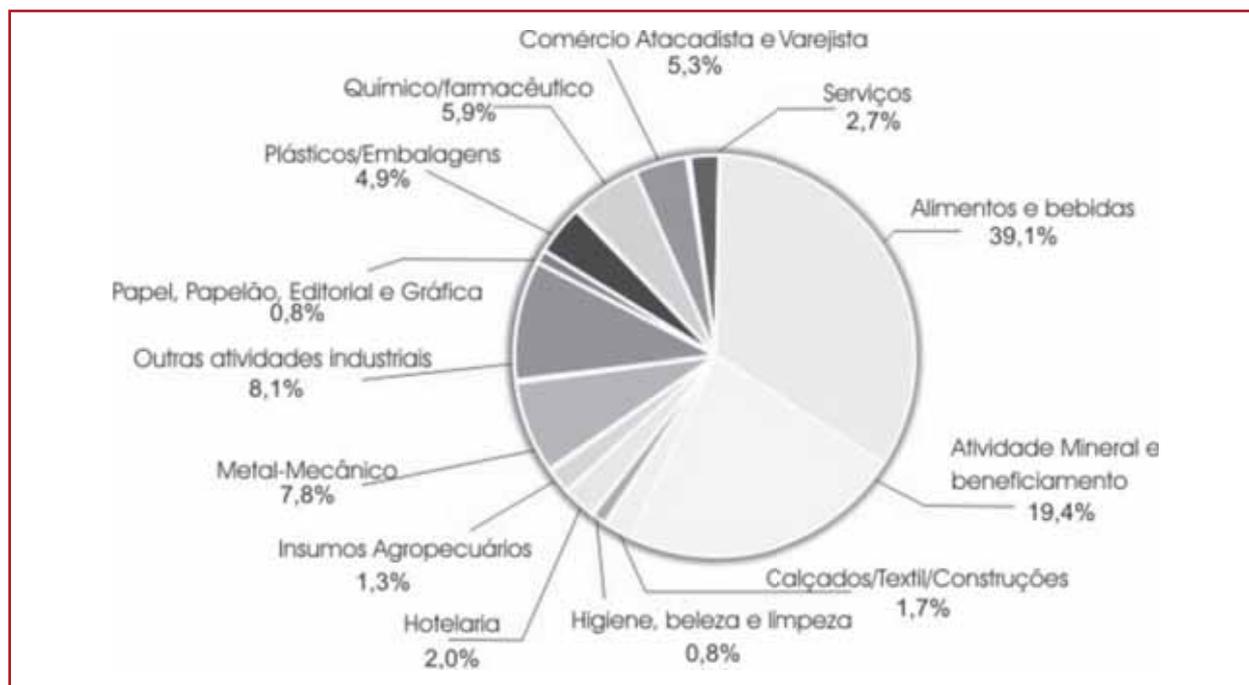
**Tabela 2**  
**Intenção de Investimentos para Goiás**  
**Montante de Investimentos e Quantidade de Projetos por Região de Planejamento**  
**2005 - 2008**

| Atividades                  | Montante (R\$ 1.000) | Projetos   |
|-----------------------------|----------------------|------------|
| Centro Goiano               | 3.201.859            | 166        |
| Metropolitana de Goiânia    | 2.048.028            | 405        |
| Sudoeste Goiano             | 1.646.186            | 90         |
| Entorno do Distrito Federal | 1.000.871            | 46         |
| Sul Goiano                  | 641.385              | 60         |
| Oeste Goiano                | 637.622              | 42         |
| Norte Goiano                | 431.014              | 25         |
| Sudeste Goiano              | 414.680              | 40         |
| Nordeste Goiano             | 116.923              | 7          |
| Noroeste Goiano             | 71.425               | 6          |
| <b>Total</b>                | <b>10.209.992</b>    | <b>887</b> |

Fonte: Goiás Fomento/SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos  
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO  
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 30/09/2005



**Gráfico 1**  
**Intenção de Investimentos para Goiás - 2005 / 2008**  
**Participação dos Investimentos por Atividades**



Fonte: Goiás Fomento/SIC/SEFAZ/Seplan-GO/FCO/Jornais Diversos  
 Elaboração: Sepin/Seplan-GO  
 Dados Preliminares sujeitos a retificação. Coletados até 30/09/2005

## Metodologia da Pesquisa de Intenção de Investimentos no Estado de Goiás

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da Seplan para levantar as intenções de investimentos no estado de Goiás consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados nos setores industriais e de serviços, divulgadas pelos principais meios de comunicação. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, O Popular, Diário da Manhã e Valor Econômico. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria e Comércio, através dos projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos do programa PRODUZIR e FUN-MINERAL; ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste, através da aprovação das cartas consultas; à Goiás Fomento e à Secretaria da Fazenda.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas e expandidas no Estado, verifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos por atividade, por Região de Planejamento e quantitativo de projetos e emprego gerado. Os valores dos investimentos previstos são expressos em reais.



# Viste o site da Seplan e conheça nossas publicações

## DESTAQUES



Acesse <http://www.seplan.go.gov.br/sepin>



E-mail: [sepin@seplan.go.gov.br](mailto:sepin@seplan.go.gov.br)



SEPLAN  
SECRETARIA  
DO PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO

 **GOIÁS**  
Um Estado melhor a cada dia



# Normas para publicação de artigos

O **Boletim Conjuntura Econômica Goiana**, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura econômica de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 4 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- Cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: [conjuntura-goiana@seplan.go.gov.br](mailto:conjuntura-goiana@seplan.go.gov.br);
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

## Envie-nos seu artigo



**Sepin**  
Superintendência de Estatística  
Pesquisa e Informação